



Universidade de Aveiro
2015

Departamento de Ciências Sociais Políticas e do
Território

**Diogo Renato
Barbosa de Oliveira**

**China Vs Potências Ocidentais em África:
A questão do neocolonialismo em Angola e
Moçambique**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais e irmão, pois sempre me apoiaram em todos os desafios que surgiram ao longo do meu percurso acadêmico. Muito obrigado, sem vocês nada disto seria possível.

O júri

Presidente

Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes,
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

Professora Doutora Ana Isabel Pires Beato Alves de Melo,
Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

Professora Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, pela compreensão, pelos bons conselhos e pela confiança depositada em mim.

À minha família, particularmente, aos meus pais por me fornecerem todas as bases, pessoais, educacionais e financeiras que permitiram concluir o Mestrado em Estudos Chineses, e ao meu irmão pelo apoio incondicional e constante.

Aos meus amigos, pelo suporte nos bons e nos maus momentos e pela enorme compreensão.

Palavras-chave

Colonialismo; Neocolonialismo; República Popular da China; Cooperação Económica; Potências Ocidentais; Bretton Woods; Economia; União Europeia; África; Investimentos Diretos Estrangeiros; FOCAC; Descolonização; Nova Ordem Mundial; Globalização

Resumo

A segunda metade do séc. XX é marcante pelas várias transformações que ocorreram por todo o globo. Em solo chinês as mutações não foram exceção e após quase três décadas de um governo Maoísta, Deng Xiaoping sobe ao poder e altera totalmente as políticas económicas do país, concebendo a República Popular da China no final dos anos 70 a abertura do seu mercado ao estrangeiro e a criação polos industriais para atração do investimento estrangeiro.

China esta que após a reabilitação interna dos anos 80 e a participação sempre que possível em projetos de requalificação em África, apresenta-se nos anos 90 com uma nova visão de mercado e o restabelecimento das suas instituições de política externa. Nos anos 2000 a República Popular da China apresenta-se como um ator importante no panorama internacional. A sua relação com os países do continente africano desde meados do século XX tem vindo a desenvolver-se, assumindo nos dias de hoje uma posição concorrente em relação às grandes potências ocidentais.

Ao longo desta dissertação, a comparação entre as políticas e medidas económicas realizadas tanto pela República Popular da China, como pelos principais atores políticos ocidentais serão fundamentais para o entendimento de todos os acontecimentos que vão marcando o novo milénio e esta era global. Este trabalho foca-se essencialmente na tentativa de resposta à questão: Será que as ações e presença chinesa no continente africano são consideradas neocolonialismo? Para tentar responder à questão, os dois casos de estudo são elucidativos porque representam dois estados que embora tivessem passado pela segunda fase de Descolonização, têm a República Popular da China como um dos seus principais parceiros.

Keywords

Colonialism; Neocolonialism; People's Republic of China; Economic Cooperation; Occidental Powers; Bretton Woods Institutions ;Economy;European Union; Africa; Foreign Direct Investment; FOCAC; Decolonization; New World Order

Abstract

The second half of the 20th century was marked by several changes that occurred across the globe. On the Chinese soil changes weren't exception and after nearly three decades of Maoist government, Deng Xiaoping rose to the power and change completely the country's economic policies conceiving to People's Republic of China in the late 70's the opening of its market to foreign countries and creation of industrial poles for attract foreing investments.

China after its own internal rehabilitation of the 80's and the its participation wherever possible in redevlopment projects in Africa, appeared in the 90's with a new market vision and the restoration of its foreign policy institutions. In 2000's the People's Republic of China presented itself as a major player on the international scene. Its diplomatic relations with the african countries since the mid-twentieth century has been developed and today PRC assume a competitive position in relation to major Western Powers.

Through this dissertation, the comparison between the political and economic majors realised by both the People's Republic of China as the major Western political actors could be an important key to understanding all the events that have been marked the new millenium and this global era.

This work is focus prmarily on trying to answer the question: Would the actions and the chinese presence in África be considered neo-colonialism?

To try to answer this question, the two cases of studies are elucidative because they represent two states that although they had passed by the second phase of Decolonization, they have the People's Republic of China as one of the major partners.

**Se queres vencer o mundo inteiro, vence-te a ti mesmo.
Dostoievski, Fiodor**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	1
2. POTÊNCIAS E INSTITUIÇÕES OCIDENTAIS EM ÁFRICA	7
2.1 A UNIÃO EUROPEIA	7
2.1.2 UNIÃO EUROPEIA E ÁFRICA	9
2.1.3 AS POLÍTICAS E PROGRAMAS DA AGENDA EUROPEIA PARA ÁFRICA	13
2.1.4 ACORDOS COTONOU E AS DIFERENÇAS DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA UNIÃO EUROPEIA NO NOVO MILÉNIO COM O ACP	17
2.1.5 A UNIÃO AFRICANA E A UNIÃO EUROPEIA	19
2.1.6 REGIONALISMO	20
2.1.7 O EXEMPLO DA COMUNIDADE EUROPEIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL	23
2.1.8 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E A INSTAURAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VIZINHANÇA	24
2.2 ESTADOS UNIDOS EM ÁFRICA	27
2.2.1 DIMENSÃO POLÍTICA	27
2.2.2 GEOPOLÍTICAS, GEOESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA	29
2.2.3 SETORES FINANCEIROS E ECONÓMICOS	32
2.3 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	33
2.3.1 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM ÁFRICA	34
2.3.2 A ONU	34
2.3.2.1 A ONU EM ÁFRICA	35
2.3.3 AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS	38
2.3.3.1 AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS EM ÁFRICA	39
3. CHINA	43
3.1 ACONTECIMENTOS INTERNOS DESDE A GUERRA DO ÓPIO ATÉ À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	43
3.2 A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	46
3.2.1 REVOLUÇÃO CULTURAL	50
3.2.2 AS REFORMAS DE DENG XIAOPING	53
3.2.3.1 AS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO CHINÊS	57
3.2.3.2 CHINA NO NOVO MILÉNIO	58

4. CHINA EM ÁFRICA	61
4.1 A CHINA EM ÁFRICA NAS DÉCADAS DE 50 A 80 DO SÉCULO XX	61
4.2 OS ANOS 80	64
4.3 OS ANOS 90	67
4.4 O NOVO MILÊNIO	71
4.4.1 FOCAC	78
4.4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES SOBRE O SETOR PRIVADO	82
4.5 CASOS DE ESTUDO	83
4.6 ANGOLA	85
4.7 MOÇAMBIQUE	93
4.7.1 MOÇAMBIQUE DESDE A GUERRA COLONIAL ATÉ AO NOVO MILÊNIO ...	94
4.7.2 AS RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS	96
5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	103
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
7. WEBGRAFIA DE REFERÊNCIA	115
8. ANEXOS	117

LISTA DE TABELAS E MAPAS

I. TABELAS

TABELA 1. EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO EU-ACP 14

**TABELA 2. TROCAS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS POR PARTE DOS PAÍSES
AFRICANOS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E TAIWAN 68**

II. MAPAS

**MAPA 1. NOVA ROTA DA SEDA COM UM TROÇO MARÍTIMO E UM TROÇO
TERRESTRE 77**

MAPA 2. PRESENÇA CHINESA EM ÁFRICA 83

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACP – Grupo de Estados Africanos, do Caribe e Pacífico

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIA – Agência Central de Inteligência

EPA- Acordo de Parceria Económica

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FOCAC - Fórum de Cooperação China-África

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FRONTEX – Agência Europeia de Gestão e Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados- Membros da União Europeia

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCC – Partido Comunista Chinês

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

RDC - República Democrática do Congo

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RI – Relações Internacionais

RMB – Renminbi a moeda chinesa

RPC – República Popular da China

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SEATO – Organização do Tratado do Sudeste Asiático

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Especial

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Deparamo-nos com o circunstancialismo de África nos dias de hoje, ser um continente que após os descobrimentos, a colonização e, mais tarde, os movimentos de descolonização apresenta-se como um novo panorama de negócio, fonte de matéria-prima e “exploração” de novas relações bilaterais ou multilaterais.

Com uma grande potencialidade mercantil e com uma população estimada de 1 113 204 202¹ de pessoas, este continente chega ao novo milénio como o “local” dos movimentos das nações desenvolvidas e das emergentes. Sendo o “palco” do maior número de conflitos e instabilidade política de todo o globo, os estados africanos apresentam índices de desenvolvimento deploráveis.

Dotados de inúmeros recursos, a sociedade e as populações locais de grande parte dos estados africanos passam por momentos difíceis. Com a grande maioria da sua população a viver no limiar da pobreza, golpes de estado constantes, governos autocráticos e a falta de infraestruturas base, não impulsionam o desenvolvimento em grande parte dos estados africanos.

Maioritariamente dependentes de potências, instituições e organizações, sejam estas governamentais ou não, grande parte das nações africanas são afetadas pela fome, guerra, epidemias, vírus etc. Ironia ou não, os estados africanos são recetores do mais variado tipo de ajudas de atores de Direito Internacional que durante anos dominaram o seu território.

O colonialismo foi uma era marcante para os estados africanos que se instauraram no século passado após as duas grandes guerras mundiais. Se recuarmos no tempo, apercebemo-nos que estes passaram por vários momentos sofrendores ao longo da sua história e que os estados desenvolvidos europeus poderão estar diretamente interligados.

Na “velha” Europa da Idade Média e sob as “ordens de Deus” os europeus lutariam contra os “perigosos inimigos”, os muçulmanos. A esta era de conquistas cristãs e lutas contra os muçulmanos deu-se o nome de cruzadas, mas foram os portugueses que no século XV, cruzaram toda a costa africana e se tornaram donos e senhores do Mundo.

Estávamos perante o início da era da colonização. De uma forma rudimentar os portugueses chegavam às “novas terras”, extraíam os produtos para os colocar no mercado sob as regras de uma economia mercantilista, de trocas comerciais e instalavam-se e dominavam governativamente.

Mas e a população que habitava os locais a que os portugueses e espanhóis começariam a conquistar no século XV? E com a chegada de mais potências mercantilistas? Nessa era pouco se falava, mas uns séculos mais tarde, se frisarmos os séculos XVII, XVIII e XIX, o escravagismo africano era um caso extremamente gritante.

¹ Segundo o website: <http://www.indexmundi.com/map/?v=21&r=af&l=pt> acedido em 18, maio, 2014

As potências europeias que se apresentavam no mundo como as detentoras das melhores frotas, dirigiam-se ao continente negro para recolher os seus recursos e ir buscar escravos para levá-los para outras zonas do globo.

Os portugueses chegaram a ser donos e senhores do Mundo, mas rapidamente se descontrolaram, não conseguindo retirar vantagem dos produtos extraídos e capitaliza-los para o seu desenvolvimento económico.

Só após o final da Segunda Guerra Mundial, e passados 500 anos das primeiras aventuras colonialistas de Portugal e Espanha (os dois vizinhos ibéricos foram as primeiras potências europeias a colonizar) é que os movimentos de libertação começaram a ser feitos.

Dividido em diferentes vagas, estes movimentos de descolonização começaram a ser aceites no plano internacional. Após a criação da ONU, o receio de um terceiro conflito e com muitos dos estados europeus devastados devido às duas Guerras Mundiais que ocorreram em grande parte no continente europeu, é que os movimentos que instauraram governos rapidamente foram aceites por estados e instituições de Direito Internacional.

Descolonização é um direito que assiste aos povos de autodeterminarem-se.

Encontra-se na Carta da ONU – art.1º,paragrafo 2 e art.55 - exemplos claros do apoio da ONU em que os povos autodeterminem-se, havendo, mesmo que de forma indireta, um repúdio ao colonialismo.

Outro ponto de destaque quanto ao apoio da ONU à independência de colónias eventualmente existentes é a adoção, pela Assembleia Geral em 14.12.60, Declaração sobre a Concessão de Independência aos países e povos coloniais (Resolução 1514 (XV) afirma: a ausência de preparação nos domínios políticos, económicos ou social e no ensino não deve ser tomado jamais como um pretexto para retardar a independência...” (Moreira & Lech, 2004).

As principais décadas que distinguiram a descolonização foram os anos 50's, 60's e 70's. O enorme número de movimentos de libertação e todos os acontecimentos envolventes fizeram deste período da história um dos mais marcantes para a atual ordem mundial que temos. Com a implementação de novos estados, há duas superpotências que ocupam o “topo da cadeia alimentar” e tentam expandir a sua filosofia política.

Muitos são os países e organizações que marcam presença neste continente apoiando os governos que se instauraram ou as facções partidárias da oposição que surgem na “debandada” de guerras civis que assolam aquele continente. Este apoio realiza-se normalmente através do envio de armamento, empréstimos de quantias avultadas de dinheiro, construção de infraestruturas básicas, auxílio no desenvolvimento tecnológico e em questões sociais.

Estados Unidos da América e URSS são os grandes rivais numa era intitulada de Guerra Fria onde o confronto direto foi evitado, mas na rota de “esferas de influências” estas duas superpotências

“chocaram” durante anos. As duas superpotências neste mundo bipolarizado viveram um período de hostilidades que eram representadas pela tensão político-militar que se vivia.

Só que a estas duas potências e ideais opostos ir-se-ia juntar a “recém-criada” República Popular da China. Com uma identidade política comunista, mas descrente no comunismo soviético, os chineses apoiam os movimentos de libertação para que os novos estados olhassem para eles não só como aliados, mas que votassem também para o governo chinês ficar com o assento na bancada das Nações Unidas. Não demorou muito para que tal acontecesse e, em 1971, a República Popular da China fica com o assento da República da China (Taiwan) e com o estatuto de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Estados Unidos da América, do outro “lado da barricada”, defensor do ideal capitalista, rege-se da sua economia de mercado para um desenvolvimento que é acompanhado pela sua afirmação no panorama mundial, não só pelos princípios fundamentais que “espalha” como o estado de direito, a boa governação ou a regulamentação de leis e a defesa dos direitos humanos e da liberdade, mas também da sua forma de agir inerente a uma ingerência militar e ao seu poder económico.

A URSS, denominada pela sua filosofia marxista-leninista, formou um grande império na zona leste da Europa, mas a revolução que partiu do povo proletário e o seu desenvolvimento não acompanharam as suas metas e objetivos tendo entrado em colapso nos finais dos anos 80, tendo desmantelado em 1991.

No início dos anos 70 a República Popular da China reaproximou-se dos Estados Unidos da América e não demorou muito para que esta pendesse o seu apoio nos movimentos de libertação para o lado dos Estados Unidos da América. Estados Unidos esses que foram muito importantes para o desenvolvimento chinês aquando a sua reforma “denguista” nos finais dos anos 70, início de 80.

Para entendermos a forma como os chineses se manifestam ao nível internacional tem que ser feita uma retrospectiva de factos que decorreram não só internamente, mas por todo o globo, ressaltando as medidas tomadas direta ou indiretamente pelas autoridades centrais chinesas.

Os anos 90 assinalam uma nova era que já não tem a União Soviética como ator principal. Esta década marca a era das mudanças mais significativas neste mundo. A globalização económica é um dos termos mais utilizados não só nos anos 90, como a partir do novo milénio quando somos atacados pela era da informática e da comunicação com outros estados a assumirem um papel fulcral na economia.

Se, no século passado, do oriente só se ouviria falar do Japão porque este mantinha relações muito próximas com as potências ocidentais, este novo milénio essa questão vai ser totalmente alterada. Naquela região vai aparecer um novo ator emergente que apresenta medidas que foi apreendendo da ajuda externa que recebeu durante as últimas duas ou três décadas do século passado.

Esse ator é a República Popular da China que se tornará um estado famoso pelo “seu milagre” económico.

A República Popular da China é um país considerado em vias de desenvolvimento, mas a sua economia apresenta índices de crescimento estonteantes. Com crescimentos do seu PIB na ordem dos dois dígitos durante quase duas décadas, a República Popular da China apresenta nos dias de hoje uma economia de topo, mas ainda não é uma potência dominante.

A China é um país que vai ganhando uma certa ênfase neste continente, já que muitos chineses nos últimos anos têm vindo a fixar-se nos países africanos. O mote lançado assusta alguns autores e coloca muitos atores das relações internacionais em alerta. O “Grande Dragão” asiático apresenta-se em África com uma estratégia externa maioritariamente económica.

E como é que tudo começou? O que faz este tema preocupar tantos chefes de estado das potências ocidentais e outros atores das relações internacionais? De que forma e quais os factos e fatores históricos fizeram da China um parceiro apetecível? Qual é realmente a importância da China no desenvolvimento dos países africanos? Estas são questões pertinentes colocadas e que nos remetem a refletir um pouco sobre a nova cena mundial e a importância da República Popular da China que em três décadas consegue ascender a segunda economia mundial.

Caracterizada por ter uma presença vincada no continente africano, a República Popular da China delineou uma filosofia de cooperação que poderá ser uma oportunidade de negócio com os países em vias de desenvolvimento.

A filosofia de cooperação e de negócio para investir diretamente, no que toca à política externa, tem reaberto a discussão por parte dos estudiosos e alguns colocam a intenção de negócio chinês como uma forma de neocolonialismo.

Nkrumah, ex-presidente do Gana entre 1951 e 1966, dirigiu-se às potências ocidentais com um discurso que sugere que os ex-colonizadores estariam a tentar voltar a colonizar, sendo as suas palavras as seguintes: “The essence of neo-colonialism is that the State which is subject to it is, in theory, independent and has all the outward trappings of international sovereignty. In reality, its economic system and thus its political policy are directed from outside. It is colonialism exerted by the developed countries without occupying the countries in the developed world with military power as in the colonial days.”(Nkrumah 1965)². Kaplinsky e Morris, em 2009, voltam a proferir as palavras do ex-presidente e a questionar se o que a China faz nos dias de hoje, quando mantém relações

² “A essência do Neocolonialismo é que o Estado que se sujeita a isto é, em teoria, independente e possui todos os sinais exteriores de soberania internacional. Na realidade, o seu sistema económico, tal como as suas políticas governativas, são dirigidas a partir do exterior. É colonialismo exercido pelos países desenvolvidos sem ocupar países no mundo desenvolvido com o poder militar como nos dias coloniais.”

económicas com um certo estado e incentiva as suas empresas a rumarem ao estrangeiro também não poderá ser neocolonialismo.

“It is suggested that China has reverted to the historical precedent established by the colonial powers of linking together trade, financial flows and FDI to facilitate exports of commodities and minerals to China”³ (Kaplinsky & Morris, 2009).

A questão do neocolonialismo será sempre complexa e a sua apreensão dependerá do juízo de valor de cada um. E serão os chineses capazes ou não de o praticar? Neste trabalho, tentar-se-á “desmistificar” se os chineses são capazes ou não de o praticar através de alguns factos e comparações que alteram o rumo das relações diplomáticas e económicas entre os vários estados.

Metodologia e Objetivos:

Metodologicamente, esta dissertação passa obviamente por uma revisão bibliográfica sendo que esta será a única forma viável e exequível para a realizar.

Recorrer a artigos académicos, livros ou revistas será sempre imprescindível para esta dissertação onde a análise de dados é fundamental.

Ao longo da dissertação haverá algumas tabelas referentes aos tipos de ajuda, Investimento Direto do Estrangeiro e de governos e outras entidades em países africanos e mapas da população estrangeira presente e a sua ocupação em território africano de forma a fundamentar o que está redigido.

Embora a revisão bibliográfica fosse o único método onde se pode recair, algumas adversidades foram ocorrendo ao longo do tempo que esta dissertação foi realizada.

A escassez de bons artigos científicos de suporte é um problema recorrente, alguns autores baseiam-se na obra de Deborah Brautigam, ou o tema é abordado apenas em jornais e revistas onde as veracidades das fontes por vezes são questionáveis.

A presente dissertação tem como principais objetivos analisar a presença estrangeira no continente africano e compreender de que forma a presença e as ações da República Popular da China podem constituir uma nova forma de colonialismo com especial enfoque em Angola e Moçambique.

Orientado pela questão problema “Será que estamos perante um neocolonialismo por parte dos chineses?”, o principal objetivo desta dissertação remete para uma comparação dos métodos e modos operandos da República Popular da China em relação aos países desenvolvidos do oeste.

³ “ Isto sugere que a China retomou o precedente histórico estabelecido pelas potências coloniais ao criar trocas comerciais, fluxos financeiros e facilitar o investimento direto no estrangeiro para a exportação de mercadorias e minerais para a China.”

Estrutura de Tese

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, sendo que alguns deles se tornam bastante extensos porque foram divididos em vários subcapítulos.

Inicialmente temos o primeiro capítulo que se trata de uma Introdução e Enquadramento, onde de uma forma sucinta são apresentadas as temáticas que ao longo da dissertação serão discutidas.

Nesta Introdução e Enquadramento a contextualização será feita com a apresentação de alguns conceitos históricos que serão essenciais para que este trabalho chegue ao principal objetivo proposto. Haverá uma caracterização do que nos dias de hoje é o continente africano e serão definidos termos como Colonização, Descolonização e Guerra Fria, apresentando os seus condicionalismos para a questão-problema.

O Segundo capítulo é bastante extenso, relacionado com a presença das potências ocidentais em África. Neste capítulo são apresentados os principais estados e organizações regionais do Mundo Ocidental e o seu interesse no continente africano.

União Europeia, Estados Unidos da América, ONU, FMI e Banco Mundial, OTAN são os atores principais de um capítulo onde os seus programas, acordos e interesses geopolíticos e geoestratégicos são expostos em relação ao continente africano.

O terceiro capítulo resume a história recente chinesa. Com uma cultura milenar e uma história recente de conflito até à instauração da República Popular da China, este capítulo apresenta factos que explicitam a tomada de decisão dos líderes chineses ao longo das últimas décadas.

Neste capítulo histórico estão descritos os eventos políticos que se assinalam em solo chinês desde 1949 até aos dias de hoje. Desde os líderes aos sucessores, das reformas políticas económicas e sociais ao desenvolvimento de uma economia que se foi adaptando às transformações deste novo mundo globalizado.

O quarto capítulo é de extrema importância e onde é referida a presença chinesa em África e os seus mecanismos de aproximação multi e bilateral com os estados africanos. Neste capítulo há uma preocupação em colocar os acontecimentos por ordem cronológica, não só porque foram várias as mutações e transformações no estabelecimento das relações entre a República Popular da China e os estados africanos, mas também para que haja uma maior facilidade na apreensão do tema.

Estarão também explícitos os dois casos de estudo que recaíram sobre dois estados pertencentes ao grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e que se situam no extremo ocidental e oriental da África Austral.

O Quinto capítulo, e último, é onde se inserem as conclusões e a discussão, onde é feito um breve resumo de forma a fomentar a minha opinião pessoal quanto à questão-problema.

2. POTÊNCIAS E INSTITUIÇÕES OCIDENTAIS EM ÁFRICA

As relações entre as potências ocidentais e África distinguem a atualidade mas teremos que recuar alguns séculos para referenciar o início destas relações.

As ligações entre os estados europeus e o continente africano iniciaram-se no séc. XV, altura dos descobrimentos, mas deverá ser lembrado que esta proximidade será ainda mais arcaica se ponderarmos “nas marcas” que os muçulmanos deixaram na cultura europeia entre o século sexto e sétimo (principalmente nos países da Península Ibérica).

Retornando ao século XV, os estados ibéricos terão sido os primeiros a avançar para as suas conquistas da costa africana na tentativa de colmatar as suas dependências de determinados produtos. Nessa era, e após um século em que a Europa foi assolada por várias guerras e epidemias, os países ibéricos percebiam que o alargamento dos seus mercados era prioritário para as trocas de produtos e para o bem-estar da sua população.

As expedições europeias a África não seriam apenas para criar laços amigáveis mas também dominar os territórios longínquos de forma a exercer um controle e retirar daquela porção de terra todos os recursos para fortalecer o seu país e o seu “império”. O que marca esta era de colonialismo, não é só autoridade exercida pelas metrópoles perante as colónias, mas a escravatura.

No senso comum, este tipo de ação de superioridade de um estado perante a sua colónia, terminou nos finais do séc. XX, mas vários autores defendem que nesta nova ordem mundial alguns estados e outros atores das relações internacionais “dirigem-se” através de práticas que poderão ser entendidas como um novo tipo de colonização.

A ideia de “neocolonialismo”, não será tão descabida e ao longo deste capítulo e de toda a dissertação, este termo será crucial para percebermos a forma como os estados e organizações se relacionam nos dias de hoje e o porquê de estarmos a assistir a uma maior afluência por parte de vários estados no continente africano. Termos como globalização ou neocolonialismo acima referidos terão sempre uma conotação importante.

2.1. A UNIÃO EUROPEIA

Como já referido, as relações entre as potências europeias e os povos africanos têm mais de cinco séculos de história e as suas relações nem sempre foram as melhores, sendo a segunda metade do século XX o espaço temporal onde estas relações se foram rompendo lentamente. Subentenda-se

que não houve um rutura total, mas muito mudou desde o final da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje.

África neste momento é um dos continentes que apresenta um maior número de estados em situação débil e dependentes de outrem, um facto que poderá surpreender os demais já que após duas guerras mundiais, a Europa seria o continente mais lesado. Grande parte dos conflitos durante estas duas guerras passou-se no velho continente, que chega aos anos 50 algo devastado.

Todo este cenário remonta-nos para uma recessão e uma queda significativa das economias europeias. Mas o que se pensou que poderia ser impossível torna-se uma realidade quando houve uma recuperação económica que voltou a recolocar o velho continente no auge.

Grande parte dos países europeus assistidos pelo Plano Marshall foram aos poucos recuperando as suas economias e os grandes rivais França e Alemanha (nesta altura a República Federal Alemã), uniram-se na recuperação do mercado nos setores do ferro e do aço.

Estamos em 1951, o tratado de Paris é então assinado por França e Alemanha e nasce assim a CECA (Comunidade Económica do Carvão e Aço), que será um dos pressupostos para a criação da Comunidade Económica em 1957 que nos dias de hoje é reconhecida como a União Europeia. Perante uma era de mudanças, a vontade de evitar um terceiro conflito mundial levou à criação de novas estruturas ou organizações internacionais de cooperação e de manutenção de paz.

Os estados também se viam na obrigação de se reagruparem e prepararem-se para um novo mundo, que na altura era dominado por duas influentes superpotências (EUA e URSS). Sob uma influência norte americana, os estados ocidentais europeus foram se reformulando economicamente e a recém-criada CEE, hoje designada por União Europeia deteve o seu “boom” económico nos anos 90, altura em que o poder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é desmantelado.

Criada com pressupostos de cooperação e reformulação dos vetores económicos e financeiros a União Europeia, como a conhecemos, deteve grandes mudanças ao longo das últimas décadas. Alguns europeístas fervorosos e convictos durante anos acreditaram num poder regional federal, mas este projeto europeu com o grande alargamento e a crise que se instaurou em 2008, mais depressa poderá terminar a ser uma Federação.

Embora cada vez mais haja algumas políticas comuns, este projeto é de um certo modo inovador. Muitas instituições/organizações regionais tendem a ter a União Europeia como “um molde” e exemplo para a formação da sua legislação, só que o grande problema da União Europeia continua a ser os vários atores que tem para tomadas de decisão nos vários setores e conjugar os interesses dos vários estados-membros.

2.1.2. UNIÃO EUROPEIA E ÁFRICA

As relações da União Europeia com os estados e organizações africanas ficam marcadas pelo passado histórico de conflito, ou de aproximação dos estados europeus com África. No início da existência da organização ainda intitulada CEE a sua imagem seria então castigada pelo que aconteceu em solo africano não cinco séculos antes, mas também durante as décadas de 60 e 70 onde a maior parte dos países africanos passou pelos conflitos de descolonização.

Contudo, tudo se altera com o surgimento de uma nova ordem mundial nos anos 90, acrescida ainda de uma Europa próxima dos 15 estados membros, aí invés dos 12 anteriormente existentes, em meados da última década do século passado, o exponente interesse em África por parte das potências estrangeiras e o desmantelamento da superpotência URSS no início dos anos 90 gerou uma nova ordem mundial em que o ator político União Europeia estaria a ter uma nova preponderância no setor económico mundial.

Atenta à movimentação e investidas por parte dos Estados Unidos da América, a União Europeia ganha a sua influência e entra na rota africana aproveitando os acordos bilaterais dos seus estados membros ex colonialistas como por exemplo a França que teria o interesse de limpar um pouco da sua imagem no “continente negro”. Além disso a França, será mesmo um dos estados membros mais participativos no que toca também às missões de auxílio militar e de segurança, tanto da União Europeia como da ONU.

África nos dias de hoje é um verdadeiro chamariz de potências e investidores estrangeiros, os seus recursos inexplorados são o maior atrativo de uma grande parte de Estados que luta pela sua afirmação neste mundo global.

Com grande parte das potências estrangeiras em África, o setor dos recursos naturais é um dos grandes interesses na agenda europeia e a conexão com os principais produtores é considerada crucial para a União Europeia que está cada vez mais dependente do que puder importar de África. A dependência de recursos orienta-nos principalmente para o setor dos recursos energéticos e gás natural. O atual conflito da Ucrânia e Rússia fecham uma grande parte de gás natural importado pela União Europeia, sendo os estados membros do leste, centro e norte europeu os mais prejudicados.

As Políticas externas e de Segurança Comum mostrou-se um dos setores que mais se quis evidenciar nos últimos anos. Ora, se a Europa queria marcar a diferença, esta deveria não ser apenas nos vetores de mercado e economia, como também no setor da defesa, assegurando que conseguiria ter forças militares preparadas para cooperar em missões com outras organizações e estados, ou

monitorar todo um desenvolvimento de instituições de leis e segurança em estados africanos que nas últimas décadas têm passado por conflitos internos.

Os tratados da década de 90 do século passado modificaram e tonificaram as PESC (Política Externa e de Segurança Comum), dando a este setor uma maior importância. Se na teoria este é o facto que torna esta organização mais preparada para atuar neste mundo globalizado, por outro lado, certas mexidas fazem com que o “motor” demore um pouco mais a carburar e este ponto é visível nos primeiros tempos no que toca às tomadas de decisão.

Se nos primeiros anos de funcionamento, tínhamos apenas o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros para tomar decisões, (estes traçariam apenas os princípios e os objetivos das ações conjuntas para determinadas situações específicas). Os primeiros anos do novo milénio reforçaram a força deste setor, mas adicionaram alguns “*decision makers*” para missões militares e de construção de paz, ou para regulamentos de leis e cooperação política. Javier Solana, em 2003, viria a ser nomeado como o Alto Representante das Políticas Externas de Segurança Comum.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, o cargo anteriormente ocupado por Javier Solana foi reformulado e para o seu lugar ascendeu Catherine Ashton como Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Catherine Ashton terá nas suas mãos o poder de decidir se as medidas que lhe chegam, por parte do conselho da Europa ou de ministros, poderiam ou não prosseguir. Toda esta causa de tomada de decisão parece fácil, mas a nova Alto Representante terá sempre que gerir as suas decisões conforme os interesses dos estados-membros.

As relações multi e bilaterais que um Estado pertencente à União tem, por vezes entra em conflito de colisão com as decisões de toda a organização regional que terá, por vezes, o maior apoio de uns estados e menos de outros. As decisões dos estados-membros irão sempre despontar discussões de cariz mediático de qual será a intenção do seu governo e da sua maior ou menor participação em determinada missão, seja esta para parar algum conflito ou auxiliar a governação de um estado que apresente carências nas suas instituições políticas e de segurança.

Será que a PESC é um complemento ou rapidamente será uma forma de substituir o papel de outras organizações internacionais como OTAN ou ONU? Esta é talvez uma dúvida que se desencadeie na cabeça de muitos autores que estão ligados ao ramo das relações internacionais.

Todo este interesse levou a que novas formas de relações fossem criadas, e uma maior afluência por parte da Europa no continente africano se revelasse na primeira década do segundo milénio. As missões ligadas ao sector da defesa e segurança, começaram a ser frequentes e limitam esta “Africo- mania”.

As missões ativas durante este período em África seja como monitorização das novas instituições ou atores governativos, estabilização de paz, intervenção ou assistência militar por parte

da União Europeia foram e são cada vez mais frequentes, e têm sempre um cunho mais profundo de uma França ou da Grã-Bretanha.

Estamos perante diferentes tipos de missões e programas que estão presentes na agenda da política externa europeia e da sua afirmação. Desde a República Democrática do Congo até à Somália ou Mali, a Europa tem estado bastante ativa e com diferentes tipos de programa em detrimento da situação de cada nação.

O mundo sabe que em África a instabilidade continua a ser um dos grandes problemas de vários estados ou nações. Aliás, desde a descolonização que muitos países ainda detêm bastantes problemas internos e praticamente toda a sua população vive no limiar da pobreza. Só que a pobreza não é o único fator. Um Estado que tem demasiadas nações incorporadas sem qualquer tipo de ligação ou forças radicalistas e extremistas que tentam apoderar-se do poder, tornam a situação ainda mais instável. Muitos destes países têm recursos, mas estes não são usados devidamente em prol da sua sociedade e do seu desenvolvimento.

A missão na República Democrática do Congo foi “a estreia” da organização europeia no que toca a missões em África. A conhecida “Operação Artemis” (2003) teve como objetivo estabilizar a segurança e desenvolver as condições humanitárias da região de Bunia. Sem apenas uma força militar e em busca de um ideal de força de segurança comum da União Europeia, foram 2000 os soldados que partiram dos diferentes estados-membros da organização.

Em 2005 a União Europeia viria a assistir à reforma e modernização da armada congoleza e desde 2007 que há missões de treino de policiamento, mas todas estas manobras por parte da União Europeia e outros atores internacionais na República Democrática do Congo não terão sido eficazes, caso é o agravamento da instabilidade vivida naquela região.

A presença europeia no Níger (a partir de 2012) é outra das missões de reforço político de segurança e governação, aliás toda esta presença na região do Sahel interessa às potências europeias que se vão lá fixando, seja de forma política, com auxílio na defesa ou com investimentos nos mercados. Quando se faz uma referência à zona do Sahel não nos podemos olvidar que no Níger nos últimos anos foram encontradas jazidas para a exploração de petróleo.

Na ex-colónia portuguesa da Guiné-Bissau, num período de 2 anos, entre 2008 e 2010, a União Europeia apresentou-se à chamada e não recusou apoiar as autoridades locais na reforma do seu sistema judicial e de defesa, algo que não correu da melhor forma, já que a Guiné não acompanhou os objetivos reformadores da União Europeia e ainda se pode salientar que nesse ano começaram as tentativas de golpe de estado constantes daquele país.

As missões na Somália e no Mali contêm um grande expoente na agenda europeia. Na Somália esta missão tem atravessado por diversas fases e reestruturações. Primeiramente a missão Atalanta consistiu num acompanhamento e treino às forças de segurança somali no combate contra

a pirataria e os grupos islamitas radicais que tem como objetivo chegar ao poder. Não se poderá desprezar a instabilidade política que assola este país desde 1991, altura que Siad Barre foi destituído do governo. Mais tarde a missão civil EUCAP NESTOR⁴ apoiou na “construção” e desenvolvimento da marinha e policiamento da zona marítima, não só da Somália, mas de mais quatro países da região.

No Sudão a missão é complicada, desde 2003 que se vive um clima austero e aparentemente sem solução. A exterminação de pessoas leva as entidades internacionais proferirem o termo genocídio. Darfur é uma região onde o “choque” étnico é bastante perceptível e para acalantar mais a situação o extremismo religioso está também presente.

A União Europeia fez-se notar nesta região com a sua participação e cooperação no programa UNAMID das Nações Unidas e da União Africana como observadores militares equipamento e transportes e auxílio no treino de tropas.

Fazendo fronteira com o Sudão, o Chade e a República Centro-Africana são dois estados lesados com este problema que ocorre no Sudão. O envio de tropas para estes dois países por parte das entidades europeias concretizou-se no início de 2008.

No Mali, a missão *peacekeeping* da ONU e todo o seu programa denominado MINUSMA tem um grande apoio das potências estrangeiras, como por exemplo os Estados Unidos da América. A União Europeia encontra-se bem representada pois um dos seus estados-membros enviou mais de quatro milhares de soldados para a região no reforço do treino e logística das forças do estado que lutam contra os islamitas radicais ligados ao famoso grupo *Al Qaeda* provenientes do norte do país.

De salientar, no caso, que a inclusão francesa nesta matéria, ainda anterior ao avanço da UE com a missão, permitiu enviar tropas para o local de forma a reforçar a posição francesa, em janeiro de 2013.

Ninguém poderá desprezar, ou apontar o dedo a esta França que se apresenta “com raízes mais europeias” no que toca à sua agenda externa, tentado adaptar-se aos movimentos das relações externas internacionais de forma a alterar imagem que ficou algo deteriorada no continente africano nas últimas duas décadas do século passado. O seu programa de formação militar regional ENVR, demonstra todo o interesse francófono em ser um estado predominante nesta “africanização” europeia.

⁴ Eucap Nestor missão civil por parte da União Europeia com sede no Djibouti. Abrange cinco países sendo eles Djibouti, Quênia, Seicheles, Somália e Tanzânia.
EEAS,EUCAP NESTOR,<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/eu-operations/eucap-nestor?lang=fr>. acedido em 15, junho, 2014.

2.1.3. AS POLÍTICAS E PROGRAMAS DA AGENDA EUROPEIA PARA ÁFRICA

A União Europeia é, por excelência, uma organização regional que se destaca pelas suas políticas económicas. Aliás, este será sempre o centro da discussão no seio da União já que esta foi pensada para estabilizar a economia dos estados europeus e revitalizar o seu mercado, pondo um pouco de parte outras políticas.

A geração de 90 impulsionou a antiga CEE e atual União Europeia a ser uma das principais potências económicas. O mercado único cada vez mais implementado e forte proporciona o salto de fronteiras e “beneficiando” dos acordos bilaterais de alguns estados membros a UE tenta novas parcerias “fora de portas”.

África, o continente da “moda” é um dos alvos, e a sua aproximação territorial e histórica originou novas estratégias na agenda da política externa e de negócios entre a União e os países africanos.

Como CEE, a organização europeia tentou segurar os mercados africanos que por vezes seriam manchados pela descolonização e uma maior proximidade dos estados africanos a outras potências estrangeiras que não fazem parte do continente europeu.

A descolonização foi uma era de inúmeros conflitos que ditaram em alguns casos à decadência da imagem que um estado europeu teria perante os estados africanos. Alguns ex colonizadores agiram de forma defeituosa não auxiliando a “construção” de uma estabilidade política, virando-se para a Europa que começava a ter o seu “boom” nos anos 70 e 80.

Como poderá ser analisado infra, a reaproximação europeia a África será mais elucidativa a partir dos anos 90 do século passado e o início do novo milénio, sendo os pontos preponderantes as reformas da política externa e a participação mais afincada dos estados-membros com maiores potencialidades económicas e mercantis.

Nos anos 60 e 70 a aproximação “mercantil” a África foi feita através das convenções de Yaoundé e Lomé.

Nas convenções de Yaoundé instauraram-se programas de apoio externo com o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED I,II e III) e as trocas comerciais entres os países já pertencentes à CEE e alguns países africanos pertencentes ao grupo do ACP.

Nos anos 70 estes formatos de cooperação seriam reforçados com as convenções de Lomé. Com o primeiro alargamento da Comunidade Europeia, o seu alvo de apoio seria maior, e a sua estrutura comercial seria reforçada numa altura em que se viviam períodos de hostilidade.

A crise da OPEP e a luta de influências entre os EUA e a URSS em África foi dando algum espaço de manobra para os países ligados à Comunidade Europeia (algumas ex metrópoles fazem parte deste grupo restrito de estados europeus) se aproximarem dos países pertencentes ao grupo do ACP.

Com características bastante singulares e apelativas para uma igualdade no que toca às parcerias comerciais e o planeamento para um desenvolvimento na área de produção, mercados e infraestruturas, esta foi a principal forma de os europeus serem os principais apoiantes para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento e exportarem materiais e maquinaria.

No Quadro abaixo poderemos ver a evolução dos fundos enviados por parte da União Europeia para África ao longo da sua existência até aos anos 2000, com os objetivos a serem claros.

As convenções de Yaoundé e Lomé foram os primeiros instrumentos usados por parte da Europeia, atual União Europeia numa atitude pró-africana.

Tabela 1

Evolução da Cooperação EU-ACP

Evolução da cooperação UE-ACP (1960 – 2000)

Ano	Evento	Nº de Países		FED (incluindo os PTU) em milhões de €
		ACP	Europa	
1963	Yaoundé I	18	6	730,4
1969	Yaoundé II	18	6	887,3
1975	Lomé I	46	9	3 053,3
1980	Lomé II	58	9	4 207
1985	Lomé III	65	10	7 882,6
1990	Lomé IV	68	12	11 583,0
1995	Lomé IV (rev.)	70	15	13 151,10
2000	Cotonou	77	15	14 300

Fonte: Comissão Europeia.

Ao consultarmos a tabela acima conseguiremos de uma forma simples interligar com acontecimentos mundiais o porquê de uma maior ou menor aposta por parte dos países europeus nos seus parceiros do ACP (estados africanos, das Caraíbas e pacífico).

Os alargamentos da CEE e as suas reformulações nos seus tratados serão fatores relevantes que incluem as políticas de apoio económico e a quantidade de fundos enviados para outros estados.

As multinacionais europeias rapidamente se fixaram em países africanos para poder de lá extrair recursos que necessitavam. O interesse das multinacionais no continente africano é uma constante, logo não é de estranhar a Royal Dutch Shell multinacional de extração de petróleo ter-se fixado ainda nos anos 50 do século XX na Nigéria, salientando que nos dias de hoje estará em grande parte dos países “produtores” de petróleo.

Os crimes ambientais e de violação de direitos humanos que se cometeram nos anos 70 no delta da Nigéria, ainda hoje são referidos. Os acordos destes atores com os governos e elites africanas rapidamente têm o aval positivo, rechaçando qualquer tipo de consequências para os residentes ou fauna e flora de determinadas localidades.

A Exxon Mobile é uma multinacional que em solo africano, reside em países centrais perto do delta do Niger como Camarões/Chade, Guiné Equatorial, Nigéria e fugindo um pouco na localização a sul, o estado que detém mais atenções desde o início deste milénio, ex-colónia portuguesa Angola.

Já no setor de extração de minérios e metais a Rio Tinto Group está presente em alguns países do sul do continente, os diamantes do Zimbábue, o cobre extraído da África do Sul ou o urânio da Namíbia são um belo exemplo do que esta zona é importante para a multinacional inglesa. No Oeste africano o minério de ferro da Guiné é outro metal que faz com que esta multinacional anglo-australiana se fixe por lá.

O domínio óbvio do mundo por parte das duas superpotências será outro vetor a ter em conta, sendo que a Comunidade Europeia tenta distinguir-se destas, produzindo acordos de cooperação de forma a marcar a sua presença em vários estados durante os anos 90. A Globalização irá explicar posteriormente este contínuo interesse e a maior aposta por parte dos europeus em África. Este será o continente mais atraente para os europeus que começariam o século XXI com uma presença forte e importante no continente africano.

A mais-valia europeia, no seu “soft power” perante os estados africanos, é que por detrás de manobras económicas para retirar o que necessita para o seu continente, vai mantendo relações que, sendo bilaterais ou multilaterais, se apresentam como um exemplo para os estados e organizações africanas acompanharem.

Neste mundo globalizado e alardeado por uma crise económica que assola grande parte do planeta, o novo sistema de relações internacionais necessita de novos atores capazes de suportar as adversidades.

A União Europeia, perante uma crise que assola o seu território desde finais da década do novo milénio, continua a ser uma organização que é exemplo para muitas outras que estão no mundo. Acresce que, em África a importância da organização europeia não é exceção, sendo mesmo um exemplo a seguir e considerado um dos melhores parceiros mundiais.

Com a crise económica a moeda única é um dos temas mais criticados, mas o que continua a ser um facto é que o EURO domina no mercado cambial e continua a ser a moeda mais forte.

Qual a relevância da referência ao Euro e qual a sua posição no mercado? Deveu-se tal circunstância ao facto de, nos últimos tempos, mais precisamente no final da década de 90 do século

passado e início da primeira década do novo milénio, os estados africanos têm vindo a valorizar as suas trocas comerciais com a União e a fazer cada vez mais acordos.

Yaoundé e Lomé foram convenções do século passado que reestruturaram as parcerias e cooperação entre os estados europeus e africanos motivando uma nova forma de atuar destes. É na última década do século passado que a União Europeia inicia a alteração da sua estratégia nas relações com os estados africanos.

A União Europeia apercebeu-se que para haver um melhor aproveitamento destas relações teria que auxiliar no acesso à energia em zonas rurais e no desenvolvimento dos estados africanos nas pesquisas de energias e recursos alternativos.

Como foi antes mencionado o European Investment Bank continuou a “patrocinar” massivamente planos e construção de infraestruturas no setor da hidroeletricidade, tendo em vista só o lucro, rejeitando os efeitos negativos na biodiversidade redundante aos projetos. O Grand Inga Dam no Congo é um exemplo.

É óbvio que a fixação de vários atores em África terá sido uma vantagem, mas a década de 90 do século XX não foi um “mar de rosas” para as relações europeias com os estados africanos. Se ao nível económico, com as várias convenções, todos pareceriam satisfeitos, é certo que as décadas de 80 e 90 foram manchadas por episódios algo infelizes, onde muitas potências europeias eram olhadas como imperialistas.

A França teria uma imagem completamente degradada em alguns estados africanos, porque a French/Elf teria acordos com os líderes de alguns países como Gabão, Guiné ou Congo-Brazzaville.

Angola, um país rico em petróleo, nos anos 90 atravessava uma grave crise política e a sua elite mantinha a sua “cumplicidade” com os bancos estrangeiros e o tráfico de armas também teria o cunho de potências estrangeiras. As relações entre o Congo e a Bélgica define-se com a troca de armas por matérias-primas com as elites deste país africano compensando o défice económico do “Wallon Belgium” como referiu (Muller, 2007, p. 16).

Estes acordos entre a União Europeia e os seus estados-membros com as elites africanas, não deixa de ser apenas negócios que só favorecem alguns e é aqui que as assimetrias regionais acabam muitas vezes por ser reforçadas.

A falta de intervenção em conflitos africanos durante a década de 90, as sanções impingidas ao Mali e ao Zimbabué por violação democrática e dos direitos humanos, ou redução e suspensão dos fundos de apoio entre 1993 e 1999 durante a sua crise política apenas continuando a abastecer-se do petróleo, são exemplos de atos que fez os africanos desconsiderar as potências europeias.

Estes momentos menos felizes concebidos pelas potências europeias incitaram em autores a discussão se a União Europeia seria uma força imperialista.

2.1.4. ACORDOS COTONOU E AS DIFERENÇAS DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA UNIÃO EUROPEIA NO NOVO MILÉNIO COM O ACP

O início deste milénio será sempre rubricado pelos avanços dos atores mais poderosos em busca da sua vasta influência e importância num mundo global e em um sistema internacional “cada vez mais feroz”.

A União Europeia iniciou, em 2000, o seu acordo de Cotonou que se foi prolongando durante alguns anos na primeira década deste milénio, acabando por ser aceite por estados e organizações regionais ou sub-regionais de África, das Caraíbas e do Pacífico. E o que foram então os acordos de Cotonou e o que se desenvolveu nestas convenções?

É aqui que se insere o papel económico da União Europeia em promover a adesão dos estados africanos, do caribe e pacífico na Organização Mundial de Comércio de forma a que estes estados se integrassem no mercado internacional, para que os acordos com esta organização cobrissem a libertação de sensivelmente todos os produtos de troca e fossem respeitadas as regras mercantis.

O apoio ao desenvolvimento sustentável destes estados é outro fator importante para os estados-membros da União Europeia, tanto que desde os acordos de Cotonou em 2000 vão incentivando e promovendo a que os estados, principalmente os africanos, se desenvolvam industrialmente e que não apresentem grandes disparidades sociais na região.

Estes Acordos de Cotonou foram o primeiro passo para os Acordos de Parceria Económica (EPA) em 2008, importante referenciar que estas parcerias não são apenas de uma instituição europeia, mas de vários grupos europeus onde se inserem estados-membros ex colonizadores, instituições europeias como a Comissão Europeia e a Diretoria Geral das relações externas, das trocas, da energia, agricultura, desenvolvimento e ajuda, as multinacionais europeias que acima já foram referidas como exemplos e grupos agrícolas e comerciais europeus.

Numa primeira fase a estratégia de defesa seria o mais importante, mas os acordos entre a União Europeia e o ACP foram revistos em 2005⁵, sendo o setor económico a liderar as atenções.

A importância das trocas comerciais é um fator cada vez mais preponderante nesta “aliança” euro-africana e a própria DG External Trade States diz que “...More than ever, Europe needs to

⁵“ Linhas fundamentais para guiar as relações entre União Europeia e ACP. Artigo 2 do Acordo de Cotonou: a) Igualdade de parceria e propriedade de estratégias de desenvolvimento; b) participação, além dos governos centrais e outros atores de todos os setores da sociedade, incluindo a sociedade civil e o sector privado; c) diálogo entre todos os partidos como o governo central para parcerias e cooperação; d) diferenciação e regionalização com ênfase nos níveis de desenvolvimento de parceiros, necessidades e performances.

Artigos 8-11 do Acordo são especificamente dirigidos à promoção da democracia, direitos humanos, boa governança e segurança...”

Traduzido: Sepos, 2013, p. 269.

import to export. Tackling restrictions on access to resources such as energy, metals and scrap, primary raw materials including certain agricultural material, hides and skins must be high priority.”⁶

De salientar que a dependência europeia no que toca a recursos energéticos é expressiva e o desenvolvimento de regras e cooperações políticas faz com que as empresas europeias também possam competir no panorama internacional.

Em 2007 sob a presidência de Portugal, as instituições europeias encabeçadas pela Comissão Europeia colocaram alguma pressão para que os seus parceiros assinassem este acordo. Já que o início do acordo de parceria económica datava de 2002.

Não foram poucas as queixas de que a União Europeia estava a pressionar os países ACP para assinarem os acordos, aliás estas foram referidas durante o Conselho de Ministros das relações externas do ACP, onde estariam representados 76 países deste grupo.

O presidente senegalês afirmou que “Europe was trying to push Africa into a straightjacket that doesn’t work”⁷ (Sepos, 2013). Se quisermos traduzir esta frase para a língua de Camões, deparamo-nos com um jogo de palavras bastante forte e negativo. Ao proferir esta frase “A Europa está a tentar empurrar África para um casaco-de-forças que não funciona” o presidente do Senegal Wade remonta qualquer leitor para a sua indignação e desacordo perante as ações da União Europeia.

Mas a opinião de Wade não será a única dentro deste grupo e a público veio também o Presidente do Malawi Mutharika acusar a União Europeia de ser imperialista, ao ponto de punir quem não aderisse ao Acordo de Parceria Económica retendo a doação fundos: “EU of imperialism, saying it was punishing countries that resisted EPA’s by threatening to withhold aid from the European Development Fund”⁸(Sepos, 2013).

As negociações da EPA não se denotaram apenas pela coerção ou tentativa de manipulação que muitas vezes a União Europeia foi acusada, a atração essa é evidente e o acesso a mercados lucrativos e a um mercado global sob a Organização Mundial de Comércio, são fatores que atraem os países pertencentes ao ACP.

Estes países acreditam que as trocas comerciais em África (neste caso) podem crescer e a estrutura de mercado africano pode “disparar” com as exportações, sendo esta a principal vantagem de negociação da EPA⁹ para os países deste grupo constituído por estados africanos das caraíbas e

⁶ “...mais do que nunca a europa necessita de importar e exportar. Enfrentar restrições no acesso a recursos, tais como, energia, metais e sucata, matérias-primas primárias incluindo matérias agrícolas, couro e peles tem de ser alta prioridade.”

⁷ “A Europa tentou-nos empurrar para dentro de um casaco de forças que não funciona.”

⁸ “A U.E. do imperialismo dizia que ia punir os países que resistiram ao Acordo de Parceria Económica ameaçando que iam reter a ajuda do Fundo de Desenvolvimento Europeu

⁹ EPA sigla em inglês para Acordo de Parceria Económica.

do pacífico. Um dos mais graves problemas no avanço destes acordos são os vários grupos de interesse inseridos em tais negociações ou tratos.

Não é só o governo que participa do lado dos países pertencentes ao ACP, mas as suas elites e a sua sociedade civil têm uma palavra a dizer e a participação dos estados em organizações regionais e sub-regionais também poderá ter alguma influência na tomada de decisão e este será sempre um problema que só acabou por ser contornado com a assinatura do acordo de parceria energética entre o estados e a União Europeia em 2008, que poderá ter sido potencializado em 2009 quando a Rússia, durante três meses, cortou o gás natural à Ucrânia e posteriormente estados-membros da União Europeia situados no norte, centro e leste da região também se viram prejudicados.

O acordo de Cotonou é referenciado também por ter sido inconsequente perante outros tipos de parcerias como FOCAC, USAID ou Rússia-África Horizons Cooperation, embora certas organizações sub-regionais africanas, não se poderão queixar com o apoio europeu.

2.1.5. A UNIÃO AFRICANA E A UNIÃO EUROPEIA

A União Africana, nos dias de hoje, terá uma enorme relevância ao nível político e regional, tendo nas últimas décadas do século passado seguido o que de melhor se fez em outras organizações internacionais e regionais, tendo mesmo criado a Comunidade Económica Africana.

Mas não é só a Comunidade Económica Africana que ressalva as semelhanças desta organização regional africana com a União Europeia, as Políticas de Defesa e Segurança Comum Africana foram estruturadas de uma maneira semelhante às Políticas Europeias de Segurança e Defesa e têm como aspiração um dia poder controlar todas as atividades externas da organização.

Este poderá ser um objetivo muito complicado de alcançar, ou mesmo impossível, a própria União Europeia em termos de políticas de segurança e defesa ao longo dos últimos anos tem vindo de tratado a tratado a sugerir alterações no seu formato para que os seus estados-membro acarretem as suas “decisões”. A Comissão Europeia no seio da sua organização tem uma maior importância pois goza de funções de supranacionais e intergovernamentais, embora a sua decisão terá sempre que ser partilhada com os estados-membros.

A comissão africana não tem poderes decisivos contudo é totalmente intergovernamental, principalmente nos assuntos e áreas mais sensíveis como a segurança ou a estabilidade, e embora ainda esteja no princípio, esta ideia de uma África Unida “terá sempre um maior impacto que o europeu”, afirmou (White, 2012) considerando o Euroceticismo existente em estados-membros como a Inglaterra um entrave para os principais objetivos da União.

O suporte da União Europeia no desenvolvimento da União Africana como ator regional caracteriza-se através de um constante diálogo e projetos conjuntos. Há uma cooperação institucional e política entre as duas organizações regionais que regem sobre princípios de igualdade, amizade e participação.

No ano de 2007, durante a presidência portuguesa da União Europeia, foi consagrada a estratégia conjunta entre a União Europeia¹⁰ e a União Africana, com a finalidade de um constante diálogo e compromisso entre estas duas organizações, esta estratégia conjunta das duas organizações tem sido uma forma da União Europeia se apresentar no continente africano como a derradeira parceira e auxiliar da organização africana.

Ligado aos vários setores desde paz e segurança, estabilidade política e instauração democrática, passando pelas formas estruturais das trocas comerciais internas, regionais ou internacionais, até à energia, ambiente, ciência ou mobilidade, migração e educação. A União Europeia nos últimos anos (e frisa-se aqui os últimos cinco ou seis anos), tem apostado cada vez mais em programas para o desenvolvimento de todos os setores referidos acima, com doações que a União Europeia estima que cheguem a um bilião de Euros até ao ano de 2020.

2.1.6. REGIONALISMO

Nem toda a forma de atuar da União Africana terá a sua homogeneidade e esta acaba por apresentar alguns problemas e dificuldades ao afirmar-se que os seus estados-membros, além de tentarem puxar para os seus interesses estatais, fazem parte das organizações sub-regionais criadas nas décadas de 60 e 70 altura da maior parte dos movimentos de descolonização.

Com os movimentos da descolonização e o mundo assolado por um conflito global como a Guerra Fria, o movimento do pan-africanismo destaca-se contra o imperialismo e dominação colonial sendo uma ideologia que defende o processo de formação de estado e a construção de uma região.

¹⁰ Beyond development cooperation, by opening up the Africa-EU dialogue and cooperation to issues of joint concern and interest such as jobs and trade;

Beyond Africa by moving away from the traditional focus on purely African development matters, towards effectively addressing global challenges such as migration, climate change, peace and security;

Beyond fragmentation, in supporting Africa's aspirations to find trans-regional and continental responses to some of the most important challenges;

Beyond institutions, in working towards a people-centred partnership, ensuring better participation of African and European citizens.

Estes são os princípios desta ação conjunta entre União Europeia e União Africana retirado da web no site oficial da União Europeia. http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-367_en.htm acedido em 2, julho, 2014.

Perante a instabilidade vivida a maior parte dos estados africanos aproveitam para aderir ao maior número de organizações sejam elas regionais ou sub-regionais de forma a poder retirar algumas vantagens da sua adesão, sendo elas normalmente económicas, políticas e sociais.

Estamos perante um Neo regionalismo, que se foi introduzindo por quase todo o continente africano, nas últimas três décadas. Esta é talvez a única forma de resposta perante este mundo globalizado e naturalmente a União Europeia torna-se um modelo a seguir. Clapham é um dos autores que afirma a importância da União Europeia no regionalismo africano ao argumentar “the nature of sovereignty in sub-saharan African political economies blurs the lines between domestic and international actors, showing how this phenomenon applies at the regional level through the direct influence of the EU on regionalism in the SADC case”¹¹ (Clapham, 1996). Já Fawcett e Gandois proferem que os vários atores internacionais serão importantes para a consolidação do regionalismo em certas zonas do globo dando especial atenção ao continente africano “ international actors may be important in the start-up of regionalisms whether in Africa, Europe or elsewhere, but in consolidating regionalism their role changes”.¹²

Estes não têm dúvidas que o velho continente renasceu dos escombros de duas guerras que atingiu o seu território e que embora a sua formação fosse dotada de cariz económico, a sua evolução política poderia ser um bom modelo a seguir.

Os próprios autores europeus, como é exemplo Prodi, terão bem presente no seu pensamento que o modelo europeu de integração poderá não ser o melhor, mas mesmo assim poderá atingir uma escala global.

“Our European Model of integration is the most developed in the world. Imperfect though it’s still is, it nevertheless works on a continental scale... I believe we can make a convincing case that it would also work globally”¹³ (Prodi, 2000, p.7).

Borzel and Rise em 2009 reforçam o papel europeu em África, tendo este uma aceitação ou não quando afirmam “ The Eu as a dominant regional entity can provide “negative and positive incentives” to ensure adaptation to its model”.

E não se pode deixar de frisar que a ideologia regionalista da União Europeia não será apenas trocas comerciais ou investimentos estrangeiros mas também diálogo político e relações culturais

¹¹“A natureza de soberania em políticas económicas subsarianas desfocam as linhas entre atores domésticos e internacionais, mostrando como este fenómeno se aplica ao nível regional sob a influência da União Europeia no regionalismo no caso do SADC”.

¹²“Os atores internacionais podem ser importantes no início do regionalismo, seja em África, Europa ou noutro lado qualquer, mas para consolidar o regionalismo têm que fazer mudanças no papel”.

¹³ “O nosso modelo de integração europeu é um dos mais desenvolvidos do Mundo. Imperfeito ele ainda é, mas no entanto funciona à escala continental... Eu acredito que podemos fazer um caso convincente para poder trabalhar de forma global”.

entre regiões. É esta a fase em que a União promove uma forma de relação que poderá ser definida pelo termo “Inter- regionalismo”, em que funciona coletivamente e detém relações bilaterais com outras organizações regionais ou estados. “The EU ambition is also to formalise the relations (now called “partnership”) as being between two regional bodies rather than bilateral contacts between countries...” (Farrell, Hettne & Van Langenhove, 2005, p. 279-280) Tal e qual como Farrell, Hettne e Van Langenhove também redigiram sobre o tema e a importância da União Europeia para o inter-regionalismo.

“...there is an overlap between two regions (as actors) leads to interregionalism... In this context, it is particularly important to acknowledge that EU can act as one collective regional actor in a bilateral relationship or, perhaps even more importantly, be seen as, “one” by outsiders, for instance, when signing a cooperation agreement or when disbursing aid. Therefore, the Eu is the half of the bilateral relationship with another actor (which may be a state or a region or multilateral institution) (Soderbaum & van Langenhove, 2005, p. 259)

Mas nem tudo será um exemplo e muitos aproveitam-se de alguns erros cometidos no relacionamento entre a União e estados africanos, principalmente com o acordo de parceria económica, para afirmarem que esta promoção de regionalismo europeu poderá ser vista como uma atitude “neocolonialista”.

Há sempre uma ingerência por parte dos atores estrangeiros, que “obriga” a alguma submissão por parte do governo ou instituição ajudada “... intervention is not exercised solely through conditionality, but also to a significant degree through a closer involvement in state institutions and the employment of incentive finance. This constitutes a less visible but perhaps more powerful role for donors” (Harrison, 2001, p. 660).

Além desta ingerência há aquele interesse constante em determinados recursos e matérias que fizeram a União Europeia não avançar apenas numa direção. Só no continente africano a estabilização de relações com vários países de diferentes regiões e grupos foram delineados pelos interesses que os atores europeus teriam em certos estados ou sub-regiões.

De seguida iremos ter um exemplo de uma sub-região em que a União Europeia deteve grande interesse desde a sua criação. É vista como o seu modelo, mas no início das negociações dos acordos de parceria económica não pressionou todos os estados-membros dessa sub-região, apenas os que teriam mais recursos e matérias-primas.

2.1.7. O EXEMPLO DA COMUNIDADE EUROPEIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Quem aproveitou todas as movimentações referenciados dos estados africanos foram, efetivamente, as potências estrangeiras como a União Europeia a esforçar-se ao máximo para relacionar-se com os vários atores africanos.

Se as relações bilaterais entre estados poderão constituir um quebra-cabeças quando estes não chegam a um consenso, o que se poderá dizer de relações entre organizações regionais e sub-regionais? A União Europeia desde a era da descolonização que potencializou África como uma mais-valia para o seu mercado e rapidamente tornou-se um verdadeiro “player” no ramo dos negócios.

Se houve uma falha no que toca ao setor militar e de segurança, esta já foi demonstrada quando a União Europeia não se afirmou militarmente em conflitos como os da Serra Leoa, Somália, Ruanda, Costa do Marfim ou Darfur (Sudão), sendo apenas em alguns deles uma força de cooperação “incoerente e contraditória” (Styan, 2007).

Já no setor económico desde cedo que os estados africanos e as suas organizações sub-regionais foram alvo de uma presença mais assídua. Na região em que a África do Sul era uma potência, a instauração da força política do Apartheid veio criar hostilidades e os países vizinhos tiveram que reduzir a sua dependência económica perante aquele estado e apostarem na reformulação dos seus mercados e da industrialização.

É aqui que as potências estrangeiras se fazem sentir, e a União Europeia não é uma exceção. Um grande exemplo dessa presença será a parceria que a União detém com organização sub-regional SADC¹⁴ (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). A SADC desde a sua criação recebeu um enorme apoio da Comunidade Europeia em fundos.

A relação entre estas duas organizações representa-se não exclusivamente pelas trocas e parcerias comerciais, já que estes países da África Austral detêm recursos energéticos e minerais bastante atrativos para a manutenção de um relacionamento comercial, mas também, e este é um ponto importante de ressaltar, que a União Europeia é o maior “doador de fundos” estrangeiros nesta região.

Estima-se que 70% das doações dos estados do oeste que a SADC recebeu ainda nos seus primórdios (anos 80) provinha da Europa, sejam estes fundos comunitários ou de estados-membros pertencentes à União Europeia.

Os planos e projetos comerciais e de mercado são os que apelaram a esta relação desde o início. Nos anos 2000 esta aproximação foi ainda mais acentuada, após os acordos de Cotonou. O

¹⁴ Sigla em Inglês para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Acordo de Parceria Económica desenvolvido pela Comissão Europeia terá sido criado para se desenvolver uma maior aproximação não só com os países pertencentes à organização sub-regional da África Austral, mas também com outras entidades pertencentes a organizações sub-regionais do continente africano, e estados das Caraíbas e Pacífico.

Referindo a África Austral como um exemplo, a presença da União é deveras avistada. A “imagem” que a organização europeia transparece é fundamental neste mundo globalizado, e sendo uma zona que apresenta estados que detêm vários recursos apetecíveis na Europa, a Comissão Europeia, um dos vários atores desta União, tem vindo sempre que possível a promover o regionalismo nos estados que pertencem à SADC e dá a possibilidade dos seus atores visitarem certas missões da União Europeia para conhecerem o seu modelo institucional.

Outro fator para que a SADC esteja tão próxima da União Europeia é o relativo aos milhões de euros que “caíram” na organização e que foram distribuídos pelos seus estados. Os Fundos Europeus de Desenvolvimento que se dirigiram à organização sub-regional SADC estimam o valor de 116 milhões de euros no espaço de 5 anos entre 2008 e 2013, de forma a promover/ incentivar os valores de boa governação, estabilidade política e a criação de instituições democráticas na região.

Estes fundos são o reforço de um programa de cooperação entre a União Europeia e a União Africana e têm como meta quatro objetivos designadamente, ajudar a SADC na supervisão das eleições democráticas na região; ajudar a organização sub-regional a contrariar possíveis crises políticas em algum estado-membro; financiar exercícios em conjunto de um reforço de lei na região na prevenção do direito do indivíduo e na luta contra a corrupção; o apoio da defesa regional em equipamento militar e auxiliar as instituições de defesa dos estados da SADC.

2.1.8. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E A INSTAURAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VIZINHANÇA

Desde os primórdios das relações entre a Europa e África que os fluxos migratórios são recorrentes, principalmente do continente africano para a Europa, sendo os países da Europa meridional o destino de emigração para milhares de africanos todos os dias. O problema da migração no mediterrâneo não é um tema atual. Aliás, se recuarmos no tempo, observamos que ainda na era colonial, mais precisamente na Primeira Guerra Mundial os fluxos foram mais recorrentes. Nesta altura muitos foram os colonos que chegaram a solo europeu para ingressar no exército da sua metrópole.

Com o término destas guerras, novas ideias literárias difundiram-se e a formação da Pan-Europa de Kalergi nos dias de hoje ainda é referida como impulsão para a criação de uma Europa

unida que se refletiu umas épocas mais tarde na Comissão Económica Europeia (atual União Europeia).

Durante o período de Guerra Fria a Comunidade Europeia passou por um período de alargamento e de reforço nas políticas económicas conseguindo nos anos 90 tornar-se uma das economias de topo mundial. Não será então descabido afirmar que as boas condições sociais e civis dos estados-membros da União Europeia fossem o novo atrativo para fluxos migratórios.

Com a ligação histórica que os países da Europa Meridional teriam com os seus vizinhos, rapidamente passaram a ser destino para os fluxos migratórios do norte de África e suas ex colónias. Este tópico, que certamente não é recente, nos últimos anos tem estado sempre em grande destaque nas agendas das cimeiras euro-africanas e nos novos projetos entre a União Europeia e alguns estados africanos, tendo sido as conferências de Tripoli e Rabat (2006) importantes para a preparação da segunda cimeira UE-África em 2007 em Lisboa.

Separados apenas pelo mar Mediterrâneo, a Europa Meridional será o destino para milhares ou milhões de africanos provenientes normalmente de países da “África Negra” em busca de melhores condições de trabalho e de vida para si e para os seus.

Por vezes, muitos perecem pelo caminho ou na travessia de barco, os que conseguem ultrapassar toda essa travessia e se instalam no continente europeu lutam para se legalizarem ou não serem descobertos por estarem ilegais, outros acabam por ser expatriados por instrumentos como o programa *FRONTEX*, criado pela União Europeia no combate à imigração ilegal.

Embora a União faça transparecer que quer combater a imigração africana, esta poderá ser vista como uma oportunidade e não uma ameaça. Com a decadência na renovação de gerações e uma população envelhecida, poderá ser preponderante a chegada de imigrantes mais novos.

Sarkozy referiu, em 2006: “Migration from Africa has substantially increased in recent months. This development is unlikely to stop in the foreseeable future and migratory pressures may grow. At the same time, the EU will need migrants to ensure the sustainability of its labour markets given its demographic development. The EU need to compete with other world regions and it need migrants with the appropriate skills to accomplish that”.

Todavia para retirar todas as vantagens da situação, o combate à ilegalidade será sempre um ponto a ter em questão. Outro será que alguns estados africanos continuam a passar por grande instabilidade política e subdesenvolvimento económico, algo que desponta estes fluxos migratórios desproporcionais ou descontrolados. E qual poderá ser então a resposta da União Europeia?

A parceria euro-africana será sempre uma resolução para todos estes problemas, mas para se obterem resultados curto e longo prazo, os mecanismos governamentais terão de ser capazes de se unirem e cooperarem mutuamente.

Na década de 90 os primeiros esforços denotam-se por uma reformulação na política externa da União Europeia e a primeira tentativa de aproximação económica, cultural, social e histórica aos países do Magreb, através da Declaração de Barcelona (1995)¹⁵. Este será o passo inaugural de uma Europa “interventiva” e a pensar não só num maior alargamento, mas também numa rede de influência que poderia se alastrar por toda a zona do Mediterrâneo ultrapassando fronteiras.

Passados quase 20 anos denota-se que este processo tem as suas limitações, mas a Europa deste novo milénio, com uma nova revivência e fulgor, apresenta novas estratégias de forma a dar um passo largo na integração e na cooperação com os estados e organizações do continente africano.

Desde o alargamento a 25 Estados-membros que a União Europeia tentou implementar uma maior cooperação e assumiu compromissos com os países vizinhos. Primeiramente e o que já vinha há alguns anos a ser restituída a relação com os países vizinhos que pertenciam à ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (os chamados NEI).

Esta conexão com este grupo de países seria uma forma de afirmação da Comissão Europeia rechaçando a sua “inferioridade” perante a Rússia.

A sul do Mediterrâneo, novas medidas foram tomadas, não apenas nas migrações, mas também na cooperação e desenvolvimento dos estados vizinhos. A PEV¹⁶ ou Política Europeia de Vizinhança entrou em vigor em 2006 e é um reforço à política externa europeia na cooperação e desenvolvimento económico dos seus vizinhos.

¹⁵ A União Europeia estabelece um quadro de cooperação multilateral com os países da bacia mediterrânica. Esta parceria representa uma nova fase nas suas relações, dado que abrange, pela primeira vez, os aspetos económicos, sociais, humanos e culturais, bem como as questões de segurança comum.

Esta parceria concretizou-se pela adoção da Declaração de Barcelona pelos Estados-Membros da UE e pelos doze países terceiros mediterrânicos (PTM) seguintes: Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana. Foram convidadas a assistir à conferência a Liga dos Estados Árabes e a União do Magreb Árabe (UMA), bem como a Mauritânia, na sua qualidade de membro da UMA.

¹⁶ A Política Europeia de Vizinhança (PEV) foi desenvolvida em 2004 para evitar a emergência de novas linhas divisoras entre a UE alargada e os nossos vizinhos. O objetivo da PEV é reforçar a prosperidade, estabilidade e a segurança de todos os envolvidos. Deste modo, ficam também acautelados os objetivos estratégicos definidos em Dezembro de 2003 na Estratégia de Segurança Europeia.

«A UE oferece aos nossos vizinhos uma relação privilegiada, construída sobre o empenho mútuo em valores comuns (democracia e direitos humanos, Estado de direito, boa governação, princípios de economia de mercado e desenvolvimento sustentável).

A Política Europeia de Vizinhança aplica-se aos vizinhos com fronteiras diretas, terrestres ou marítimas, com a UE – Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egipto, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, os Territórios Palestínianos Ocupados, Síria, Tunísia e Ucrânia. Ainda que a Rússia seja também vizinha da UE, as nossas relações com este país são antes desenvolvidas através de uma Parceria Estratégica que abrange quatro “espaços comuns”»

http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/what_eu_neighbourhood_policy_eastern_partnership/index_pt.htm acedido em 16, julho, 2014.

2.2. ESTADOS UNIDOS EM ÁFRICA

Os Estados Unidos da América são indubitavelmente, um dos estados que maior influência tem em África e no mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, os americanos aproveitam a decadência europeia no continente africano e apoiam os movimentos de descolonização do séc. XX e tornam-se uma superpotência.

Com uma agenda externa bastante interventiva, este é o país estrangeiro do ocidente que tem passado por mais rivalidades ao longo destas últimas décadas em solo africano. O que se poderá dizer da rivalidade com a URSS? Durante os anos de Guerra Fria estes países evitaram se defrontar diretamente, mas marcaram presença em grande parte dos Movimentos de Libertação de descolonização, fosse em África ou na Ásia. Para fundamentar esta ideia, Simeon afirmou: “containing the Soviet/Communism expansionism on the continent and building ideological affiliations with African countries”¹⁷ (Simeon, 2010, p. 58).

A rixa entre capitalismo e socialismo alimentou esta disputa de influências um pouco por todo o globo, só que a União Soviética, no início dos anos 90 do século passado, acaba por se desmoralizar. Perante este mundo globalizado, a queda da sua arquirrival URSS e com uma nova ordem mundial onde o topo da “cadeia” era ocidental, tudo parecia desenvolver-se da melhor forma para os americanos em solo africano. Só que outro adversário estaria disposto a jogar todas as suas cartas no continente.

A República Popular da China, um estado que muitos olhariam de soslaio, apresenta-se como um forte concorrente e uma nova força para alimentar outra rivalidade e fazer com que os americanos apostassem fortemente em África. Não será então complicado perceber que desde o início deste milénio a agenda norte americana ter-se-á alterado, não apenas com um único objetivo da “war on terror” (como é conhecida a guerra contra o terrorismo) mas também para abafar o avanço que o dragão asiático (China) tem vindo a ter “pé ante pé” na sua cooperação com os estados africanos.

2.2.1. DIMENSÃO POLÍTICA

Os interesses políticos dos Estados Unidos da América em relação à sua agenda africana terão sido sempre representados por determinadas ações no continente “negro”. Muito se alterou

¹⁷ “Conter o expansionismo do comunismo soviético no continente e construir uma afiliação ideológica com os países africanos.”

entre os anos 60 do século passado e o novo milénio, mas a coerência interventiva e manipuladora estará sempre presente.

Será impossível desprezar, e ter-se-á que salientar, que a agenda norte americana para a política externa após a Segunda Guerra Mundial regeu-se maioritariamente segundo os valores americanos de defesa de democracia e respeito pelos direitos humanos.

Note-se que as décadas de 60 e inícios de 70, anos que expuseram um modo operando, centraram-se no objetivo concreto de angariar os estados recentemente formados na sua esfera de influência, com o intuito de espalhar as ideologias ocidentais relativas a um estado democrático e ao respeito fundamental à lei e aos direitos humanos, ideias estas respeitadas por grande parte das potências e organizações internacionais oriundas do ocidente.

Teremos que nos lembrar que no início dos anos 70, houve um incidente que deixou os Estados Unidos da América e a Europa prejudicados quanto aos recursos petrolíferos e estes teriam que estudar outras opções. A crise petrolífera da década de 70 demonstrou a indignação dos países pertencentes à OPEP que aumentaram bruscamente os preços do petróleo devido ao apoio dos EUA a Israel na guerra do Yom Kippur e posteriormente no início da década de 90 a participação destes na guerra do Kuwait.

África poderia ser a outra opção, mas até à década de 90, ou início do novo milénio, os Estados Unidos pouco investiram neste continente, com a debilidade e a queda já em 1991 da ex URSS, a sua influência estaria mais ou menos assegurada.

O número exaustivo de conflitos, a grande instabilidade do continente africano e a presença constante das ex metrópoles (que nesta altura estavam a perder um pouco do fulgor e da sua imagem preponderante em África) parecia deixar os EUA algo afastados do continente negro.

Mas alguns falhanços das organizações internacionais, como por exemplo os da ONU no caso do Congo ou Ruanda e o aparecimento da China de imagem renovada, motivou Bill Clinton a querer reaproximar-se de África.

A China não só demonstrou uma “atitude agressiva” e de conforto em África, como veio despertar uma nova ordem mundial e uma nova atitude por parte das potências ocidentais para o novo milénio. Não é por acaso que as agendas externas dos executivos de Bill Clinton, de George W. Bush e mais recentemente de Obama, possuem políticas que serão convenientes ao governo americano em África.

2.2.2. GEOPOLÍTICAS, GEOESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA.

Como todo o mundo sabe, os Estados Unidos da América são reconhecidos como a grande potência mundial. Este título partiu da forma como estes atuaram no decorrer do último século e souberam sempre aproveitar a fragilidade de outrem para dispararem até ao topo.

Após duas guerras mundiais, em que o continente europeu havia sido o mais lesado, estar por detrás da criação das instituições “Bretton Woods” (FMI e BM), ser o impulsionador do pacto do Atlântico norte (NATO/ OTAN) e fazer parte dos cinco estados que teriam direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os EUA tornam-se a grande potência em que só a URSS conseguia fazer frente.

No início dos anos 90 do século transato, e após a deformação da URSS até ao início do novo milénio, os EUA continuaram a dominar o mundo e apresentaram-se com uma política agressiva e interventiva. Participaram diretamente no conflito do Kuwait por exemplo e em 2003 no Afeganistão. Só que nem todas as missões foram fáceis e Bill Clinton viu-se mesmo obrigado a alterar algumas das suas políticas externas devido aos desaires da Somália e Ruanda.

Washington teria tido algumas baixas nos dois conflitos referidos acima, então teve que repensar toda a sua estratégia.

Estruturou a ACRI¹⁸, de forma a treinar militares africanos para que estes tivessem preparados para rápidas intervenções humanitárias e de estruturação de paz com o objetivo de minorizar os danos de conflitos e genocídios que estariam a acontecer em determinados estados africanos.

Entre 1997 e o ano 2000, o ACRI organizou a formação de forças militares em países como Senegal, Uganda, Malawi, Mali, Gana, Benim e Costa do Marfim.

Os ataques às embaixadas americanas em Nairobi (Quénia) e Dar es Salam (Tanzânia) em 1998 e mais tarde a 11 de Setembro de 2001 em solo americano, catapultou os americanos para o combate ao terrorismo e África passou a ser uma séria questão de segurança.

A debilidade governativa e económica de muitos estados africanos e árabes é um fator para que estas fações terroristas/radicais se instalem nesses países.

O programa nacional de segurança dos EUA estendeu-se também à sua política externa e a “Guerra ao terror” começou então em 2002.

¹⁸ <http://www.globalsecurity.org/military/ops/acri.htm> “The Africa Crisis Response Initiative (ACRI) was a US State Department managed, Defense Department supported training initiative. ACRI was intended to enhance the capacity of selected African militaries to respond effectively to peacekeeping or humanitarian relief operations on the continent.”

“In Africa promise and opportunity sit side by side with disease, war and desperate poverty. This threatens both a core value of the United States – preserving human dignity – and our strategic priority – combating global terror” (NSS, 2002).

Bush, durante a sua administração, manteve-se leal à sua luta contra o terrorismo, e através da sua intervenção no Iraque tentou demonstrar o seu poderio militar, invocando que os iraquianos teriam armas de destruição maciça. Mais tarde os EUA acabariam por abandonar o Iraque e deixar o país em uma instabilidade extrema. Em poucos anos Bush adquiriu bastantes inimigos de fações radicalistas¹⁹, que se vão fixando entre a Ásia menor e o continente africano.

Com a China a beneficiar cada vez mais do ceticismo africano em relação aos verdadeiros interesses norte-americanos (sendo que alguns proferem a palavra imperialismo para os qualificar), em 2004 reformularam o programa ACRI e este mudou de nome para ACOTA e em 2007 foi estruturado o AFRICOM.²⁰

O programa ACOTA, pela primeira vez, incentiva a uma formação para missões militares ofensivas de “peace enforcement”. Os EUA desde o início do milénio que apontam uma maior presença em África principalmente nas regiões que são ricas em recursos naturais.

Ligado aos programas não estão apenas os treinos das forças militares dos estados do continente africano, incursões em determinados conflitos, ou apoios no transporte e venda de armamento. O apoio ao policiamento em certos estados debilitados, à resolução de problemas como o contrabando ou as redes terroristas, à manutenção da segurança tanto terrestre como dos mares são pormenores muitas vezes esquecidos quando falamos dos EUA e do seu reconhecido intervencionismo.

Será mesmo em 2011 que o embaixador J. Anthony Holmes argumentou que “ensure that the system operates without disruption”. E outros autores acreditam que “U.S. navy ships patrolling these areas could help reestablish maritime security”²¹ (da Cruz & Stephens, 2010, p. 193).

Com estes programas de defesa desenvolveu-se também uma monitorização não só aos estados africanos e às suas forças militares, mas também a outros atores como a União Africana ou instituições sub-regionais africanas.

¹⁹ “Al-Qaeda in the Maghreb and North Africa; the Islamist movement Boko Haram in Nigeria; possible al-Qaeda-linked militants in post-Qaddafi Libya; Mali’s Islamist rebels of the Ansar Dine; al-Shabaab in Somalia; Joseph Kony Lord’s Resistance Army (LRA) in the Central African Republic and Uganda; and guerrillas from al-Qaeda in the Arabian Peninsula across the Gulf Aden in Yemen” (Turse, 2013).

²⁰ <http://www.africom.mil/about-the-command> “United States African Command, (AFRICOM) I sone of the six of the US Defense Department’s geographic combatant commands and is responsible to the Secretary of Defense for military relations with African Nations, the African Union, and African regional security organizations.”

²¹ “Os navios da marinha dos Estados Unidos patrulham estas áreas para ajudar a restabelecer a segurança marítima”.

Aliás, certos seminários e fóruns sobre segurança e defesa foram organizados durante a administração Bush em que contava com a presença de muitos dos ministros de defesa dos estados africanos e outras instituições continentais. Estas instituições serão o alvo de políticas americanas pois estarão a tentar afirmar-se no palco internacional e assim os americanos evitam uma participação direta em pequenos conflitos e fortalecem a sua influência no continente africano, afastando um pouco a sua imagem de ingerência.

A construção de uma base militar no Djibouti será outra das estratégias dos americanos, mas quanto a este território não estarão sozinhos, já que a França terá operado da mesma forma. O Djibouti é um país importante geo-estrategicamente, situado junto ao golfo de Áden e rodeado por países que apresentam uma história de vários conflitos este pequeno país é usado como a “base” contra o terrorismo.

Desde que Obama foi eleito, a política externa não foi completamente reformulada, mas houve uma certa remodelação e cuidado na forma de atuar externamente por parte dos norte americanos. Primeiramente, a postura do novo presidente norte-americano é extremamente diferente de George W. Bush, segundo Barack Obama ascende ao poder numa altura débil não só da economia americana mas também mundial. E qual terá sido a estratégia de Obama para o continente africano?

Obama apresentou uma postura de maior cooperação perante as instituições e governos africanos tentando assim escapar ao “hard power” da administração Bush e limpar um pouco a sua imagem no continente.

A tentativa de reforçar as relações diplomáticas com os países africanos serão alguns dos princípios da atuação dos EUA e logo em 2009 Barack Obama visitou o Gana. Este reforço na relação e cooperação com os estados africanos provém da presença chinesa em África.

Não será então difícil de assinalar o porquê de Hillary Clinton ter afirmado em uma das suas visitas a África em 2011 “It is easy to come in, take out natural resources, pay off leaders and leave.”²². Acrescentando ainda que a forma de atuar chinesa, simplesmente de interesse económico seria uma nova forma de imperialismo “Africa must beware of “new colonialism” as China expands ties there and focus instead on partners able to help build proactive capacity on the continent”.²³

Algo que para muitos leitores e autores poderá suscitar um breve sorriso e questionar se a maneira como os americanos operam nos estados africanos, não será também um novo tipo de neocolonialismo?

²² “É fácil entrar, tirar os recursos naturais, pagar aos líderes e sair”.

²³ “Africa tem que estar preparada para o “Novo Colonialismo” como a China expande as suas ligações e foca-se em parceiros que estão prontos para a ajudar a construir uma capacidade proactiva.”

2.2.3. SETORES FINANCEIROS E ECONÓMICOS

Como foi evidenciado supra, o setor militar e de segurança apresenta grande parte das políticas externas norte americanas em África.

Com uma formação destinada a difundir os valores democráticos respeitando principalmente os direitos humanos, os EUA no setor económico apresentam-se em África conexos com as instituições e só pactuando com os países que lhes dão alguns interesses e garantias.

Há que salientar que, neste vetor, os programas e as relações multilaterais serão substituídos por uma maior aproximação a um certo estado e algo delimitado por relações bilaterais. Contudo será interessante ver como é que os poderosos EUA se comportam neste capítulo e quais serão as suas ferramentas para atuar num setor em que a China e a sua política Win-Win retirou vantagem nos últimos tempos.

Bill Clinton, ainda em 2000, responde à criação do FOCAC por parte da China com o seu programa AGOA²⁴ que terá mais três reformulações na administração Bush.

Este programa, assinado para restabelecer relações económicas entre os EUA e os estados africanos, incentiva estes a reformularem as suas economias, a continuarem os seus esforços na abertura do mercado e remodelação de tarifas para as trocas comerciais.

Estes novos mercados não serão apenas um interesse dos EUA, a China também está presente e a União Europeia desde os finais do século passado que também vai espreitando a oportunidade de desenvolver negócios que serão importantes para todos os seus estados-membros, principalmente os ex colonizadores. E o que move tanto interesse?

Uma vez que o continente africano não será apenas uma parcela terrestre onde estão desertos, gentes tribais que vivem sob o domínio de outrem, uma “mina” de conflitos étnicos e estados debilitados, este apresenta-se bastante preponderante nesta nova economia global. Engane-se aquele que terá a ideia de que o continente africano estará devastado devido a uma história com mais de cinco séculos onde a sua gente foi escravizada e vítima do domínio colonial. Este continente é uma das maiores fontes de recursos naturais de todo o planeta.

E sob o programa AGOA, as exportações no setor do petróleo e energia são as mais relevantes, dados apontam que estas tenham tido um enorme aumento na primeira década do novo milénio. Mas nem tudo parece favorável nas negociações e na forma como os Estados Unidos da América tentaram alterar a sua imagem de imperialista perante os estados africanos.

²⁴ <http://trade.gov/agoa/index.asp> acedido em 20, junho, 2014“ THE AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT (AGOA) WAS SIGNED INTO LAW ON MAY 18, 2000 AS TITLE 1 OF THE TRADE AND DEVELOPMENT ACT OF 2000. THE ACT OFFERS TANGIBLE INCENTIVES FOR AFRICAN COUNTRIES TO CONTINUE THEIR EFFORTS TO OPEN THEIR ECONOMIES AND BUILD FREE MARKETS.”

No continente africano os americanos têm ficado um pouco aquém no que toca ao investimento, tanto que Stephen Hayes (presidente Corporate Council for Africa) quando decorria o ano de 2008 declarou “As a tool for Americans to invest in Africa, AGOA has been an abysmal failure”²⁵ concluindo as suas declarações que embora os investimentos dos americanos em África estariam a aumentar, estes recaíam sensivelmente no setor dos recursos naturais (Brautigam, 2009).

Reafirmando esta declaração de interesses apenas nos setor dos recursos naturais, será interessante perceber que entre 1995 e 2007 apenas 11% do investimento em África terá sido para a indústria manufatureira, sendo que grande parte dessa indústria fixou-se em solo da África do Sul, algo que não poderá espantar os mais curiosos, já que nos finais da era de 80 e na década de 90 do século passado, os interesses norte americanos estariam em fazer negócios nos países asiáticos (Brautigam, 2009).

Já na parte da ajuda humanitária e social o continente africano, também será alvo do programa USAID ²⁶. Algo que não será novidade, pois outros atores do direito internacional como a União Europeia ou a grande rival China terão criado projetos semelhantes para que os seus fundos chegassem ao destino pretendido.

2.3. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O término da Segunda Guerra Mundial é o ponto de viragem no cenário internacional. A partir da década de 50 deparamo-nos com uma mudança vertiginosa no Mundo. Para complementar a criação de novos estados após a descolonização, apareceram novos atores/sujeitos que vão preenchendo o panorama internacional.

Estes novos sujeitos são denominados de Organizações Internacionais e o seu conceito será algo complicado de descrever. A definição mais comum e mais perceptível será a doutrina de Sereni que afirma “uma Organização Internacional pode definir-se como uma associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional, e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de um ordenamento jurídico interno próprio, e de órgãos próprios, através dos quais prossegue fins comuns aos membros da Organização, mediante a realização de certas funções e o exercício dos

²⁵ Como ferramenta para os americanos investirem em África, o Programa AGOA tem vindo a ser um falhanço abismal.

²⁶ USAID- United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional); É uma agência liderada pelo governo americano que trabalha no setor civil de forma a acabar com a pobreza extrema e potencializar os valores democráticos. Definição traduzida de <http://www.usaid.gov/who-we-are> acedido em 4, julho, 2014.

poderes necessários que lhe tenham sido conferidos”, já Rudolf Bindschedler tentou ao máximo simplificar a sua definição, descrevendo o conceito de Organizações Internacionais como “associação de Estados instituída por um tratado, que prossegue objetivos comuns aos Estados membros e que possui órgãos próprios para a satisfação das funções específicas da Organização”

Só que será uma organização internacional formada apenas por uma junção de Estados? Obrigatoriamente não, a Organização terá sempre que ser formada através de um instrumento internacional como por exemplo de Tratados e poderá ser assinado por diversos atores das relações internacionais, não necessariamente por Estados.

O exemplo da Santa Sé fazer parte de várias organizações não políticas é bastante esclarecedor, mas também se pode acrescentar que muitas organizações fazem parte da constituição de outras organizações internacionais.

Também o tipo de organizações internacionais variam quanto ao objeto, sendo avaliadas como organizações com finalidades gerais, de cooperação política, cooperação militar, cooperação económica, cooperação social e humanitária e por fim mas não poderemos retirar a sua importância as organizações dotadas de finalidades culturais e científicas.

2.3.1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM ÁFRICA

Nesta sequência não se poderá dar o exemplo de todas as organizações internacionais que estão presentes no continente africano pois esta lista seria muito extensa.

De uma forma a não se saturar e estender-se esta parte, propõem-se nesta dissertação apenas exemplificar o papel de três ou quatro organizações internacionais que distinguem grande parte do seu trabalho em África.

A importância e as ações das organizações internacionais em África é inquestionável e está perante a vista de todos. Não se poderá dizer que todas as ações por parte destes atores do sistema das Relações Internacionais sejam as melhores ou por vezes os estados ou sujeitos que a formam terão as melhores decisões, mas sem elas os danos seriam maiores ao nível planetário.

2.3.2. A ONU

A Organização das Nações Unidas é a organização internacional mais conhecida e uma das mais preponderantes na cena internacional, tendo como estados-membros 193 países²⁷ oriundos de todos os continentes do globo.

²⁷ Número retirado do website: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>

Esta foi criada em 1945 após o término da Segunda Guerra Mundial, com a assinatura do texto definitivo da Carta das Nações Unidas após a Conferência de S. Francisco e entraria em vigor a 25 de Outubro de 1945 e “nasce” em resposta ao falhanço da Sociedade das Nações após a Primeira Grande Guerra, tendo sido projetada ainda durante a Segunda Guerra Mundial.

Os seus fins acabam por se encontrar explícitos logo no primeiro capítulo da sua carta que institui a organização.

“ Em primeiro lugar, a paz e a segurança internacionais. Esta finalidade, que inspira todo o documento e de um modo constante, traduz o desejo firme dos seus autores de evitarem a todo o custo a repetição das trágicas circunstâncias que haviam provocado e acompanhado a 2ª Guerra Mundial.

Depois, a carta refere-se, como segunda finalidade da Organização, ao desenvolvimento das relações cordiais e amistosas entre os Estados, como condição indispensável à manutenção da paz.

Em terceiro lugar, pretende a ONU o incremento de uma estreita cooperação internacional, com vista à resolução de problemas económicos, sociais, culturais e humanitários, comuns aos vários Estados, bem como o estabelecimento de um respeito efetivo pelos direitos da pessoa humana.

Por fim, e em quarto lugar, deverá a ONU funcionar com ponto de encontro de todos os Estados da Comunidade Internacional, visando a orientação e a harmonização das suas atividades particulares para a prossecução dos objetivos comuns antes indicados.”²⁸.

2.3.2.1. ONU em África

A ONU é um ator importante em África e as suas missões no continente africano começaram na década de 60 do século passado, mas durante três décadas as missões não foram muitas e os resultados acabaram por ser algo ténues.

Previsivelmente entre a década de 60 e o final da década de 80, mais precisamente 1989 (ano da queda do Muro de Berlim e final da Guerra Fria), as missões da ONU foram escassas e a sua eficácia foi algo diminuta.

Perante um mundo dominado por duas superpotências e sendo estas, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, esta teria uma ação algo diplomática perante os conflitos. A descolonização e as diversas alterações governativas em novos estados seria outro dos fatores para esta ineficácia por parte das Nações Unidas.

Esta tendência irá alterar-se já no início dos anos 90, até 1994. No espaço de tempo de 5 anos a ONU estaria presente em mais missões do que no período entre 1960 e 1989.

²⁸ (Gonçalves & Quadros, 1993, p. 466-467)

África seria então agora um destino mais frequente para as missões de Manutenção de Paz da ONU, onde a sua abordagem se alterou aquando foi realizada a Agenda para a Paz (1992). Além do diálogo diplomata, foram instauradas novas sanções económicas ao uso excessivo de forças militares.

Renascem então assim algumas missões como a da República Democrática do Congo, ou Namíbia e instauram-se novas missões na Somália ou Ruanda por exemplo.

A Somália foi a primeira missão da ONU que a organização teria autoridade legítima após a Nova Guiné, esta perdurou entre meados de 1992 até aos finais de 1993 na Somália a missão UNOSOM repartida por quatro fases desde a convencional cessão de fogo, até à “construção da nação” tendo a ONU presente para observar as mudanças governativas.

Esta missão acabou por não correr da forma desejada e neste novo milénio a Somália continua a ser um estado débil e com pouca segurança, estando a ONU juntamente com outros atores internacionais atenta aos acontecimentos neste território, evidenciando-se também o facto de soldados americanos perderam a vida nesta missão.

Outros fracassos da ONU, no regresso a África após 1989, foram o caso de Angola e Moçambique que serão posteriormente esmiuçados nesta dissertação, bem como o caso de Ruanda, este bastante conhecido internacionalmente. É uma das missões que custaram não só o protagonismo das Nações Unidas, como uma certa incapacidade perante os interesses dos seus estados-membros.

Kigali a capital de Ruanda foi o cenário para um dos genocídios mais explícitos da era contemporânea e um dos abandonos mais criticados por parte das Nações Unidas.

A missão UNAMIR traçou não só os interesses políticos como a falta destes por parte de alguns estados-membros da ONU, o que viria a refletir-se na morte de milhares de pessoas.

O comandante Dellaire assumiu esta missão da ONU com poucos soldados disponíveis e provenientes da Bélgica, Bangladesh, Gana ou Tunísia. Os seus recursos eram reduzidos, para um país que estava em transição política. Com soldados que não foram desmobilizados, o tráfico de armas constante na capital, a insegurança e os problemas étnicos existentes entre Hutus e Tutsis (sendo que grande parte deles teriam sido exilados durante a Guerra Civil), seria espectável que o cessar-fogo e a paz assinada no tratado de Arush em 1993 não seria eterno.

No ano seguinte, o atentado ao presidente hutu Juvenal Habyarimana conduziu ao genocídio ruandês. Hutus extremistas culpam os Tutsi desse incidente e começou então um dos genocídios mais marcantes da história ruandesa e mundial.

Foram cerca de 800 mil Tutsis que pereceram “nas mãos” dos Hutus e mais de 200 mil refugiaram-se no Burundi, Uganda, Tanzânia ou no Zaire. E a ONU? Que fez perante este acontecimento?

Os Estados Unidos da América, normalmente um dos principais atores das missões, recusou-se a participar na missão ainda na ressaca do que aconteceu na Somália, onde perdeu militares seus.

O comandante Dellaire resignado ao que estava a acontecer, nada pôde fazer, e após as 9 vítimas mortais do “esquadrão” belga, recebeu a informação de que as tropas da ONU iriam abandonar o terreno. Algo que ainda hoje repugna não só o comandante que se viu a ficar sem tropas, como muitos que estão familiarizados com este conflito ruandês.

Entretanto a França também teria instaurada a “Operation Tourquoise” nesse mesmo ano no Ruanda, sob a aceitação da ONU, mas esta acaba por ser sancionada após o abandono das Nações Unidas do Ruanda.

Tem que se frisar também que existiu uma situação delicada na República Democrática do Congo. Desde o seu período de descolonização que este país tem passado por grande instabilidade, sendo um país em que a ONU terá que ser auxiliada por outros atores internacionais, já no novo milénio.

Esse reforço será no regresso a África por parte das Nações Unidas, passado um ano de ter falhado a missão de Ruanda, a organização e os seus estados-membros pertencentes ao Conselho de Segurança estariam preparados para novas missões fosse na resolução de novos conflitos ou de antigos que estariam ainda por resolver?

A resposta essa terá uma conotação negativa, e a instabilidade no continente africano continua a fazer parte do nosso dia-a-dia. Mesmo não sendo muitas as guerras civis deflagradas neste novo milénio, os conflitos étnicos continuam a ser um fator para o Conselho de Segurança da ONU.

Acontecimentos como o genocídio ruandês terão que ser evitados, e é por esse motivo que o aparecimento das novas organizações regionais e sub-regionais do continente africano, impulsionadas pela forma de atuar da União Europeia nos primeiros anos deste milénio, estão cada vez mais cooperantes e ajudam a interromper os conflitos estaduais ou regionais.

A agenda africana de segurança da União Europeia e a cooperação da União Africana também têm sido chaves essenciais para que as missões das Nações Unidas não falhem. Serra Leoa e a República Democrática do Congo são duas missões que acartaram grandes despesas à ONU e por vezes os membros permanentes mantiveram-se afastados em algumas situações, mas com o interesse no mercado de diamantes da Serra Leoa, a tentativa de controlar os desafios étnicos e aproveitar os recursos naturais do Congo, deparamo-nos com uma Inglaterra bastante presente no conflito da Serra Leoa e com um problema não só congolês mas regional houve uma certa afluência àquele estado por parte das potências e organizações estrangeiras.

Agora a questão que se interpõe prende-se com a averiguação de ter tido a ONU pulso para não só sancionar, desmilitarizar países ou acompanhar as suas transições governamentais? Por vezes teve boas atuações, um belo exemplo é o da Namíbia onde a ONU observou as suas eleições no

período de transição e cooperou diplomaticamente com o seu novo governo, mas grande parte da instabilidade e dos erros cometidos pelas Nações Unidas foram apaziguados por outras organizações ou por estados como foi o caso de Inglaterra que teve grande influência no término do conflito interno da Serra Leoa, ou a França no Mali.

E onde estarão então os motivos para o fracasso de muitas das missões da ONU? O motivo para o fracasso estará mesmo no seio desta organização supranacional e nos seus estados permanentes que têm direito a veto nas decisões mais importantes.

Ora, no que toca ao continente africano, na altura da descolonização víamos estados permanentes do Conselho de Segurança em lados opostos e nos dias de hoje ainda há várias rivalidades e interesses.

Neste mundo globalizado é cada vez mais importante as múltiplas relações que um estado ou sujeito das relações internacionais tem, facilitando assim a sua movimentação segundo os seus interesses, sejam eles políticos ou socioeconómicos.

2.3.3. AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS

O Banco Mundial e o FMI são as duas instituições financeiras implementadas em Bretton Woods com sede em Washington que ao longo das últimas décadas esteve presente em África.

Criadas fundamentalmente para apoiar o desenvolvimento financeiro dos seus estados membros, de equilibrar as suas balanças comerciais e promover o crescimento sustentado do comércio mundial, estas instituições teriam como principal objetivo abater a assimetria financeira abrupta entre estados desenvolvidos e estados em vias de desenvolvimento.

Instituições de cariz macroeconómico liberal defendem um papel mínimo por parte de um estado na regulação da sua economia e acabam por ser o reflexo do que é o mundo globalizado da atualidade. Promoção essa ao capitalismo liberal que advém das políticas económicas americanas. A própria referência à promoção da democracia estará adjacente nas ações destas instituições financeiras.

E será que os países africanos terão beneficiado da ajuda destas duas instituições? A resposta não poderá ser totalmente conclusiva, mas certamente estaremos de acordo que muitas das decisões tomadas pelas instituições não foram as melhores, ou alguns estados africanos ainda não estariam preparados para essas reformas.

É importante que todos tenham consciência que certas políticas poderão obter resultados positivos num determinado estado, e noutro o resultado ser antagónico. Por vezes tem que haver um

estudo de caso prévio para que certas medidas políticas não sejam tomadas de forma a deteriorar ainda mais o trabalho que anteriormente foi feito.

2.3.3.1. AS INSTITUIÇÕES DE “BRETTON WOODS” EM ÁFRICA

As instituições de “Bretton Woods” definidas pelos programas de cariz macroeconómico preparados para um determinado tipo de estado, mostraram-se inapropriadas para muitos países africanos. Há que refletir e perceber que o controlo das balanças comerciais e o desenvolvimento económico variam de estado para estado, sendo que grande parte dos estados africanos após a descolonização e os conflitos internos ainda nos dias de hoje apresentam um fraco desenvolvimento político e socioeconómico, apresentando a sua balança comercial com resultados negativos.

Nos anos 60 do século XX, o Banco Mundial começa a enviar fundos para países africanos numa tentativa de apoiar grandes planos estratégicos para o desenvolvimento, da Etiópia ao Gana o Banco Mundial doou fundos para que barragens e outros projetos de irrigação pudessem o fornecer energia elétrica e desenvolverem novas culturas agrícolas junto aos rios.

Junto ao Rio Awash na Etiópia a produção de cana-de-açúcar, algodão e a plantação de banana eram as culturas agrícolas predominantes antes do projetos de irrigação nos anos 60.

Esta zona teria usualmente duas temporadas em que haveria inundações. Algo que não chocaria qualquer um dos cerca de 150 mil habitantes. Com as alterações feitas, os fluxos do rio alteraram-se e as irrigações naturais do caudal do rio diminuíram drasticamente, tornando um solo fértil para a produção agrícola, num solo árido que não poderia suportar toda a população que se fixava nas imediações.

Muitos tiveram que abandonar a sua zona habitacional sem receber compensações e, como seria de prever, algumas tribos tiveram que começar uma nova vida na “terra dos seus vizinhos”, não se poderá nunca descorar que há uma etnicidade enorme nos estados africanos.

Nas décadas seguintes de 70 e 80 os mesmos erros foram recriados em outros estados da zona subsariana, como foi o caso da barragem de Kainji na Nigéria onde mais de 40 mil pessoas ficaram desalojadas, mais de 12 mil habitantes da barragem de Ruzizi II no Zaire perderam as suas casas e incrivelmente no Gana foram mais de oito dezenas de milhares de pessoas que partiram devido aos projetos aquíferos em Akosombo, onde foi concebido o maior lago “artificial” do mundo denominado de Lago Volta.

No último exemplo não se poderá salientar apenas os que abandonaram devido aos desastres naturais provocados pelas mudanças naquela fauna e flora. A população que resistiu nas imediações do Lago Volta, acaba por ser afetada pela propagação de Bilhárzia²⁹.

O resultado destes projetos do Banco Mundial foram a destruição da fauna e flora daquelas regiões, embora a instituição tivesse agido com as suas “melhores intenções”, não se preocupando com a habilidade do poder financeiro ou responsabilidade política, estes eram apenas empréstimos para o desenvolvimento da força do sector público e da disciplina do sector privado nos estados com que a instituição coopera financeiramente.

Após os anos 80 as decisões do Banco Mundial seriam muito criticadas por parte das sociedades de muitos dos estados que, ainda assim, aceitariam os seus empréstimos aprovando novamente projetos no sector aquífero, de energia, ou de extração de recursos naturais.

Costa do Marfim, Guiné ou Camarões são o exemplo de países onde mais uma vez suas populações foram prejudicadas em prol de projetos que não só destruíram lares ou florestas, mas também degradaram os solos férteis que abasteciam os habitantes daquela região.

A ajuda externa é então distinguida pelo falhanço, os empréstimos com o intuito de uma melhoria na macroeconomia de muitos países africanos acaba por os afundar ainda mais.

Claude Ake letrado africano e assessor nos assuntos africanos do Banco Mundial referiu que ajuda não será a resposta para os problemas, afirmando que o problema seria político e não económico, e que a população teria um papel importante para impedir o seu governo central de se alienar a mais ajudas de desenvolvimento por parte das instituições de Bretton Woods.

Esta falta de estruturação da ajuda externa alienada aos interesses dos países desenvolvidos, sempre prontos a investir no continente africano e alimentar a ideia dos governos recetores de ajuda que o aumento das suas exportações no sector dos recursos naturais será suficiente para o desenvolvimento de toda a economia estatal, padecem de um ideal “irrisório”.

O pendor para a produção e aproveitamento de recursos naturais leva à carência de desenvolvimento em outros sectores industriais e alimentares e adjacente à instabilidade política, está a falta de um desenvolvimento regado nos sectores imprescindíveis para o desenvolvimento económico e social, as epidemias, a ganância das elites africanas, a corrupção e os governos autoritários serão outros fatores que provocam a extrema pobreza e enorme desigualdade social africana.

Tanto o Banco Mundial como o Fundo Monetário Internacional depararam-se com toda esta fragilidade africana e nos anos 80 do século transato, recorrem a Programas Estruturais de Ajustamento. Será que estas debilidades foram ultrapassadas?

²⁹ Bilhárzia uma doença crónica causada pela penetração de parasitas no corpo humano.

Segundo Ground em 1984 a resposta será negativa³⁰, já que este durante a década de 80 identificou alguns problemas na atuação do Fundo Monetário Internacional em África.

O Fundo Monetário Internacional começou a ser visto como um dos mecanismos a ser utilizado em último recurso numa profunda crise económica, tal como nos indica a questão pertinente do presidente da Tanzânia “Must we starve our children to pay our debts?” (Brautigam, 2009).

Os empréstimos de ajustamento estrutural com o objetivo de regular os preços, sem estruturação na produção, era suscetível de originar que os estados impusessem políticas de austeridade (de forma a obter uma redução dos défices comerciais e liberalizar os seus mercados). Muitos estados africanos, e tendo mais uma vez a África Subsariana como exemplo, afundaram-se em dívidas perante as instituições de Bretton Woods, as medidas de reestruturação não funcionaram em muitos dos estados assistidos. A demasiada confiança deposta em governos autoritários e elites corruptas que residem em estados carenciados de estruturas políticas e de pobreza extrema só poderia resultar em insucesso.

Helleiner no início da década de 90 refere-se a esta estruturação de programas que em nada apoiaram os estados africanos como programas negligentes³¹.

Em suma, todos os programas acima descritos tanto por estados como por organizações do oeste terão sempre uma grande influência em África e no que este continente poderá daqui para a frente se desenvolver.

Se todos os olhos se dirigem para o continente a sul do mediterrâneo nos dias de hoje, será devido à existência de uma variedade de recursos inexplorados e mesmo após o “trauma” de cinco séculos de colonialismo, África ostenta um leque de recursos que bem aproveitados, poderão ser a resposta para a debilidade económica de muitos dos seus estados.

³⁰ Cinco problemas da atuação do FMI:

1. Montantes insuficientes de financiamento;
2. A inconsistência das políticas económicas;
3. A utilização do *stock* de ativos líquidos externos, enquanto critério de performance;
4. A utilização de critérios de performance fixos e específicos. A relevância teórica dos critérios de performance do Fundo é questionável, em termos da intensidade da sua relação com as variáveis da economia real. Para além disso, quase todos os critérios são de curto prazo;
5. A natureza da ligação entre financiamento externo e os acordos de ajustamento.”

³¹ “ Helleiner (1992) aponta os seguintes erros dos programas de ajustamento, nos anos 80, em África:

1. Demasiada confiança na reforma da estrutura de incentivos;
2. Negligência da provisão de bens públicos cruciais, especialmente infraestruturas agrícolas;
3. Ingenuidade acerca da natureza das mudanças no sistema financeiro, em particular na eficácia do aumento da taxa de juro;
4. Ingenuidade acerca da eficiência da privatização, essencialmente no mercado agrícola e na distribuição de *inputs*;
5. Negligência do capital humano e da pobreza;
6. Excesso de otimismo acerca das perspetivas de expansão dos ganhos das exportações tradicionais;”

Por isso, nos dias de hoje, a preocupação de ter uma agenda africana nas relações externas de estados e organizações internacionais/regionais do oeste é uma prioridade.

Mesmo após os vários programas de defesa e segurança para a manutenção da paz por parte da ONU, da União Europeia ou alguns dos seus estados em África citados acima, não nos podemos esquecer que há uma organização militar que este ano (2014) reforçou a sua cooperação com a União Africana. Esta organização tem de seu nome OTAN.

A OTAN participou em algumas missões de manutenção de paz e segurança em solo africano nomeadamente em Darfur ou na Somália durante a última década. Geralmente figurando uma posição de cooperação perante as Nações Unidas ou mais recentemente a União Africana, foi importante na “Operation Unified Protector” na Líbia em Fevereiro de 2011 quando Gadaffi foi destituído do poder.

Depois de adoção de resoluções falhadas ainda na década de 70 do século passado por parte da ONU a favor do povo líbio condenando a violação sistemática dos direitos humanos por parte do seu chefe de Governo, no mês de março de 2011 a OTAN acaba por reforçar o seu poder na Líbia dominando por completo as operações militares no terreno³².

Outros atores que muitos não mencionam ou simplesmente evitam referir, e que representam grande quota-parte da ajuda humanitária no continente africano são as Organizações não-governamentais. Tendo um trabalho contínuo, estas organizações estimulam ações para minimizar o sofrimento e as carências das populações africanas em vários sectores sendo os da saúde, educação e o combate à fome os principais pontos destas organizações.

Uma das organizações não-governamentais que se destaca é os Médicos Sem Fronteiras (organização canadiana), até porque desempenha o seu trabalho sem fins lucrativos e marca presença em grande parte dos países que passa por conflitos bélicos, sejam eles internos ou regionais.

Mais adiante neste trabalho, a questão das potências ocidentais e das suas instituições serão novamente supracitadas comparativamente à ação chinesa no continente africano.

³² → the enforcement of an arms embargo on the high seas of the Mediterranean to prevent the transfer of arms, related material and mercenaries to Libya;

→ the enforcement of a no-fly-zone in order to prevent any aircraft from bombing civilian targets;

→ air and naval strikes against those military forces involved in attacks or threats to attack Libyan civilians and civilian-populated areas.

3. CHINA

3.1. ACONTECIMENTOS INTERNOS DESDE A GUERRA DO ÓPIO ATÉ À INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.

A China nos dias de hoje é o que os ingleses chamam de “*main-player*” das relações internacionais. Com uma história milenar, este império chinês, agora denominado República Popular da China, desenvolveu-se economicamente de uma forma arrebatadora nas últimas décadas.

Porém, a sua história nos últimos dois séculos do milénio passado está manchada de rebeliões, guerras civis, derrotas contra potências estrangeiras.

A Guerra do Ópio é o primeiro grande confronto contra uma potência estrangeira (ou será igualmente, preciso frisar que foi o primeiro e o segundo grande confronto) por parte da China Imperial.

Após a proibição da venda e produção do ópio em território chinês, quem aproveitou para fazer negócio foram os britânicos que navegavam pelo mar chinês no apogeu do colonialismo europeu. Produzido em território indiano, este era comercializado no mar da China e entrava no império pelos seus grandes portos situados a sul do Império do Meio. Devido a muitos chineses perderem a vida por serem viciados em tal droga, Pequim declara guerra à Grã-Bretanha.

Este confronto sucede na década 20 do século XIX sendo que se repete na década de 40 do mesmo século. Quem sai derrotada é a China contra a hegemónica e superpoderosa Grã-Bretanha, e as cláusulas da derrota chinesa não são brandas, tendo as potências estrangeiras a fixarem-se nas cidades dos principais portos marítimos e do Rio das Pérolas.

Aparecem então as “concessões” estrangeiras em determinados locais e o governo manchu não teria qualquer mão perante as tarifas alfandegárias ou o comércio realizado dentro das zonas pertencentes às potências estrangeiras.

Durante décadas as principais zonas comerciais costeiras foram dominadas por potências como a Rússia, Alemanha, França, Inglaterra ou mesmo os vizinhos japoneses.

No início do séc. XX os problemas chineses eram visíveis, a imagem de “duas Chinas” era bastante explícita, com uma sociedade extremamente estratificada e desigual, 80% da população era camponesa. A fome, a escassez de alimentos e a pobreza eram a imagem de uma China atrasada e maioritariamente rural. As técnicas de agricultura, essas, eram mesmo rudimentares.

Por outro lado na cidade havia uma minoria da população que vivia bem, ligada ao comércio nos grandes portos (Xangai, Hong Kong, Cantão, Macau e Taiwan). Muitos deles, mandarins de grau elevado, viviam do comércio de seda, chá e ópio com as potências estrangeiras. Muitos seriam corruptos.

A opressão por parte do imperador e do seu governo era outro dos fatores que colocariam a população chinesa insatisfeita, e o sentimento de o seu território ter sido invadido por estrangeiros e sentirem-se inferiores vai despertar o ódio chinês aos estrangeiros.

Este descontentamento leva a que no sul e centro do Império do meio, sociedades secretas sejam criadas. Pessoas insatisfeitas e com pensamentos revolucionários, organizações sindicais, assembleias locais uniam-se e a partir de Wuhan a revolução foi se alastrando por mais 14 regiões. E em 1912, já após os revolucionários terem instaurado um governo em Nanquim o imperador Pu Yi abdica do trono.

Sun Yat Sen torna-se então o presidente chinês, mas o seu governo dura pouco tempo. O líder do exército do norte Yuan Shi-Kai à base da força intitula-se presidente e tenta mesmo intitular-se imperador, mas perece passados três anos. Estamos perante uma fase de anarquia em solo chinês, e nos anos seguintes quem toma conta do governo são os Senhores da Guerra da facção de Yuan Shi-Kai.

Em 1917 Sun Yat Sen renasce na cena política chinesa, este vai criar o partido nacionalista Guomintang que teria a sua maior força na zona de Cantão no sul da China. Nesse mesmo ano a vizinha Rússia passaria por uma revolta do proletariado e passaria a ser governada segundo um governo socialista/comunista.

O tratado de Versalhes também não iria ser meigo para a China em 1919 que mesmo não tendo uma participação na Primeira Guerra, iria perder território para os vizinhos japoneses.

Em 1921, é criado o Partido Comunista, liderado por Mao Zedong, em resposta Sun Yatsen reforma o Guomintang segundo um modelo soviético. Armas e fundos chegam da aliada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas formada após a revolução proletária russa.

Sun Yat Sen morre em 1925 e Chiang Kai-Shek apoiado por Moscovo é o novo líder do Guomintang. A sua primeira missão foi rumar a norte e começar uma ofensiva contra os Senhores da Guerra. Os nacionalistas vão mesmo coligar-se com os comunistas de Mao em Wuhan para derrotar o inimigo comum. Mao continua empenhado em juntar a força dos camponeses, a peça fundamental na Revolta Comunista.

Em 1927 Chiang Kai-Shek toma de assalto e conquista Shangai prendendo comunistas e executando outros. Zhou Enlai figura preponderante chinesa, é o chefe da milícia comunista de Shangai, este acaba por escapar à morte.

Os comunistas então fragilizados, não só pela guerra interna, execuções, perseguições mas também pela fome que assola o país, vão recuar das cidades e refugiarem-se mais uma vez nos campos.

Chiang Kai-Shek torna-se presidente da República em 1931 e governa desde Nanquim. A perseguição feita por Chiang Kai-Shek aos comunistas, e a continuação das trocas comerciais e das concessões agrada às potências estrangeiras.

Os comunistas fazem de Yenan a sua capital, mas as perseguições por parte de Chiang Kai-Shek perduraram até 1936 quando os vizinhos japoneses invadem a China e mais uma vez os dois partidos terão que fazer uma aliança.

Para o Japão invadir o território chinês foi uma tarefa fácil, um país devastado por revoltas e guerras interinas, estava fragilizado e não demorou muito tempo para os japoneses dominarem toda a Manchúria e chegarem a Pequim. Pu Yi o último imperador, é intitulado príncipe da Manchúria e não passa de um mero fantoche das pretensões japonesas.

Os Japoneses pilham e destroem cidades inteiras. Os habitantes são massacrados. Num ano os invasores chegam a Shangai e os civis acabam por se refugiar nas “pequenas concessões” estrangeiras que restavam fora da cidade. Nanquim também será alvo dos nipónicos.

Em 1939, a guerra com os japoneses continuava e na Europa a Alemanha de Hitler invadia a Polónia. Estalara no velho continente a Segunda Guerra Mundial.

No início da década de 40 Chiang Kai-Shek espera apoio do estrangeiro mas este tarda em chegar. A sua mulher, que falava fluentemente inglês, também se dirige às potências ocidentais para que ajudem a China, mas na Europa, a Segunda Guerra Mundial estava no seu apogeu.

Com um exército enfraquecido, Chiang Kai Shek terá que contar com os seus inimigos Comunistas em mais uma causa nacional, que deixa de lado todos os seus ideais antagónicos, para salvar a pátria mãe. A capital chinesa agora é Chongking uma vez que os seus inimigos controlavam as grandes cidades e zonas industriais, inclusive Nanquim.

Chongking chegou a ser bombardeada pelo inimigo mais de 250 vezes em 2 anos, mas a Segunda Guerra Mundial teria dado uma reviravolta e a guerra já não era só no velho continente. Os americanos já tinham forças militares colocadas no continente asiático, mais precisamente na Birmânia.

Situando no tempo, decorria o ano de 1941, quando os Estados Unidos entram na guerra, após o Japão atacar por via aérea a sua base no pacífico (Pearl Harbor). Este acontecimento vai transformar completamente os acontecimentos no continente asiático. Aliás a partir de 1943 as visitas de generais americanos a território chinês são mais frequentes.

Os Japoneses são derrotados na China em 1945, ano em que a Segunda Guerra Mundial termina na Europa após o cerco soviético aos alemães e a tomada de Berlim, com o suicídio de Hitler. Já no Pacífico o bombardeamento nuclear dos norte-americanos a Hiroshima e Nagasaki declaram o fim da sangrenta Guerra.

Os Estados Unidos apoiam Chiang Kai-Shek, mas após a vitória frente ao Japão sob o olhar de Marshall, o líder do partido nacionalista e o líder dos comunistas Mao Zedong, de forma a criarem uma união nacional assinam um acordo para a democratização da nação e reorganização das forças armadas.

Os negócios voltam a prosperar nas cidades chinesas, só que esta paz é momentânea e no ano seguinte, após o rearmamento das suas tropas com armas americanas, Chiang Kai-Shek lança uma ofensiva sobre os comunistas que recuam, recolocando-se mais uma vez em zonas rurais do norte do país.

A nova China, principalmente nos centros urbanos, vive momentos de agitação, após 8 anos de guerra com o Japão e um número enorme de rebeliões o povo está contra a guerra, contra a especulação desenfreada, contra a presença norte-americana, contra a desvalorização da moeda e a inflação galopante. Chiang Kai Shek mostra-se impiedoso e demonstra um governo forte e opressivo culpando os comunistas por tais tumultos.

Mao Zedong, este volta ao seu antigo plano, não só reeduca as massas camponesas como as mobiliza. Beneficiando de algumas fragilidades do exército de Chiang Kai Shek e o abandono de alguns soldados do exército nacionalista, a sua causa ganha mais força e em 1948 começa a ofensiva comunista a partir do norte e interior. Estes cercam as cidades e dirigem-se para Shangai e para o estreito de Taiwan.

As forças nacionalistas são derrotadas, os estrangeiros abandonam Shangai e Chiang Kai Shek após duas décadas de presidência vê-se também na obrigação de abandonar a China Continental e instaurar um novo regime na ilha Formosa (Taiwan).

3.2. A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Em 1949 Mao e o seu exército “marcham” sobre Pequim e a 1 de Outubro de 1949 na praça de Tiananmen instaura-se a República Popular da China, reconhecida no dia seguinte pela sua “vizinha” União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e três meses mais tarde pela Grã-Bretanha³³.

Com a instauração do governo comunista, muitos são os autores que descrevem este momento como o “encerrar de portas” às potências estrangeiras e que estamos perante uma República Popular da China isolada. Isolamento é um termo com uma conotação forte e irreal, embora a política externa não pareça ser o principal objetivo a desenvolver por parte do poder Maoísta, a política externa foi preponderante para estabilizar a imagem do grande líder quando as suas políticas internas falharam.

³³ A primeira potência ocidental a reconhecer a República Popular da China.

Muitos afirmam que a China Popular corta as relações económicas com os países estrangeiros, esse ponto será bastante complexo porque um estado que se queira manter isolado depois de um século de rebeliões e guerras internas, por muita mobilização das massas e por muito que haja um esforço da sua sociedade pela pátria mãe, a autossuficiência é uma meta bastante difícil de alcançar.

Apresentando sempre uma maneira calculista a China Popular da década de 50 e 60 do séc. XX apresenta-se surpreendente e alguns passos dados hoje em dia seguem linhas orientadoras daquele tempo. Há então dois atores preponderantes, estes são Mao Zedong um chefe de governo possante e um autêntico mobilizador das massas; Zhou Enlai o primeiro-ministro chinês, o homem que definiu as linhas da política externa chinesa segundo os cinco princípios da coexistência pacífica³⁴.

Perante uma nação socialmente e economicamente devastada, Mao é o líder chinês em 1949 e quando sobe ao poder as suas principais preocupações estariam na política interna. Seguindo o exemplo soviético, começa pela reforma agrária e pelo desenvolvimento da indústria pesada e de defesa. Com o orgulho ferido e crença no partido os chineses repugnam os estrangeiros e trabalham noite e dia para restaurar a nação. Todo esse querer e o ódio pelos estrangeiros são bem visíveis no primeiro confronto armado da Guerra Fria na Coreia.

Os confrontos nas fronteiras estavam sempre presentes, mas em 1950 os norte-coreanos invadem a Coreia do Sul com o intuito de unificar toda a península e no Conselho de Segurança das Nações Unidas os Estados Unidos e outros países perante a ausência da delegação de Moscovo que poderia ter vetado, votam a favor da intervenção militar na Coreia em auxílio da Coreia do Sul.

Os Estados Unidos e mais 20 países dentro da organização apoiam o regime capitalista, já a URSS e a sua mais recente aliada, República Popular da China, um pouco “sedenta” para entrar na cena internacional, vão apoiar o movimento dos norte-coreanos.

Pequim vai entrar na guerra da Coreia não só porque o seu governo comunista é pro Moscovo mas porque assim Estaline evita o confronto direto com os Estados Unidos da América.

Harry Truman nesse ano de 1950 envia tropas para o estreito de Taiwan de forma a quebrar as hostilidades entre a República Popular da China e a República da China que tem assento na ONU e é reconhecida pelos vários países como o representante das “duas Chinas” continental e insular,

³⁴ 1) *Respeito mútuo à soberania e integridade nacional;*

2) *Não agressão;*

3) *Não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro;*

4) *Igualdade e benefícios recíprocos;*

5) *Coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.*

mas este não era o único confronto regional e Pequim colocava-se atento a todas as movimentações nos estados vizinhos.

As revoltas na Indochina passam a ser observadas com muita atenção pelo governo chinês. Salvar a sua soberania e manter o seu território era o principal objetivo de Mao Zedong, mas para isso a RPC teria que nos anos seguintes adotar táticas de acerto conforme os acontecimentos não só nos seus países vizinhos mas também no continente africano. As suas relações externas vão se alterando ao longo da década de 50, mas é no início dos anos 60 que a China vai ganhar alguma força na cena internacional, mas não a suficiente para ter um lugar nas Nações Unidas.

3.2.1 A relação da República Popular da China com os países vizinhos e os conflitos com as superpotências numa era de Guerra Fria

As relações da República Popular da China com os países vizinhos foram um dos fatores mais importantes e assumem um papel influente nos movimentos de libertação africanos. Esta afirmação poderá ser contestável, mas se prestarmos atenção na forma como a RPC atuou no que se refere às relações externas no período adjacente entre a sua instauração em 1949 e a Revolução Cultural que ocorreu na RPC em 1966 não haverá qualquer dúvida.

Primeiramente a entrada por parte da China na Guerra da Coreia pode ser vista não só como uma resolução em defesa da sua segurança e do seu território mas também uma aposta vencedora em apresentar-se ao mundo como uma China vermelha e pró soviética.

Pós a morte de *Estaline* e o final da Guerra da Coreia, na Conferência de Bandung em 1955, a RPC, através do seu primeiro-ministro Zhou Enlai, mostra-se aos seus aliados com uma imagem um pouco diferente e anti-imperialista.

Deixando de lado qualquer tipo de palavra que ligasse o seu governo a qualquer superpotência, o primeiro-ministro chinês utiliza esta conferência para se aproximar dos seus vizinhos focando mais uma vez a posição da RPC neutral e de não intervencionista na política doméstica dos seus vizinhos como Laos, Camboja ou Birmânia. Devido ao número de tumultos existentes na zona, o governo chinês quer primeiramente negociar a situação da população chinesa que vive além-fronteiras.

Um país com quem a China teve alguns problemas a negociar foi com a Birmânia. Os confrontos fronteiriços sino-birmaneses entre 1956 e 1959 incentivaram e intensificaram a base das suas relações diplomáticas para delinear-se uma fronteira entre estes dois países. O Tratado de Amizade e Não agressão é assinado em 1960.

Tratado este que foi seguido à risca, com respeito e fidelidade pelo governo birmanês, por parte do governo da República Popular da China quando rejeitou apoiar as tentativas de revolução feitas pelo PCB (Partido Comunista da Birmânia) entre 1962 e 1964.

As relações com a Índia vão se deteriorar em 1959, no momento em que os chineses invadem o Tibete e o Dalai- Lama foge para a Índia onde se refugia. E em 1962 esta controvérsia origina mesmo um conflito armado entre Outubro e Novembro devido a incursões por parte do exército indiano em território chinês. A relação bilateral sino-indiana continuou débil durante esta década.

A Tailândia e o Japão eram dois países vizinhos que nesta altura causavam preocupações aos chineses, os primeiros porque pertenciam à *SEATO* (uma organização militar apoiada pelos EUA no sudeste asiático) e não reconheceria o governo da República Popular da China, o segundo porque embora duas cidades tenham sido completamente destruídas pelos americanos estes detinham “boas relações” pós Segunda Guerra Mundial.

No Japão, a China só conseguirá mesmo apoiar as investidas do PCJ que terá alguma força após Nobusuke Kishi em 1960 deslocar-se aos Estados Unidos para assinar e celebrar mais um Tratado de Segurança com os norte-americanos. Um evento que levou a manifestações em Tóquio e que Pequim via de bom grado. Mas os tumultos pouca relevância tiveram, e a partir de 1964 ainda tiveram que lidar com uma facção pró Moscovo que dividirá o Partido Comunista Japonês.

Ao nível comercial pouco se alterava no que dizia respeito às trocas comerciais entre a China e o Japão, já na relação comercial com Tailândia, apesar dos chineses terem efetuado alguns acordos de trocas comerciais e tentarem através de visitas das suas delegações políticas e de artistas criar uma relação diplomática com Banguecoque, os tailandeses foram sempre acabando por apoiar os americanos. Durante os confrontos e a guerra do Vietname este fator é bem visível quando estes auxiliaram as forças do Vietname do Sul e da *SEATO* com material bélico.

Deparamo-nos aqui com uma tática algo antagónica por parte da Republica Popular da China nas suas relações externas quanto aos seus países vizinhos. Por vezes apoiava os partidos do governo ou os seus chefes de estado e outras vezes “apadrinhava” o Partido Comunista de um determinado estado nas suas investidas contra os governos instaurados.

Outro conflito na região e talvez o mais complicado de ser gerido foi o do Vietname, após a conferência de Genebra os limites e fronteiras foram depositos na ex-colónia francesa. A RPC e a URSS vão apoiar o governo de Hanoi a República Democrática do Vietname, enquanto os Estados Unidos e alguns países pertencentes à *SEATO* estão do lado do ditador Ngo Dinh Diem do Vietname do Sul.

Este conflito durou mais do que se esperaria e pôs à prova a aliança chinesa com a URSS, já que Hanoi, mesmo sabendo do cisma sino soviético foi aceitando a ajuda dos dois estados, um lado mais económico por parte da China, e uma ajuda maioritariamente bélica dos soviéticos.

A China, neste contexto, invoca mais uma vez a sua luta frente ao imperialismo norte-americano e aciona novas medidas em 1964 quando Mao envia 300 a 500 mil tropas para a fronteira sino-vietnamita no sul da China e apresenta uma proposta de construção de aeródromos na zona de Yunnan que seriam utilizados para prestar auxílio aéreo caso a República Democrática do Vietname fosse atacada.

Mesmo com as relações Pequim/ Moscovo completamente dissecadas, Pequim ainda dá permissão para que o material bélico russo passe pelo seu território, mas em 1965 acaba mesmo por se afastar de Hanói continuando apenas a salientar a ideia que os norte vietnamitas só poderão ter sucesso frente aos imperialistas americanos se utilizarem uma tática de Guerra de Guerrilha, tal e qual como os comunistas fizeram na altura da guerra civil chinesa.

Mais tarde os americanos iriam ser derrotados pelos vietnamitas do norte que unificaram o país, mas esse será um acontecimento que terá o seu interesse na era de governo de Deng Xiaoping. As próprias relações Pequim Washington terão a sua reviravolta a partir da década de 70, Nesta altura a RPC estaria a tentar solucionar um dos seus maiores problemas internos, a Revolução Cultural. Quanto às relações externas, o continente africano e as revoltas libertárias na América Latina teriam outro impacto.

O Continente africano a partir do momento que a China Popular tem as primeiras desavenças com a URSS torna-se também um ponto de interesse para Mao Zedong, que não só defendeu o seu território perante as confusões nos seus estados vizinhos como através da pessoa e força de vontade de Zhou Enlai foi se aproximando dos novos estados que seriam ex-colónias de países europeus.

No continente africano novas disputas vão surgir. Aliás o triângulo da rivalidade entre a RPC e as duas superpotências vão estar muitas vezes presentes não só nas revoltas libertárias das ex-colónias, como vão colidir em guerras civis dos novos estados.

3.2.2. REVOLUÇÃO CULTURAL

O ano de 1966 é uma grande referência para toda a alteração política em solo chinês. Inicia-se a Revolução Cultural.

Se os anos anteriores foram complicados para Mao Zedong, que viu a sua política do Grande Salto em Frente ser o motivo para muitos perecerem, estaria na altura de tentar controlar o seu povo. A rutura com alguns dogmas e uma maior opressão a uma sociedade que se dividia cada vez mais fazem parte deste período que durou até à morte *de* Mao Zedong em 1976.

Mao Zedong fez desta a sua revolução. O movimento dos guarda-vermelhos que seguiam toda a sua mensagem, as forças revolucionárias jovens que eram convidadas a destruir as velharias e

dogmas fossem estes relacionados com a educação, família ou sociedade. Sob o lema “ **Toda a Rebelião é Justa**”, os jovens insubordinados vão aproveitar essa liberdade para destruir, apoderar ou invadir transportes, estabelecimentos e agredir, torturar, humilhar e por vezes matar outros cidadãos.

A destruição de marcos de uma cultura, de dogmas de capitalismo ou socialismo soviético, as elites tradicionais que marcam uma sociedade abjeta à miséria, a repressão feita a estudantes e artistas que não se quiseram juntar às forças revolucionárias e a obrigação do trabalho forçado no campo para serem “reeducados” por gente muito pobre, são exemplo da memória de uma geração que ficou manchada por uma imagem de pura violência, repressão e miséria, com momentos de total anarquia.

O partido central estava dividido sendo os mais moderados a ser afastados do Comité Central ainda em 1966 como é o caso de Deng Xiaoping, Liu Shaoqi ou Chen Yun.

Entre 1967/1968 a existência de comités revolucionários, e as pequenas guerras civis instauraram-se em várias regiões chinesas. Em Xangai há um episódio conhecido como a “tempestade de Xangai de 1967” onde alguns “esquerdistas” são perseguidos. Liu Shaoqi é preso e maltratado. **(Faleceu em 1969 e deixou a última frase: A boa história é escrita pelo povo.)**³⁵

Entre toda esta confusão interna em 1969, os conflitos entre a China e a URSS nas fronteiras são outro marco desta era, que só tiveram uma trégua precária devido ao encontro entre Zhou Enlai e Kossiguine no aeroporto.

Dentro do partido Mao também passaria por alguns problemas, embora já tivesse afastado alguns políticos do grupo da elite reformista, o PCC continuaria dividido em facções. Lin Biao e Zhou Enlai seriam seguidos por ter pontos de vista diferentes do grande líder.

Lin Biao rapidamente é afastado da cena política no início dos anos 70, sendo perseguido por militares fieis a Mao Zedong. Sentindo-se isolado politicamente parte com a sua família em direção à vizinha União Soviética, mas segundo relatos o seu avião acaba por despenhar-se na região da Mongólia, já Zhou Enlai, serenamente, continuava a tentativa de relançamento do seu programa das 4 modernidades sob o abismo que se tinha tornado esta Revolução Cultural. Entre os anos de 1972 e 1975 o pragmático Deng Xiaoping regressa à cena política.

Se no final da década de 60 os Guardas Vermelhos teriam sido destituídos ainda antes do IX congresso do Partido Comunista, a primeira metade da década de 70 não correu da melhor forma.

Muitos dos chefes locais eram tratados como usurpadores, o mau estar social debate-se não só pela violência e repressão acima descrito mas também pela redução dos rendimentos dos assalariados, como o aumento de greves e do abandono de trabalho. Em Hangzhou as greves eram

³⁵ As datas e cargos inseridos dentro de parêntesis a negrito, são datas que foram consultadas em websites chineses e estão presentes apenas para fazer uma comparação.

mesmo recorrentes e paralisaram fábricas estatais até Agosto de 1975 e por todo o solo chinês o tráfego ferroviário tinha sido interrompido por várias vezes.

Sob um seio de um partido cada vez mais dividido, o **X Congresso do PCC em 1975**, é o evento que promove Zhang Chunqiao, Wang Hongwen, Jian Qing (esposa de Mao Zedong) e Yao Wenyuan (o Bando dos 4). Estes como fiéis apoiantes dos ideais maoístas rapidamente controlam a imprensa e lançam uma campanha bastante ofensiva contra os riscos estruturais do que é o capitalismo e sobre uma elite burguesa que apoiava Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

O ano de 1976 é frisado por muitos como o fim da Revolução Cultural. Se os dois principais atores daquela era da política chinesa (Mao Zedong e Zhou Enlai) acabam por falecer, Hua Guofeng ascende a primeiro-ministro (**e vice-presidente**) duma república que se manifestava sem rumo.

As manifestações cada vez mais recorrentes em cidades como Nanquim não eram o único problema. Sichuan e Anhui sofreram vandalismo de jovens instruídos e frustrados que fugiram dos campos onde teriam sido exilados e Tangshan era alvo de um tremor de terra que devastou a cidade e roubou a vida de 242 000 pessoas em julho de 1976.

Ao nível político, o Comité Central já teria destituído Deng Xiaoping em Abril, que mesmo não sendo expulso do partido se iria refugiar no sul do país. (**Após este acontecimento há protestos na Praça Tiananmen**).

Hua Guofeng, sendo um líder que seguia os ideais maoístas, sabia que a sua ascensão até ao topo da República Popular da China não se concretizaria se o “Gang dos 4” não fosse afastado da cena política, algo que não demorou muito a acontecer porque todos os elementos desse famoso grupo foram condenados a prisão por terem tentado tomar o poder e serem os principais difundidores (“arquitetos”) de um movimento que provocou o caos e o derramamento de sangue como é o caso da Revolução Cultural.

Se acima se salientou o que de grave e tão prejudicial foi a Revolução Cultural para a sociedade chinesa, agora tem que se salientar dois pontos positivos que advieram daquele espaço temporal.

Primeiramente a visita do Presidente Nixon dos Estados Unidos à República Popular da China (1972) para o fortalecimento das relações diplomáticas entre os dois estados é um grande feito. Segundo e parecendo um pouco descabido afirmá-lo, muitos são os autores que defendem a ideia de que mesmo tendo errado redondamente com as suas políticas, Mao Zedong, (reconhecido por muitos como o Grande Líder) conseguiu unir as massas.

E se muitos pensaram que seria complicado os chineses darem a volta por cima, os dias de hoje refutam essa ideia. Com algumas alterações nas suas políticas económicas e um povo com carisma voluntarioso e trabalhador, os dados e as imagens que nos chegam da China hoje

demonstram-nos o contrário tornando a República Popular da China um ator bastante importante nas relações internacionais.

3.2.3. AS REFORMAS DE DENG XIAOPING

As reformas “Dengistas” farão parte do início de uma rutura sobre os ideais maoístas.

Se início da década de 80 e após três décadas sob o domínio de Mao Zedong, a situação chinesa demonstrava-se algo catastrófica, esta foi melhorando ao longo dos últimos anos.

O governo chinês sob o domínio de Deng Xiaoping percebeu que nem tudo o que o grande líder fez foi incorreto, mas continuar com uma economia de autossubsistência iria afundar cada vez mais a economia de um país que poderia emergir facilmente devido ao seu tamanho e a uma melhoria em vários setores como por exemplo no aproveitamento e instrução do seu capital humano.

Deng Xiaoping é o verdadeiro impulsionador desta competitiva e brilhante ascensão económica chinesa. Quando sobe ao poder Deng Xiaoping impulsiona grandes mudanças com uma ideologia moderada e bastante astuta, começando por impulsionar o mercado chinês.

E como é que ele o faz? Abre o mercado chinês ao estrangeiro, embora Mao o tivesse feito nos últimos anos da sua vida, Deng aposta na política de “abertura de portas” para colocar a China no mapa internacional das trocas comerciais.

«A estratégia chinesa de desenvolvimento económico elaborada no final dos anos 70 estava subordinada aos objetivos políticos de reunificação do território e de luta contra o “hegemonismo” principalmente o da União Soviética» (Medeiros, 1999, p. 396).

Incentivado pelas 4 modernizações que Zhou Enlai enquanto vivo referia, Deng adotou-as apresentando várias reformas no sector agrícola e industrial, sector comercial, sector financeiro e claro na ciência e sector militar.

O primeiro alvo das reformas de Deng Xiaoping, no final dos anos 70, terá sido o setor agrícola. A República Popular da China maioritariamente rural demonstrava grandes carências no sistema de produção.

A agricultura estava obturada por um ideal similar ao soviético, as divisões de proporção de terra estariam entregues a cooperativas e a um controle excessivo por parte das autoridades governativas. Estaria na altura de o setor primário chinês ser alterado e não será de estranhar que na primeira fase das reformas dengistas a política agrícola terá sofrido grandes mutações.

Estariam assim dados os primeiros passos para uma economia de mercado quando as autoridades chinesas tentam reduzir o número de cooperativas/comunas e incentivam um sistema de privatização de parcelas. Não foi à toa que as autoridades governativas, de forma a dissolver as

comunas agrícolas, estabeleceram contratos com os produtores rurais em troca de estes atingirem um número na quantidade de produção.

A importância dos terrenos privados, o aumento de preços na aquisição dos produtos alimentares, o incentivo a uma maior diversificação e especialização seriam outros fatores preponderantes para incentivar a produção e as restrições no mercado rural foram relaxadas (FMI, 1993).

Os anos 80 serão marcantes para esta “galopada” económica do Dragão Asiático. Ainda referente à agricultura, a desregulamentação do processo agrícola e toda sua envolvimento, as *TVE's* (Township and Village Enterprises) foram um dos mecanismos que Deng Xiaoping utilizou para o início ou o reatamento de relações diplomáticas com os países ocidentais.

As *TVE's* são empresas que desde o início desta era de reformas seriam autorizadas a vender os seus produtos e a reter os seus lucros e apresentavam-se diretamente conectadas entre a produção agrícola, a modernização da mecanização rural e o desenvolvimento tecnológico na produção de bens de consumo, estas empresas locais teriam sempre um controle das autoridades governativas foram mais uma medida que ajudou na evolução chinesa.

Mas como acontece em qualquer outro país em vias de desenvolvimento que passe por uma reforma económica, o setor industrial será importante para se preparar uma economia mercantil e competitiva.

Se a reforma agrícola retiraria mão-de-obra rural, as zonas urbanas tornavam-se um polo de atração e não será ao acaso que tal e qual como nos países desenvolvidos a China terá passado por um período de Êxodo rural. O setor industrial teria outro tipo de empresas a dominá-lo.

As conhecidas empresas estatais apelidadas com o seu nome em inglês *SOE's* (State-Owned Enterprises) dominariam grande parte das trocas comerciais, mas gradualmente as autoridades chinesas reiteram medidas para que estas gradativamente tenham uma maior participação privada e se tornem mais competitivas num mercado que começaria a ser mais competitivo.

Na segunda metade da década de 80 as alterações às leis empresariais continuariam a ser alteradas e é nesta altura que são instituídos em solo chinês os contratos de trabalho, que permitiram aos trabalhadores das empresas estatais de terem “alguns” direitos e regalias.

“As leis empresarias permitem que as *SOE's* se transformem em entidades autónomas legais, responsáveis pelos seus próprios lucros e perdas” (FMI, 1993).

A constituição das obrigações legislativas é aliviada quando já no final da década “as empresas privadas podem ter mais de 7 trabalhadores, número limite de trabalhadores para as empresas privadas é retirado” segundo (Yabuki, 1992, p. 58).

Infelizmente nem tudo estava a resultar, impulsionado pela mudança económica, Deng continuou com problemas ao nível social para resolver. Conhecido pelo seu pulso firme, ele manteve

uma sociedade estratificada e o *sistema hukou* ainda funcionava. Não se pode dizer que terá uma influência direta, mas um dos problemas sociais que emergia nesta altura era o da mão-de-obra barata. Com milhares de migrantes provenientes da zona rural a chegar todos os dias à cidade, os setores laborais que os cidadãos rejeitam e a falta de qualificação são outros fatores que impulsionam a aposta nos “*nongmin*” cidadão rural. As melhores condições de vida ambicionadas foram uma miragem para muitos dos camponeses que procurariam singrar na vida profissional e ter estabilidade financeira.

O desenvolvimento social não acompanhou o desenvolvimento económico e estatal, e no seio da sociedade começavam a ocorrer manifestações de desagrado. Deng Xiaoping como se frisou acima mantinha uma postura repressiva.

O massacre de Tiananmen em 1989 será o exemplo de que a autoridade central da República Popular da China continuaria extremamente opressora no que toca à parte social. Os estudantes que se manifestaram na principal praça de Pequim foram alvos de uma repressão atroz.

Os anos 90 foram importantes em todo o desenvolvimento gerado pela República Popular da China, sendo uma década em que as medidas tomadas foram de encontro ao desenvolvimento chinês e ao seu crescimento no panorama internacional.

A redução da pobreza e o desenvolvimento tecnológico continuariam a ser as principais metas de uma reforma que aparentava algum resultado à entrada da década de 90.

Mas as autoridades governativas sabiam que não seria ao acaso estes resultados e para continuar o seu caminho triunfante algo teria que mudar no funcionamento das empresas estatais (*SOE's*). Isso ficou claro com o aumento de medidas por parte das autoridades para que estas tivessem facilidades no que toca ao pagamento de taxas e acessos bancários de maneira a galvanizar a sua emergência no mercado que as rodeia (FMI, 1993).

As leis empresariais e laborais dão à empresa e aos seus trabalhadores alguns direitos que vêm complementar as transformações dos anos 80. Os resultados das *SOE's* não estariam a ser os melhores por isso a regulamentação teria que se adaptar para que estas empresas pudessem melhorar e terem capacidades competitivas.

Nada melhor que tirar um pouco do controlo estatal e deixar que estas escolhessem o seu produto e investissem os seus fundos, elaborassem os seus contratos empregadores, ou gerissem os seus balanços salariais anuais. Se estes não ostentassem uma performance capaz, a empresa poderia abrir falência (FMI, 1993).

No que respeita à concorrência, essa estaria mais feroz, as próprias empresas estrangeiras e as *Joint-Ventures* estão cada vez mais a ganhar o seu espaço em território chinês, o número de deslocações de grandes empresas/multinacionais ocidentais para a China aumentou.

A “tour ao sul” de Deng Xiaoping em 1992 foi importante para que este se apercebesse o que as suas reformas tinham originado e tivesse uma ampla visão do que se passa por todo o território chinês.

O congresso do Partido em 1993 será uma vitória para Deng Xiaoping porque grande parte dos partidários aceitou a sua visão de “ Uma China de dois sistemas”. A República Popular da China é uma “Economia Socialista”.

A ascensão de Jiang Zemin e a aceitação desta forma capitalista de atuar no mercado está presente nos representantes do congresso que iriam deparar-se mais tarde com os números do crescimento do seu PIB a elevarem-se para os dois dígitos.

Se olharmos para a exportação e segundo o (EIU Profile, 1995, p. 26), o volume de exportação apresenta uma percentagem reduzida no que toca a empresas privadas e de investimento estrangeiro com 10,8 %, as empresas coletivas representam 37% e as Empresas Estatais (SOE’s) acabam o ano a representarem uma maioria do volume de exportação tendo o seu valor atingidos os 50, 2%.

Na parte fiscal o sistema de reformas de impostos e partilha de receita é remodelado, porque no ano seguinte a China iria dar um passo gigante para um crescimento ainda mais acentuado.

1994 Foi um ano marcante para a população chinesa, o território chinês foi afetado por desastres naturais, as cheias de verão a sul e as secas no Norte e Oeste do país vieram destabilizar preços e produção de bens essenciais à sobrevivência humana.

Por outro lado a República Popular da China veio realçar as suas relações sino-americanas e estabelecer uma revolução bancária que já estaria a ser planeada no ano da “tour” de Deng. As autoridades governativas incentivam assim à criação de mais três bancos para suportar financeiramente alguns projetos que são importantes para o desenvolvimento dos sectores industriais, agrícolas e de infraestruturas.

Os bancos estrangeiros fixam filiais em mais de uma dezena de cidades e brevemente iriam ser autorizados a conduzir algumas transações ligadas a trocas comerciais, investimentos e garantias estrangeiras, depósitos de trocas ou mesmo empréstimos a Joint-Ventures.

Para preparar o regresso de Hong Kong à “pátria mãe” (em 1997), o Banco da China começou com as suas manobras em Hong Kong. Juntou alguns bancos comerciais da zona e foi gradualmente sancionando a circulação de Hong Kong dólares em algumas das suas Zonas Económicas Especiais.

Macau é outro exemplo de uma zona considerada especial que iria regressar ao domínio da autoridade chinesa em 1999. Famosa por ser uma cidade de jogo, muitos são os autores que intitulam esta cidade de “Las Vegas asiática” e não é de espantar que durante o novo milénio o seu crescimento

exponencial levava a que a indústria do jogo gerisse mais rendimentos que a famosa cidade norte-americana.

O papel das reformas não teria o mesmo impacto sem o restabelecimento ou o início de relações diplomáticas com o estrangeiro e as políticas económicas que incentivaram a revolução tecnológica e o desenvolvimento financeiro para competir num mercado que cada vez mais se ia tornando globalizado.

Num mundo em que a globalização tem vindo a imperar-se, um estado terá que tomar as melhores medidas para se ocupar num lugar de destaque e isso foi o que a República Popular da China fez logo no início das suas reformas.

Cada vez mais ciente do que se passava à sua volta, Deng Xiaoping e os seus fiéis seguidores reformistas, foram ao longo das últimas três décadas ajustando e surpreendendo o Mundo com as suas políticas.

A novidade será mesmo a forma como os reformistas restabeleceram as suas relações diplomáticas e comerciais com os estados estrangeiros. A criação das Zonas Económicas Especiais e todo o culminar de relações caracterizadas pelo investimento económico e *Joint-ventures* deverá ser o grande ponto alto das políticas estatais.

3.2.3.1. AS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO CHINÊS

Em 1978 a relação com as potências estrangeiras são restabelecidas e a República Popular da China passa a ser também um estado recetor de ajuda externa. A necessidade de uma remodelação nos seus setores económicos originou mudanças significativas por todo o território chinês.

Com termos e atitudes reformistas bem definidas, o combate à extrema pobreza, o desenvolvimento tecnológico e a soberania da nação estariam assim na meta dos “Denguistas”. Foi assim que no ano seguinte ao de ascensão de Deng Xiaoping as primeiras cinco *ZEE's* foram criadas.

Localizadas no litoral oeste, estas regiões foram estabelecidas em locais estratégicos de forma a atrair o investimento estrangeiro. Com o intuito de desenvolver a sua nação tecnologicamente, as autoridades chinesas empregaram uma regulamentação totalmente diferente nestes polos do que em qualquer outra região chinesa para que estes pudessem reunir todas as condições favoráveis ao investimento estrangeiro.

A estas áreas geográficas que reuniam todos os fatores de acesso ao nível de transporte, recursos e infraestruturas, juntava-se as facilidades burocráticas, fiscais e as permissões para que

estas empresas regem-se na sua estrutura estando completamente à vontade para escolher o seu produto e as suas estratégias de marketing para colocar o produto no mercado.

3.2.3.2. CHINA NO NOVO MILÉNIO

A adesão na Organização mundial do Comércio em 2001 vai reforçar a força chinesa no mercado internacional. Uma Organização que nasce com princípios de um mercado mais justo, transparente, com concorrência leal e com valores de taxas alfandegárias mais baixas ou se possível de comércio livre.

Claro que é um polo de interesse para muitos dos estados fazer parte desta associação e a China não foi exceção. Quanto ao sistema financeiro, com a adesão à OMC, o investimento estrangeiro teve cada vez mais preponderância em solo chinês, e muitos bancos estrangeiros se fixaram e passaram não só financiar projetos de estrangeiros mas também de investidores chineses.

Os próprios bancos de financiamento chineses e estatais foram reformulados e houve um maior financiamento para quem quisesse investir no sector privado, com todas estas facilidades vêm permitir que haja uma maior concorrência, e uma maior transparência em que o governo de dois sistemas se adapta aos dias de hoje e reformula a sua economia de forma a estar preparada para este mundo globalizado.

A China no novo milénio terá mais uma vez uma alteração no poder, Hu Jintao vai ascender a presidente em 2003, uma altura fulcral para estabilização da posição chinesa no Mundo.

Seguindo o que lhe foi deixado por Deng Xiaoping e Jiang Zemin, Hu Jintao desde que tomou posse incentivou o desenvolvimento tecnológico chinês. Este sabia que para a República Popular da China se colocar no lugar de destaque internacional que tanto anseia teria que modernizar a sua tecnologia.

Ao nível internacional, Hu Jintao continuou a rumar num caminho de reforço das relações bilaterais e multilaterais, marcou a sua presença na ONU (em 2005) com um discurso, reforçando que a organização 60 anos depois terá que passar por reformulações.

Internamente e após o FOCAC de 2006, no congresso seguinte do PCC lançou a problemática do ambiente e insistiu que a China tem que evoluir, mas o seu desenvolvimento tem que ser sustentável e amigo do ambiente.

Nos dias de hoje a China passa por graves problemas ambientais, devido à poluição que a sua revolução industrial criou nas últimas duas décadas do século XX e a primeira do século XXI.

Após os Jogos Olímpicos em que personalidades ocidentais rejeitaram estar presentes na abertura dos jogos e as manifestações contra o desrespeito pelos recursos humanos foram um dos pontos altos, tirando a parte desportiva obviamente, pouco se “escutou” do que se passava na China.

Apenas dois anos mais tarde, uma sucessão de greves e manifestações na zona de Cantão chocaram o mundo ocidental. Da República Popular da China chegavam notícias que haveriam tumultos em várias indústrias exportadoras na costa oriental e que os trabalhadores, esses lutavam por melhores condições de trabalho.

Se não era o fim da intitulada mão-de-obra barata chinesa, este estava próximo. As reivindicações e os tumultos criados pelos proletários foram audíveis até do outro lado do mundo e perante esta pressão as autoridades governamentais chinesas e as empresas em questão tiveram que ceder.

Nisto chegamos ao ano em que Xi Jinping toma posse do governo chinês e invoca a ideia de criação de uma “Nova Rota da Seda” aos seus vizinhos centro asiáticos. Mas para tal a sua vizinha Índia (esta também uma nova potência económica emergente) teria que aceitar fazer parte.

Algo que não demorou muito porque ambos ficariam a ganhar. Com uma política exterior algo parecida, estes dois vizinhos que em tempos tiveram conflitos armados nas suas fronteiras, chegam ao século XXI numa ascensão económica que os faz rechaçar qualquer conflito e desconfiança para atingirem uma relação diplomática e económica harmoniosa.

A Índia sabe que precisa da técnica e da tecnologia chinesa para atingir a sua evolução industrial, já a China necessita de um mercado onde possa colocar parte da sua indústria, onde a renda será mais barata e haverá facilidade na escoação de produtos.

Esta Nova Rota da Seda seria então a nova estratégia da China não só para abranger um maior mercado, já que esta rota se apresenta dividida de uma forma terrestre e outra marítima, como colmata o problema chinês que se arrasta desde a primeira década do século XXI e que se tem vindo a arrastar nas duas décadas anteriores, o excesso de emissão de gases para a atmosfera.

4. CHINA EM ÁFRICA

4.1. A CHINA EM ÁFRICA NAS DÉCADAS DE 50 A 80 DO SÉCULO XX

A presença chinesa em África que se depara neste milénio tem vindo a ser preparada pelas autoridades centrais chinesas ao longo das últimas décadas. A sua influência e importância foi-se gradualmente alterando conforme uma maior aposta do governo chinês e das suas relações bilaterais e multilaterais. Se a história da República Popular da China é curta, certamente esta causou um grande impacto no novo panorama internacional.

A era de Mao Zedong foi uma fase de reconstrução, não nos esqueçamos que desde o início do século, o território chinês estava devastado por guerras civis e com os seus vizinhos japoneses.

Quanto à sua esfera de política externa, desde cedo Mao Zedong se quis afirmar na cena internacional, a presença chinesa na Guerra da Coreia logo no início da década de 50 é um belo exemplo que mesmo estando a reestruturar a sua política interna, a República Popular da China queria rapidamente ser mais um ator importante. Primeiramente ao nível regional e posteriormente mundial.

A Conferência de Bandung terá sido o evento propagador para o início das relações próximas que a República Popular da China iria construir nestas últimas décadas com os seus vizinhos asiáticos e com os países africanos.

Foi em 1955, entre os dias 18 e 24 de Abril, que ocorreu pela primeira vez uma conferência entre países asiáticos e africanos sob a esfera de um movimento de países não-alinhados (recém independentes e declarados socialistas fora de qualquer esfera de influência hegemónica) sendo 29 os países que se juntaram em Bandung e condenaram o colonialismo, discutiram temas atuais da altura e reafirmaram os princípios na carta das Nações Unidas.

Pela primeira vez a dicotomia Norte-Sul suscitou frenesim em líderes políticos de países em vias de desenvolvimento e o sentimento de repulsa às potências ex colonialistas e ocidentais foi aproveitado pela recém-formada República Popular da China que se destacou na conferência sendo representada por Zhou Enlai, que focou o seu discurso eloquente na procura do comum, e no ignorar da diferença de ideologias, com a exaltação dos princípios de coexistência pacífica que orientavam as relações sino-estrangeiras e lembrou também a todos os participantes que houve momentos da sua história que estiveram sujeitos ao domínio de potências estrangeiras.

Após a conferência de Bandung, não demorou muito tempo para que República Democrática da China estabelecesse a sua primeira relação diplomática com um país africano. Data de 30 de Maio de 1956 o acordo diplomático entre RPC e Egipto.

A primeira luta chinesa na esfera internacional terá sido juntar-se aos países “terceiro mundistas” nas lutas da descolonização e contra o imperialismo ocidental e soviético.

Todos sabem que a China, ao longo da sua era maoísta, foi apoiando as guerrilhas e grupos revolucionários com armamento e rapidamente foi tentando restabelecer relações bilaterais com os novos estados que se formariam após os movimentos de descolonização.

O primeiro movimento de libertação que a República Popular da China apoiou foi num país do Magrebe (a Argélia), rapidamente quis marcar uma presença notória no continente estabelecendo relações bilaterais com países que rejeitam a proposta descolonizadora francesa.

A Guiné Conacri presidida por Sekou Touré é o primeiro país a receber fundos de ajuda externa chinesa, no final da década de 50, início da década seguinte. O montante que a Guiné recebeu foi cerca de 25 milhões de dólares.

A presença chinesa e a sua primeira ajuda externa em África data de 1958, com ajuda para um projeto de produção de tabaco na Guiné Conacri. (Brautigam, 2009).

O afastamento nas relações chinesas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, veio intensificar a determinação chinesa a apoiar e aprofundar os seus relacionamentos bilaterais com os povos africanos. Regendo o início das suas relações perante os cinco princípios de coexistência pacífica, a República Popular da China conseguiu inserir-se de uma forma positiva no meio africano.

“Los Cinco Principios de Coexistencia Pacífica, nacidos en el tiempo de la Guerra Fría, como principios del Derecho Internacional de carácter abierto e indulgente, demuestran los valores de soberanía, justicia, democracia y administración legal. A partir de su aparición en el escenario histórico, han superado las barreras existentes entre las diferentes ideologías y sistemas, y representado los intereses vitales de los países en vías de desarrollo”, comenta Xie Yuan.

Os primeiros anos de relacionamento sino-africano foram sendo evidenciados pela presença constante e destímida de Zhou Enlai, não só porque em 1954 regeu os cinco princípios de ajuda externa que por muito que o tempo passe continuam a ser algo intemporal, como saiu da China em Dezembro de 1963 para durante 3 meses visitar alguns países africanos.

Ainda antes de acabar a década de 60 aumenta o seu número de relações comerciais e após estabelecer relações diplomáticas com a Tanzânia, doa 10 milhões de dólares a este estado africano.

No virar da década de 60 para 70, e perante uma era controversa da sua política interna, a República Popular da China avança com um dos seus maiores projetos além-fronteiras, ainda sob a alçada do governo maoísta. A construção da rede ferroviária *Tazara* (Tanzânia e Zâmbia) é o primeiro grande projeto feito pelos chineses em solo africano na mudança da década de 60 para 70. Este troço ferroviário de 1860 km de comprimento foi financiado pelos chineses com um empréstimo que terá sido perdoado já na primeira década do novo milénio e que se estima no valor de 500 milhões de dólares.

A presença chinesa não se reflete apenas na construção da rede ferroviária Tazara mas também no apoio que foi dado pelas autoridades chinesas nesta obra. A China assegurou a formação de pessoal nos vários setores e enviou equipas especializadas quando foram necessárias obras de manutenção de infraestruturas. Esta forma de atuação poderá ser um dos fatores para que muitos autores a denominem de *Soft Power chinês* um termo que aparecerá apenas no novo milénio.

O início da década de 70 é delineado com a conquista do assento na ONU por parte da República Popular da China, sendo que esta tomou o lugar da República da China no seio da organização internacional. A dar força a tal momento está o estabelecimento de relações que o governo da República Popular da China teve durante as duas décadas anteriores, com influência preponderante dos estados que os chineses apoiaram os Movimentos de Libertação.

«On 25th October 1971, the UN General Assembly, now dominated by developing countries, passed resolution 2758 recognizing the People’s Republic of China, not Taiwan, as the sole legitimate government of all China. The motion prompted Mao Zedong to declare that it was the african people who “carried China into the UN.”»³⁶ (Fu & Li, 1995, p.5 cit. in Van Beek, 2011, p. 394).

“China secured the UN seat with the support of 26 African states (34 per cent of General Assembly votes).”³⁷ (Yu, 1988, p. 855).

Este era o primeiro grande passo chinês na esfera internacional, e na sua luta de influência contra a República da China (Taiwan). Esta rivalidade será sempre um tópico que terá a sua influência ao longo das últimas décadas e os países africanos estarão na mira destes dois governos.

Pequim e Taipei, por muito que se possam complementar na sua região serão sempre opositores no que toca à procura de influência e relações diplomáticas no continente negro. Outro facto importante a ser referido, será a forma como desde a conferência de Bandung, a República Popular da China, sob os seus princípios de coexistência pacífica e com uma imagem de igualdade e anti-imperialismo, proclama-se defensora de um ideal de cooperação sul-sul.

Esta cooperação sino-africana parte de princípios de igualdade porque na sua história a República Popular da China até ao final do segundo milénio passou por momentos difíceis no seu território, sendo inúmeras as potências estrangeiras que dominaram partes do seu território.

³⁶ «A 25 de Outubro de 1971, a Assembleia Geral da ONU, agora dominada pelos países em vias de desenvolvimento, passou a resolução 2758 reconhecendo a República Popular da China, não Taiwan como o único governo legítimo de toda a China. A moção rapidamente levou Mao Zedong a declarar que foram as pessoas africanas que “carregaram com a China para dentro da ONU”.»

³⁷ “A China seguiu o seu assento na ONU com o apoio de 26 estados Africanos (34% dos votos da Assembleia Geral)”

Se as cidades costeiras por vezes tiveram zonas completamente dominadas por potências estrangeiras, o final do milénio veio devolver à pátria-mãe as regiões de Macau e Hong Kong.

Voltando à década de 70 e ainda antes de nos referirmos à segunda metade deste período, a reaproximação entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América é estabelecida pela receção de uma delegação desportiva de ping pong americana e do seu presidente Nixon em 1972. Embora fossem adversários em termos de ideais e sistemas políticos, Nixon aceitou o convite de Zhou Enlai que lhe foi endereçado em 1971 e visitou o velho Império do meio a 21 de Fevereiro de 1972, sendo este um dos momentos marcantes da era de Mao Zedong.

A partir daqui e a segunda fase de descolonização a meados da década de 70 colocou os chineses a apoiar movimentos que os próprios Estados Unidos acabariam por apoiar. Angola é um exemplo deste facto, mas internamente a República Popular da China vivia tempos difíceis, mais uma vez as medidas políticas impostas pelo seu líder criaram instabilidade e quando Zhou Enlai e Mao Zedong perecem, a sua sucessão foi um dilema.

Como já foi referido acima, Deng Xiaoping assume a sucessão de Mao Zedong em 1978, e deparou-se com um estado, que embora estivesse presente no estrangeiro, os seus mercados continuariam “fechados”.

Se, de certa forma, a economia chinesa tivesse demasiadas condicionantes para o seu crescimento com a falta de trocas comerciais, a partir da ascensão de Deng Xiaoping, a nação chinesa, abre as suas portas ao mercado internacional e passa a ser um destino de investimento estrangeiro.

Com este investimento estrangeiro, e a presença de grandes marcas, a aposta nas trocas comerciais e de medidas que impulsionariam o mercado, fez com que a China nos finais de 70 e na década de 80 se preocupasse um pouco mais com o seu crescimento económico. Não há uma repulsa completa no que toca à sua política externa porque isso seria uma ideia falaciosa, mas as apostas “fora de portas” esse seria um termo falacioso, mas os números de investimento no estrangeiro ainda não eram elevados.

Chegara a altura de crescer economicamente, aproveitando o investimento estrangeiro depositado no seu país e formalizar uma nova política externa.

4.2. OS ANOS 80

A década de 80 é uma era de mudança, não só internamente, mas no que toca às relações externas. Embora não tenham sido criadas grandes medidas específicas nos assuntos exteriores, é logo no início da década, em 1980, que a República Popular da China adere ao Banco Mundial.

Este será um tópico curioso, porque haveria mais tarde um aproveitamento dos falhanços de tal instituição, para a República Popular da China estreitar as suas relações durante este decénio.

Relativamente à política externa, a República Popular da China aproveitará a sua evolução interna para se reaproximar dos países desenvolvidos e retirar da sua experiência, novas formas de atuar no estrangeiro.

«...Beijing was more actively engaged in deepening it's relations with developed world...»³⁸
(Alden.& Alves, 2008)

Deng Xiaoping continua a defender a ajuda externa como fonte central das relações externas, disponibilizando apenas 100 milhões de *RMB* para financiar projetos que possam beneficiar as suas “4 Modernizações” e tenta diplomaticamente terminar as suas divergências com os imperialistas Estados Unidos da América e União das Republicas Socialistas Soviéticas.

Foi nos anos 80, ainda que timidamente, as autoridades centrais da República Popular da China iniciariam a incentivar os seus empresários e companhias a uma aventura forasteira, mais uma vez a importância de um oficial governativo chinês fazer um tour africano era crucial para demonstrar que embora o governo da República Popular da China estivesse ocupado em reformular a sua economia, os companheiros africanos não teriam sido completamente esquecidos.

Zhao Ziyang, no final de 1982, visita 11 países em quatro semanas com o intuito de reforçar a cooperação Sul-Sul. Mas é em Dar es Salam na Tanzânia que Zhao reforça os princípios que devem ser os guias desta nova China nas suas relações económica: «equality and mutual benefit; stress on practical results; diversity in form; common progress.»³⁹(Brautigam, 2009, p. 53) e exprime que a cooperação chinesa com África poderá ser um modo de criar capacidade e impulsionar o desenvolvimento seja na República Popular da China como nos estados africanos.

A cooperação sino-africana tomara agora proporções diferentes das iniciais, chegara a altura dos chineses apostarem na reabilitação de projetos, participando na construção, ou apenas na manutenção e gerência do espaço.

Ligados ao Banco Mundial desde 1980, os chineses participaram em alguns projetos numa cooperação tripartida em que além destes, as instituições de Bretton Woods, outras organizações internacionais e os governos do país recetor fariam parcerias.

Exemplos destes projetos seriam a parceria feita entre a República Popular da China na construção de uma clínica de maternidade no Gâmbia juntamente com uma agência pertencente à ONU (*UN Family Planing Association*), uma rede de estradas no Ruanda financiadas pela República

³⁸ “...Pequim estava mais ativo a alistar profundamente as suas relações com o mundo desenvolvido”

³⁹ “Igualdade e benefício mútuo; stress em busca dos resultados práticos; diversidade na forma; progresso comum.”

Popular da China, Banco de Desenvolvimento Africano e Banco Mundial e de salientar ainda um projeto agrícola que Pequim estava disposto a negociar com uma empresa canadiana.

Os oficiais chineses estariam dispostos a participar nestes projetos tripartidos pois marcariam a sua presença e não teriam grandes despesas, e não é do acaso que em 1989 um oficial do departamento de ajuda externa chinês afirma que a participação chinesa em projetos de cooperação tripartida poderia ser a nova forma de ajuda externa chinesa. “These projects have increased dramatically in recent years and it has become a new form of our foreign assistance.”⁴⁰ (Almanac 1989-1990; Brautigam 2009, p. 65).

No que respeita aos anos de 1983, 1984 e 1985, alguns países do Sahel e do centro africano passaram por momentos complicados. As secas e a instabilidade política em alguns destes estados tornaram a vida de muitas famílias rurais extremamente complicadas e o mundo inteiro correspondeu num dos movimentos mais marcantes de sempre “We are the world”. Muitos foram os artistas ocidentais que se juntaram e em uníssono atuaram para a campanha.

Os chineses não se ficaram atrás e mesmo em tempos de evolução, com uma grande porção da população que ainda vivia no limiar da pobreza, organizou um movimento de Ajuda Humanitária em Pequim e muitos foram os chineses que se juntaram na capital doando a favor de uma campanha contra a fome.

Retornando à iniciativa de uma ajuda conectada com o desenvolvimento económico, a reabilitação de antigos projetos, assistência técnica e de gestão e o incentivo da participação de empresas chinesas em novos projetos, faz-nos rumar a África.

Mali, Zaire, Serra Leoa, Libéria, Gâmbia, Gana são exemplos de países em que a assistência na técnica ou em reabilitações concebeu novos projetos de ajuda que seriam uma rampa de lançamento para a maior presença de *SOE's* e outras empresas chinesas em solo africano.

O governo esteve sempre por detrás deste movimento de investimento e criação de novas empresas para potenciar a presença chinesa. Através do crescimento, desenvolvimento, consolidação e o controlo de projetos antigos, as suas novas empresas ganharam experiência de forma a recuperarem projetos perdidos para as intuições e estados ocidentais.

O governo estatal chinês ainda aumentou um pouco do seu apoio para a fixação e criação de novas empresas. Exemplos de empresas que surgiram nessa primeira fase foram a *Fujian-Africa Fisheries Company* que se juntou à *Okeky Agencies Ltd* da Serra Leoa a fim de retirar lucros da pescaria no golfo da Guiné ou a *Complant* que foi uma empresa estatal usada nos primeiros anos de ajuda externa em África, que se apoderou de uma companhia de produção de açúcar no Benin.

⁴⁰ “Estes projetos têm vindo a crescer dramaticamente nos últimos anos e têm-se tornado a nova forma da nossa ajuda externa.”

O governo chinês no Mali voltou a suportar financeiramente a Segou Textile Mill, empresa maliana que tinha sido um dos primeiros projetos de cooperação sino-maliana e a China National Overseas Engineering Corporation ficou com 80 % da empresa, enquanto o governo do Mali ficou a deter apenas 20% da sua empresa estatal.

A aposta chinesa que ocorreu durante a década de 80 deveu-se além das catástrofes naturais e da instabilidade política, a uma instabilidade económico-financeira que assolava os estados africanos e que faria as instituições de Bretton woods aplicarem sanções à falta de pagamentos das dívidas públicas e a imposição de programas de ajustamento estruturais. Esta ação por parte de estados e organizações sediadas no ocidente veio facilitar a conquista de alguns investimentos por parte dos chineses, numa altura em que as potências europeias olhavam mais para o aperfeiçoamento da sua organização regional a União Europeia (na altura intitulada de Comunidade Económica Europeia) e deixavam em aberto um mercado ainda por explorar.

4.3. ANOS 90

No princípio dos anos 90 a República Popular da China, um pouco mais competitiva economicamente, sofre o impacto das reações de outros países perante acontecimentos em solo chinês. A título de exemplo, no final da década de 80 a sua imagem decaiu aquando o Massacre de Tiananmen.

Nesta altura Deng Xiaoping afasta-se um pouco e entrega a Jiang Zemin o poder e o papel de reconquistar a confiança dos estados que desfizeram as suas relações bilaterais com Pequim e restabeleceram os elos de ligação com Taipei. Já com Jiang Zemin “ao leme”, esta terá sido a década da fundamentação de novas instituições e métodos para reforçar a política externa chinesa.

O termo “cooperação” a partir da década de 90 terá sempre subentendido as palavras “oportunidade” e “negócio” e disso ninguém poderá duvidar.

Apoiado pelos seus militantes, a expressão *Going Global* está cada vez mais enraizada nas autoridades governamentais e avançou-se assim numa remodelação e criação de novas instituições de forma a fomentar o Investimento chinês “fora de portas”.

Esta expressão de *Going Global* que Brautigam usa no seu livro é a que melhor explicita esta nova fase chinesa. A partir do final da década de 80 e no início dos anos 90 a oportunidade vai-se transformar em negócio e posteriormente o número de empresas e empresários em solo africano irá aumentar.

Aproveitando o afastamento europeu e fazendo jus a outra expressão de Brautigam, a China surgiria nos *Backyards* da Europa pronta a beneficiar de alguns erros ou a falta de empenho por parte das potências ocidentais para reforçar as suas relações com estados africanos, principalmente os estados autocráticos ricos em matérias-primas.

Tabela 2

Trocas de Relações diplomáticas por parte dos países africanos entre a Republica Popular da China e Taiwan

Country	Year of establishing diplomatic relations with Taiwan	Year of establishing diplomatic relations with China
Current diplomatic relations with Taiwan		
Burkina Faso	1961, 1994	1973
Gambia	1968, 1995	1974
Sao Tome and Principe	1997	1975
Swaziland	1968	
Current diplomatic relations with PRC		
Central African Republic	1962, 1968, 1991	1964, 1976, 1998
Chad	1962, 1997	1972, 2006
Guinea-Bissau	1990	1974, 1998
Lesotho	1966, 1990	1983, 1994
Liberia	1957, 1989, 1997	1977, 1993, 2003
Malawi	1966	2008
Senegal	1960, 1969, 1996	1964, 1971, 2005
South Africa	1976	1998

Source: Ministry of Foreign Affairs, Republic of China (Taiwan) (2001-06).

Novas empresas e maior fulgor político empresarial vão dar um maior espaço de manobra aos privados. Empresas estatais e provincianas foram privatizadas, embora fossem controladas através da propriedade, o estado perderia assim o controlo da empresa, mas manteria uma percentagem de propriedade que estaria ligada por *leasing* a empresários exteriores.

Algumas companhias provincianas ou pertencentes a ministérios teriam aqui a primeira oportunidade de se afastarem e apostarem pelo seu próprio risco em novas *Joint-ventures* que lhes desse lucro. Também tinham que ser responsabilizadas com as consequências das suas apostas no mercado caso dessem prejuízo.

Algumas companhias de trocas e cooperações económicas ligadas a projetos anteriores em África como *Complant* conhecida por pertencer ao Ministério do Comércio, é incentivada a operar

como empresa independente ainda em 1993.⁴¹ Algo estranho e que suscita algumas dúvidas para a classificação do tipo de empresa, é que quando o grupo *Complant* é alvo de pesquisa, apresenta-se classificada como uma State Owned Enterprise /Empresa Estatal e segundo o seu perfil esta passou a ser assim classificada (novamente) em 1999.⁴²

Só que para haver oportunidades de negócios os instrumentos da política externa chinesa teriam que ser revistos ou completamente alterados. É nesta altura que se profere os anos de 1994/1995 como o princípio de uma ajuda externa completamente económica. Pequim projeta assim a longo prazo, mesmo tendo grandes desafios pela frente.

Interligar os instrumentos de ajuda às trocas comerciais e ao investimento não seria uma tarefa fácil, pois ao rápido crescimento económico aliava-se a falta de recursos naturais, a questão Taiwan em solo africano seria sempre um ponto problemático e a República Popular da China tornar-se um ator importante na nova ordem mundial depende das suas ações e do apoio dos países do Terceiro Mundo.

Novas instituições bancárias⁴³ foram criadas, novos ministérios foram criados ou as suas funções foram alteradas de forma a haver uma melhor resposta às companhias, empresas e empresários que concorressem a um empréstimo para investir diretamente no estrangeiro.

No novo milénio as instituições terão um papel ainda mais importante no desenvolvimento económico deste “dragão asiático”, que criará nos anos 2000 Fóruns onde novos acordos de cooperação serão assinados.

O *China Eximbank* torna-se crucial nos empréstimos concessionais e empréstimos preferenciais a grandes empresas que se deslocam, ou criem projetos para zonas do globo como a do sudeste asiático, médio oriente e continente africano.

De volta aos anos 90, mais precisamente à segunda metade da década (1996), este foi o despontar da figura de Jiang Zemin na política externa. Se desde os acontecimentos de 1989 a República Popular da China teve a preocupação de ano após ano enviar oficiais pertencentes ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em visitas à África. Torna-se fácil entender o porquê de alguns embaixadores africanos posteriormente em 2008 se dirigem a Brautigam com a seguinte afirmação “China gives Africans more respect than they get from the West”⁴⁴(Brautigam, 2009, p. 68)

⁴¹ «In 1993, Complant became an independent company..so we had to find commercial opportunities We found that sugar complex ...was a good business, especially if it was a former aid project...» [George Guo director de Magbass (Brautigam, 2009, p. 79)]

⁴² <http://www.complant-ltd.com.cn/plus/list.php?tid=37> acedido em 8, agosto, 2015

⁴³ China EximBank e China Development Bank.

⁴⁴ “China dá aos africanos mais respeito do que o respeito que eles têm do Oeste”

É na presença e voz de Jiang Zemin (Presidente da República Popular da China desde 1993 até Março de 2003) que há uma maior afirmação chinesa em África.

Após tours marcantes como os de Zhou Enlai e Zhao Ziyang, a visita do presidente chinês a seis países⁴⁵ é o colmar de uma inovação e de que as relações bilaterais com os estados africanos são demasiado importantes para a política externa chinesa.

E foi mesmo na Etiópia que Jiang Zemin com o intuito de desenvolver e reforçar a amizade e cooperação sino-africana, propôs 5 princípios para o desenvolvimento de uma relação sino-africana a longo prazo: impulsionando uma amizade sincera entre a China e África; Tratar cada um como igual e respeitar a soberania de cada estado, não interferindo nos assuntos eternos; desenvolver assuntos comuns na base do benefício mútuo; reforçar a consulta e a cooperação em assuntos internacionais e olhar para um futuro tentando criar um “mundo melhor”⁴⁶.

Li Peng, no ano seguinte, e após mais um “tour africano” feito por um oficial chinês afirmou o que em suma traduz todas estas alterações na política externa chinesa, “China’s basic policy of providing help to África has not changed (but) ... China’s policy has moved from aid donation to economic cooperation for mutual benefit”⁴⁷ (Brautigam, 2009, p. 43).

A questão que poderá colocar-se então é se fundos chineses não chegariam a África? Estes chegavam a África, simplesmente os financiamentos de ajuda (ou seja de suporte monetário) eram cada vez mais reduzidos, havendo uma aposta firme no empréstimo a empresas chinesas que apresentassem projetos normalmente ligados a infraestruturas, a complexos de indústria manufatureira ou a centros de desenvolvimento para rumarem a África.

A criação de visitas de delegações representantes de empresas/companhias ou grupos empresariais ligados ao governo das províncias chinesas seriam a melhor forma não só de expandir o mercado no estrangeiro, mas também estudar novos mercados e deslocar indústrias de produtos que o mercado nacional estaria saturado.

Muitos foram os chineses que, incentivados pelo governo, partiram para África e se fixaram no continente gerindo novas empresas e criando oportunidade de a República Popular da China importar alguns produtos que começariam a escassear em solo chinês.

Esta mixórdia de atuações através de empréstimos, *Joint-ventures* em conjunto com companhias do estado recetor da ajuda/investimento e outros tipos de negócio e medidas que iniciam

⁴⁵ Quénia, Etiópia, Egipto, Mali, Namíbia e Zimbabué.

⁴⁶ Retirado e traduzido de (Taylor, 2010, p. 35)

⁴⁷ “A política básica de promover a ajuda a África não tem mudado (mas)... a política chinesa moveu-se da doação de ajuda para uma cooperação económica para benefício mútuo

tudo este facilitismo de aproximação entre os estados africanos e a República Popular da China visíveis nos dias de hoje, será denominado mais tarde de *Soft Power*.

Certamente algumas das atuações poderão ser algo similares ao que as potências ocidentais foram exibindo ao longo dos tempos, mas esse é um facto que não podemos censurar. Todos sabem que a República Popular da China foi um estado que há pouco mais de 20 anos receberia ajuda externa do Oeste e será um exemplo para as outras nações.

Um tema que continuará a ser frisado na década seguinte é o das missões de peacekeeping que os chineses participaram em solo africano. Só que não serão apenas as missões a ser enunciadas, os seus interesses também, já que entre 1998 e 2000 os chineses forneceram armas para os dois lados na guerra entre a Etiópia e a Eritreia ou quando pela primeira vez no setor do petróleo uma empresa estatal chinesa assistiu/financiou a exploração do petróleo no Sudão, tendo a China National Oil Corporation adquirido uma percentagem numa *Joint-Venture* criada para a extração.

A República Popular da China ainda nos dias de hoje é denominada como um estado em vias de desenvolvimento e também considerada um grande exemplo para todos os outros, que poderá ser apreciado devido a todos os esforços que grande parte da sua população faz e fez ao longo dos últimos anos e a todas as medidas tomadas pelas suas autoridades governamentais, sejam elas criticáveis ou não.

4.4. O NOVO MILÉNIO

A mudança do milénio veio acrescentar novas surpresas e alterações no cenário internacional, muitos eram os que especulavam que o mundo iria acabar, mas afinal só se tornou mais global e competitivo sendo que muitos estados e atores das RI tiveram que se adaptar.

Pela Europa nascia uma nova moeda e a sua organização regional colocar-se-ia numa posição de destaque na política e mercado internacional, o Japão que terminara o século XX no auge, teria uma quebra nos primeiros anos e os Estados Unidos da América até à crise se instaurar em 2008 teriam que se ocupar em novas guerras instauradas pela sua política antiterrorismo e o seu intervencionismo.

O mercado internacional, esse tornou-se mais agressivo, e o termo globalização e a era de informação poderão ser os dois fatores mais “desequilibradores”. A necessidade de se formarem organizações regionais principalmente para combater algumas dificuldades na área económica e social é uma realidade que tem vindo a demonstrar-se desde o final do milénio passado. As regras de mercado é o ponto que coloca os países menos desenvolvidos na cauda da economia global e a sua sociedade civil a passar por momentos complicados.

A República Popular da China é um caso “estranho” e difícil de explicar, porque quando olhamos para estatísticas económicas a China apresenta resultados completamente dispares uns dos outros.

Não distante, e inultrapassada, estava a crise asiática que data de 1997, quando a China entraria no novo milénio disposta a continuar a sua estrada em busca de uma grande influência como ator nas RI.

Se a ideia de Jiang Zemin (FOCAC, 2000) distingue um grande passo na afirmação chinesa e do “seu modelo de crescimento” com os países africanos, a entrada na OMC é essencial para que a RPC se demonstre mais forte perante todo o Mundo. Estava na hora da República Popular da China afirmar o seu desenvolvimento económico acompanhando-o com o desenvolvimento tecnológico necessário a colocar este estado de “dois sistemas” no patamar dos Países Desenvolvidos.

Para tal acontecer, e seguindo um pouco o traçado que a adesão à Organização Mundial do Comércio requer, as autoridades chinesas teriam que desenvolver novas relações bilaterais e reduzir ou mesmo retirar as tarifas aduaneiras de certos produtos. Seriam então estabelecidos alguns acordos bilaterais que a China rapidamente os selou ainda na primeira metade da primeira década do segundo milénio.

Iniciar o milénio com uma visita oficial à África do Sul para assinar o acordo de cooperação entre a República Popular da China e um dos atores mais importantes da África Subsariana elucidamos que a aposta chinesa dos anos 90 no continente africano será ainda mais vencedora no novo milénio.

Novos Fóruns foram criados à semelhança de FOCAC com uma cooperação económica e de trocas comerciais/comercial que definiu uma aproximação com países das várias áreas do globo⁴⁸.

O objetivo chinês de ser um ator importante nas RI tornar-se-ia realidade ainda na primeira década dos anos 2000. E como poderia a República Popular da China ser capaz de se tornar uma referência, já que os seus índices de desenvolvimento a colocam no patamar de um país “terceiro mundista”?

A resposta à questão passa por duas formas de atuação chinesa nas relações bilaterais e multilaterais. A sua ascensão a “*player*” global foi pacífica e não militar.

Esta ascensão passa pela sua aproximação e participação em atividades de cooperação e ajuda tripartida com organizações e estados ocidentais, e uma relação seja económica ou política com os estados em vias de desenvolvimento. E de que forma estas relações poderão ser estabelecidas?

⁴⁸ China-Caribbean Economic and Trade Cooperation Forum e China and Portuguese-speaking Countries em 2003; Forum Cooperation between China and Arab States em 2004; China- Pacific Island Economic Development Forum 2006.

Para muitos a ajuda externa é um fator decisivo para o fortalecimento de relações. Mas será que esta ajuda trará só vantagens ao crescimento económico? Alguns autores demonstram que a resposta à questão acima efetuada, poderá ser, contrariamente ao que se pensa negativa.

Dembisa Moyo um economista zambiano declarou em 2009 «...aid brought corruption and, in its wake, the breaking up of the fundamental link between African governments and the african people, with governments ceasing to rely on their own people, and people ceasing to rely on their own governments.»⁴⁹ Já Szeftel uns anos antes teria enunciado que a ajuda externa em vez de acabar com a corrupção poderia encorajar de forma inadvertida o encadear deste crime.

“The function of aid is not to make us feel better about ourselves; it’s to promote development, and if well-informed African tell us that we are inadvertently having the opposite we had better take heed.”⁵⁰ (Szeftel, 2000).

É notório que a ajuda externa não é o processo mais apreciado por alguns oficiais africanos, mas desde os seus movimentos de libertação que as potências e organizações ocidentais utilizaram este formato para restabelecer o seu contacto com novos estados (alguns as suas ex-colónias) e expandir os seus ideais de boa governança, “construção” de um estado democrático e o respeito pelas leis fundamentais e os direitos humanos. Mas aqui entra a China e o seu “jogo” no continente africano que não se cinge apenas a Fóruns de cooperação, cimeiras ou visitas de oficiais.

Tal como foi enunciado acima, a República Popular da China estabilizou as suas relações com os demais países africanos através do seu investimento, negócios e oportunidades, mas tal não fez afastar-se das potências e/ou organizações ocidentais, muito pelo contrário. Jiang Zemin seguiu a vontade de Deng Xiaoping e da sua pacificação com os “imperialistas/ capitalistas” do Oeste e Hu Jintao a partir de 2003, receberá a herança e o dever de não só continuar estas relações, como inovar para que a China se torne um exemplo a seguir por todos. E foi neste capítulo que Hu Jintao e o seu governo não desiludiram.

Tomando medidas sempre de encontra aos interesses do seu país, Hu Jintao soube como guiar e lidar com os vários obstáculos que lhe foram criados, tanto internamente como externamente.

Na política externa, sempre que teve de marcar posição e presença a República Popular da China terá sido irrepreensível. Agora se todos os seus objetivos terão sido conquistados, por vezes não foi possível devido a terceiros.

⁴⁹ “Ajuda trouxe corrupção e, na sua esteira uma quebra acima do vínculo fundamental entre governos Africanos e a população africana, com os governos a deixarem de confiar na sua própria gente e a população no seu próprio governo.”

⁵⁰ “A função da ajuda não é para nos fazer sentir melhor connosco próprios, é promover desenvolvimento, e se bem informado África disse-nos que estamos inadvertidamente a ter o oposto que tivemos.”

Sempre que a ONU e alguns estados precisaram da República Popular da China no que toca ao cariz político e social, as autoridades chinesas disseram “sim, estamos presentes”. A propósito na celebração do 60º aniversário das Nações Unidas (ONU) em 2005, Hu Jintao estendeu o termo “harmonia” utilizado anteriormente no congresso do Partido Comunista Chinês à cena internacional.

No seu discurso Hu Jintao reforça que a organização deverá evoluir, já que estamos perante um novo século que trará novos desafios e oportunidades para a humanidade.

Fatores como o multilateralismo, a segurança comum, a reforma da ONU para que seja um ator cada vez mais importante nos assuntos externos e a cooperação de benefício mútuo para que a prosperidade comum seja alcançada num mundo cada vez mais global, são exaltados pelo líder chinês. (Van Beek, 2011).

Ainda na Cimeira da ONU Hu Jintao expressa que nos próximos anos a China irá financiar 10 biliões \$ em empréstimos concessionais e créditos de exportação para projetos em países de desenvolvimento. O governo chinês, que se apresentava algo relutante a emprestar/suportar monetariamente outros estados, em questões de ajuda humanitária sejam estas desastres naturais ou momentos de grande instabilidade acaba por ser flexível e a juntar-se a agências ligadas à ONU ou a outro tipo de ONG’s assegurando assim a sua presença e a sua influência.

Esta cooperação tripartida vai contrariamente aos pontos fulcrais da ajuda externa chinesa, mas é um fator que eleva o seu reconhecimento internacional e a sua força na cooperação político-social.

No que toca à parte económica esta é um pouco diferente, a cooperação e a expressão *win-win* são dois dos pontos que sustentam as relações sino-africanas, mas será que os atores beneficiarão identicamente a longo prazo?

Quiçá poderão os dois atores beneficiar a longo prazo, mas num curto espaço de tempo quem detém um maior aproveitamento será o estado que sustem a economia mais desenvolvida.

A China, ao longo deste novo milénio, tem adotado técnicas económicas que advém não só da sua experiência como conessor bem como recetor. Aproveitando as falhas mais gritantes dos doadores ocidentais, as autoridades chinesas apresentam-se em solo africano dispostas a apoiar as suas companhias a expandir o seu mercado e a colmatar as carências infraestruturais dos estados recetores.

A oferta de estádios de futebol ou de infraestruturas para as embaixadas e escritórios governativos deixou de ter a mesma conotação, sendo apenas desenvolvidos em estados em que as relações bilaterais terão décadas de fortalecimento e aproximação, mas é nas suas parcerias entre as suas empresas estatais e as do estado recetor que a China tem desenvolvido as suas relações bilaterais.

A aposta chinesa em produtos que são excedentários nos estados em que se apresenta, e algo deficitários no seu território é uma ação que há muito é feita no mercado internacional. Todavia

deslocar as suas indústrias e aceitar a remuneração de uma dívida em minérios, petróleo e produtos agrícolas poderá ser considerado “uma jogada genial”⁵¹.

“In 2003, China surpassed Japan as the second largest oil importer after the USA”⁵²(Zweig & Jianhai, 2005).

As Zonas Económicas Especiais criadas em solo africano são muitas vezes financiadas pelas autoridades chinesas ou empresas deslocadas que estão ligadas ao governo. Esta será uma forma de empresas/indústrias reduzirem salários e ter mão-de-obra menos qualificada durante mais horas a trabalhar.

A redução de poluição em território chinês é outro dos motivos, que embora pareça bizarro, se pensarmos bem, é um dos grandes desafios do novo milénio para o desenvolvimento económico chinês. Há cada vez mais uma maior sensibilização das autoridades governativas chinesas e da sociedade civil em relação aos problemas ambientais que assolam a área chinesa.

O investimento não pode parar e conforme se vão enraizando no continente africano, estas Zonas Económicas Especiais, que devem estar situadas em locais que tenham facilidades de transporte, comunicações e tecnologia começam a chamar a atenção do oeste.

Outra estratégia utilizada na reformulada política externa chinesa foi o que Joseph Nye intitulou de *Soft Power*. Se a participação assídua na construção de infraestruturas, acessos e facilidades poderá estar algo relacionado, a redução ou a retirada completa das tarifas aduaneiras de certos bens e o cancelamento de dívidas estão totalmente implícitos na forma de atuar chinesa.

Mas para haver o cancelamento, o país em questão tem que solicitar ao governo chinês para avaliar o processo de cancelamento da sua dívida.

Se nos anos 80 e 90 o envio de delegações e de “*experts*” chineses para os setores de gestão industrial, agrícola e de saúde era frequente, no novo milénio e datando por exemplo o ano de 2007, sob programas do governo chinês muitos foram os chineses que rumaram a África em modo voluntário não só para colmatar a falta de profissionais qualificados, mas também para apoiarem no desenvolvimento dos setores anteriormente citados.

O setor da educação/ou da cultura é reforçado com a instauração dos institutos Confúcio e das bolsas atribuídas a alunos africanos para rumarem à China e poderem terminar os seus estudos ali.

Muitos oficiais e empresários africanos são também convocados para participarem em seminários específicos, principalmente relacionados com o setor agrícola, em território chinês.

⁵¹ (Brautigam, 2009) dá o exemplo da Nigéria, República Democrática do Congo e Angola que trocam infraestruturas de saneamento básico, hidroelétricas, e sistemas de redes rodoviárias em troca de petróleo ou no caso do Gana em Cacau.

⁵²“ Em 2003, a China ultrapassou o Japão como o segundo maior importador de petróleo depois dos Estados Unidos da América”

Por fim, mas não podendo descorar a sua importância, as feiras internacionais, sejam estas realizadas na China ou até em solo africano, são uma forma alternativa de apresentar novos produtos ao mercado internacional.

A propósito de acima se referir o mercado internacional, outros atores que beneficiaram desta remodelação e aposta de investimento chinês no estrangeiro foram as empresas consideradas de topo. Huawei, Hisense ou China National Oil Corporation são três das empresas que se apresentam muito bem cotadas na China, porém, estas ultimamente são como uma bandeira para a conquista do “mercado fora de portas”. Recetores de empréstimos (a longo prazo) do China Eximbank.

A Huawei recebe, então, uma linha de crédito de 10 biliões (\$) para as suas aventuras no estrangeiro. É normal que tenha sido esta empresa a instalar a rede de telecomunicações na Etiópia por exemplo.

A China National Oil Corporation após ter ficado conhecida pelo seu negócio no Sudão a meados da década de 90 do milénio passado também teve direito a um empréstimo de 1,6 biliões \$ que poderiam ser regularizados a 10 anos para os seus investimentos na Nigéria. (Brautigam, 2009, p. 87).

Se há anos em que não há bibliografia suficiente, são os últimos anos da governação de Hu Jintao, este continuou a seguir as suas políticas de incentivo ao investimento direto chinês no estrangeiro e à deslocalização de indústrias com superprodução.

O que manchou os últimos anos no poder de Hu Jintao foram as acusações de desrespeito dos direitos humanos, seja internamente com a vaga de greves e manifestações nas indústrias exportadoras como referido supra e alguns casos em África como na Zâmbia, quando em 2012 um dos gerentes chineses de uma mina foi morto pelos seus funcionários que detinham condições precárias de trabalho e pediam o aumento da sua folha salarial.⁵³

Zâmbia era assim, mais uma vez, um exemplo de contestação. Os trabalhadores de uma mina chinesa em 2005 já tinham criado tumultos perante as situações precárias de trabalho onde não era só o salário que estaria em questão, mas também a falta de equipamento de segurança. Nesse ano, dezenas de trabalhadores pereceram num acidente de trabalho.

Outro fator que não pode ser ignorado, e embora esteja a ser repetido, também se insere neste capítulo da China em África é a Rota da Seda de Xi Jinping.

Poderá ser questionado o porquê de se inserir o tópico quando falamos da China em África. Mas esta será, talvez, a medida ideal para não só reforçar o trabalho que foi feito pelas autoridades governativas anteriores com a criação do FOCAC e as medidas provenientes deste fórum que

⁵³ Retirado do website: <http://www.pordentrodaafrica.com/negocios/nao-ha-colonizacao-da-china-na-africa-diz-especialista-sobre-a-relacao-entre-a-china-e-o-seu-maior-parceiro-comercial> _acedido em 20, janeiro, 2015.

prosperou a esfera de influência chinesa em África, mas após a crise de 2008, o mercado global entrou em declínio e os chineses após comprarem a dívida pública de alguns países ocidentais ressentiram um pouco a crise.

Não é que esta pequena recessão na economia chinesa tenha provocado alguma aflição ao governo chinês, mas a República Popular da China deteve um declínio nos valores do seu PIB nos últimos anos.

Para combater o declínio económico, o governo de Xi Jinping criou a sua Nova Rota da Seda onde não apresenta apenas um, mas dois “troços” com potencialidade de negócio e cooperação económica. Uma das rotas será pela via marítima, e passará por tentar chegar à Europa, pelo Oceano Índico e Mar Mediterrâneo. Esta medida é extremamente inteligente porque o mercado indo-chinês situado ainda no Oceano Índico e na zona leste do Mediterrâneo contem países que por vezes são esquecidos pelas potências ocidentais e apresentam um vasto leque de recursos e matérias-primas importantes para trocas comerciais. O estabelecimento de indústrias manufatureiras em países na Região do Oceano Índico será outra meta delineada pelo governo chinês.

Mapa 1

Nova Rota da Seda com um troço Marítimo e um troço terrestre



Dando o exemplo da indústria naval, esta tem vindo a ter uma evolução nos últimos anos. O presidente Xi Jinping incentiva que as suas indústrias se tentem deslocar e oferece aos parceiros desta “nova aventura” que estejam a tentar desenvolver a sua marinha e indústria naval, equipas técnicas e especializadas prontas a cooperar no desenvolvimento do setor.

Este será um bom formato para haver uma conectividade entre Europa, Ásia e África e das nações juntamente com a China conseguirem colmatar a decadência económica que se alastrou pelo mundo nos últimos 7 anos.

4.4.1. FOCAC

Mostra-se imperativo frisar o *FOCAC* (Forum on China-Africa Cooperation), para referir o apogeu das relações sino-africanas. Realizado de 3 em 3 anos desde o governo de Jiang Zemin em 2000. Em Dezembro deste ano (2015), caberá à África do Sul ser o país anfitrião da sexta edição deste evento que irá mover oficiais de governo pertencentes a mais de 50 países do continente africano e da República Popular da China.

Não retirando a importância às duas últimas edições, até porque não se deverá fazer qualquer tipo de comparação, neste trabalho serão referidos mais pormenorizadamente dois fóruns de cooperação sino-africanos, as edições de 2000 e 2006, até porque não há muita informação científica disponível com as consequências das últimas edições de 2009 e 2012.

Estes fóruns acima citados têm algumas particularidades, mas resumidamente o FOCAC de 2000 terá sido o primeiro e uma das grandes medidas do governo de Jiang Zemin, o segundo (FOCAC, 2006) tem a sua peculiaridade pela realização do evento ter voltado a Pequim, depois da edição de 2003 ser em Addis Abeba. O FOCAC 2006 será esmiuçado por ser um dos mais marcantes na relação económica e de amizade/cooperação sino-africana, e por este ter-se realizado dois anos antes da Crise de 2008 se instaurar.

FOCAC (2000) foi uma ideia do governo chinês para estabelecer uma relação de cooperação com os países africanos em resposta aos obstáculos que a nova ordem mundial poderia colocar ao seu desenvolvimento. Foram então estabelecidos alguns pontos que guiavam as relações sino-africanas em alguns setores, encontrando-se estes, maioritariamente na vertente económica.

A cooperação financeira entre o governo chinês e as instituições bancárias multilaterais africanas⁵⁴, nos recursos naturais e de energia é invocada em troca dos estados africanos apostarem nos seus produtos agrícolas, minerais e metalúrgicos com o intuito de desenvolver as suas atividades industriais e a China assim também reter algumas destas matérias-primas que são escassas no seu território.

Na cooperação multilateral, como referido anteriormente, há uma preocupação estratégica chinesa, ligada à sua renovada aproximação com os países desenvolvidos. A República Popular da

⁵⁴ African Development Bank Group;
Eastern and Southern African Trade and Development Bank.

China quer estar presente em missões de apoio por parte da ONU e suas agências em países mais desfavorecidos e quererá ter uma palavra a dizer nas reformas do mercado internacional.

Na educação, é impossível descorar o que acima foi referido, aquando da definição do soft power, na educação primeiramente teremos que voltar referir as bolsas que são atribuídas pelo governo chinês a alunos estrangeiros, como a rede de contacto construída entre universidades chinesas e africanas tentando que haja um desenvolvimento intelectual, treinando assim profissionais para diferentes áreas em África.

O alívio da dívida é outro fator importante, e talvez um dos mais importantes. Sempre atento ao que as instituições e potências ocidentais fazem, o governo chinês em 2000, perdoa ou reduz a dívida num valor de 10 biliões de RMB e como membro do Conselho de Segurança da ONU pressiona para que haja uma atenção por parte da organização a este assunto (Muekalia, 2004).

FOCAC 2003, o primeiro em solo africano, na capital da Etiópia, seria apenas um reforço dos programas da primeira cimeira, apresentando somente uma novidade notória na cooperação sino-africana no desenvolvimento dos recursos humanos que abaixo serão traduzidos nos números de Zhang e Huang.

Outra novidade é o que abaixo se deu o nome de *flows* de investimento mútuo. Neste fórum houve uma certa preocupação dos líderes governamentais a promoverem e incentivarem as exportações africanas para a China. Na cena internacional, para demonstrar o seu poderio económico e militar e tentando se tornar um exemplo a seguir, a República Popular da China vai subsidiar a organização militar da União Africana.

O terceiro FOCAC data de Novembro de 2006 em Pequim. Uma curiosidade a salientar é que este fórum realizou-se no ano em que as relações sino-africanas celebrariam 50 anos.⁵⁵

“Our objective is to show the international community the importance of China accords to Africa, and to demonstrate China’s strong will to develop friendly relations with African countries”⁵⁶ declarou Lui Guozeng, assistente do Ministros dos Negócios Estrangeiros no dia da celebração (Cheng & Shi, 2009).

⁵⁵ Para celebrar o momento a 12 de Janeiro de 2006 o Ministério dos Negócios Estrangeiros faz um documento em que o título é “China’s African Policy” e remete-se a 6 partes distintas:

- A posição de África e o seu papel;
- A relação da China com África;
- Valorização de tudo o que “rodeia” a cooperação sino-africana;
- Política China e África;
- FOCAC e as suas ações;
- A relação da China com as organizações regionais africanas.

⁵⁶ O nosso objetivo é mostrar à comunidade internacional a importância dos acordos chineses com África e para demonstrar o poder chinês a desenvolver relações de amizade com os países africanos.”

Antes de avançar para as medidas discutidas na cimeira do FOCAC de 2006, há alguns números que serão interessantes de ser assinalados e muitos provêm das medidas de 2000 e 2003:

- As trocas comerciais entre a China e África cresceram de menos de 10 milhões \$ por ano nos anos 1950's para quase 40 biliões \$ em 2005;
- Os projetos de ajuda em África que os chineses ofereceram eram cerca de 800 e as empresas chinesas ganharam contratos de construção e serviços ligados aos projetos no montante de 38,9 biliões \$ até Outubro de 2005;
- Os Flows de investimento mútuo apresentavam resultados um pouco divergentes, os chineses investiram por volta de 1,075 biliões \$ até Outubro de 2005, enquanto só alguns países africanos investiam na China, como por exemplo a África do Sul⁵⁷.
- China cumpriu o plano da segunda cimeira FOCAC e entre 2004 e 2006 ofereceu treino a 10000 africanos;
- Pequim enviou 14000 pessoas na área da medicina em várias missões, sendo que até ao final de 2005 foram 37 as missões.

Estes dados que resumem alguns pontos positivos dos fóruns anteriores são facultados pelos autores chineses Zhang & Huang em 2006⁵⁸.

Voltando então agora à cimeira que reuniu oficiais do governo central chinês e os líderes africanos em Pequim, as medidas acordadas estarão na sua grande maioria ligadas a investimentos, financiamentos com finalidade de exportação ou importação, sendo grande novidade a decisão das autoridades chinesas em alargar os seus fundos de ajuda externa para o montante de 10 biliões \$, este que durante anos esteve bastante abaixo desta quantia.

O principal objetivo chinês passa por gradualmente ter capacidade para competir com os principais rivais no continente africano França e Estados Unidos e para que tal seja possível os seguintes pontos que serão citados são as metas que os chineses se comprometeram a atingir nos anos seguintes.

Dobrar o montante de ajuda em África até 2009, 5 biliões divididos em empréstimos preferenciais e crédito para exportação nos países africanos entre 2006 e 2009, em 2007 será estabelecido o Fundo de Desenvolvimento China- África através do China Development Bank onde 5 biliões \$ poderão ser usados por empresas chinesas para investirem em África, a implementação de tarifa gratuita para mais de 440 produtos de importação provenientes dos países africanos e o abatimento/absolvição da dívida de empréstimos sem interesse (feitos em ou até 2005) aos países

⁵⁷ SAB Miller é o exemplo de uma empresa sul africana que apostou no mercado chinês.

⁵⁸ Retirado do artigo: "Cheng & Shi (2009).

africanos menos desenvolvidos e mais endividados com relações diplomáticas com a República Popular da China.

O estabelecimento de mais 3 a 5 zonas económicas especiais de cooperação e trocas nos países africanos.

“The summit also facilitated the conclusion of \$1,9 billions contracts between African countries and chinese enterprises.”⁵⁹ (Cheng & Shi, 2009).

Ao nível social e humanitário os chineses prometeram que iriam disponibilizar mais de 15 mil pessoas especializadas em vários setores para ajudar no desenvolvimento no espaço de 3 anos e 500 milhões RMB para centros e estudos de prevenção da malária, e facilidades para os setores agrícolas e da educação.

No que toca a multilateralidade e à cooperação com outras organizações a construção do centro de convenção na sede da União Africana em Addis Abeba, Etiópia⁶⁰ (Cheng & Shi, 2009).

Um parêntesis terá que ser feito. Acima neste trabalho falou-se da cooperação com as organizações internacionais que a República Popular da China terá tido, mas não foram citadas as presenças chinesas em missões *peacekeeping* no Congo (Kinshasa), Libéria ou Darfur no Sudão sob a alçada da ONU.

Com a crise de 2008, houve algumas quebras no mercado mundial, mas os chineses não abrandaram e continuaram com uma exuberância invejável durante os anos seguintes. Mas será que as propostas do FOCAC de 2009 e 2012 terão tido os resultados positivos das edições anteriores?

Antes de acrescentar apenas alguns pontos do que se discutiu nos FOCAC de 2009 e no de 2012, é interessante ver que mesmo em plena crise, os chineses não só aumentaram os seus empréstimos concessionais e os seus créditos para exportação, como os duplicaram. Este ponto pode ser observado infra no excerto citado de um trabalho de Deborah Brautigam.

“In November 2009, Premier Wen Jiabao told an African audience that China would offer \$10 billion in new concessional loans and preferential export credits to Africa over the next three years (2009-2012). Three years later, Chinese leaders announced a goal of \$20 billion in finance to African countries by the year 2015 (FOCAC 2012).”⁶¹ (Brautigam, 2013, p. 1).

O Fórum de 2009 centrou-se na questão da crise internacional e por parte não só da China mas dos estados presentes houve um incentivo à participação em missões de organizações

⁵⁹ “A cimeira também facilitou a conclusão de contratos de 1,9 biliões de \$ entre países africanos e empresas chinesas.”.

⁶⁰ Traduzido e retirado do artigo Cheng & Shi (2009).

⁶¹ “ Em Novembro de 2009, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao disse à audiência africana que iria oferecer 10 biliões de \$ em novos empréstimos concessionais e créditos preferenciais para exportação para Africa dentro dos próximos 3 anos (2009-2012). Três anos depois, os líderes chineses anunciam a meta de 20 biliões de \$ financiamento para os países africanos no ano de 2015.”

internacionais porque alguns estados membros ressentiam o impacto desta crise e teriam que ser ajudados.

A República Popular da China ressaltou a importância de se cumprirem os objetivos delineados pela ONU e rapidamente assegurou um empréstimo para uma das organizações inerentes às Nações Unidas. Por outro lado o governo chinês não deixou o seu lado eximiu de negociador e reforçou os seus compromissos de ajuda perante os estados africanos com redução ou alívio de dívidas, promoção e aumento dos investimentos e abertura e acesso ao mercado (FOCAC, 2009; Vadell, Cardoso & Lopes, 2013).

Outro ponto que não fugiu à regra e que estará sempre presente é a cooperação técnica que a China evoca em todas as edições do FOCAC para os setores da agricultura, ciência e educação.

Em Julho de 2012 chegaram a Pequim delegações de 50 países africanos e o presidente da Comissão da União Africana que pela primeira vez e juntamente com a República do Sudão do Sul assistem a este encontro como membros (Quá, 2012).

A aposta na cultura é um facto quando a China apresenta um projeto juntamente com a UNESCO para apoiar os programas educacionais africanos, onde serão oferecidas 18 000 bolsas de estudo. (FOCAC, 2012).

O governo chinês volta a criar seis Zonas de Cooperação económica e comercial com Zâmbia, ilhas Maurícias, Nigéria, Egito e Etiópia, e há uma intensificação na cooperação para o desenvolvimento sustentável, saúde, ciência, tecnologia e comunicação com a criação de um Centro de Intercâmbio de Imprensa China-África “encorajando o intercâmbio pessoal e organizações da mídia entre as partes.” (FOCAC, 2012).

4.4.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES SOBRE O SETOR PRIVADO.

E será que tudo corre bem aos chineses e aos seus investimentos no continente africano? Nem sempre essa é a realidade. Quando os seus projetos não respeitam regras de segurança, a maioria dos seus trabalhadores são chineses e recebem um salário ainda mais baixo que o dos locais roubando-lhes os postos de trabalho, há tumultos de descontentamento.

Se os chineses têm acordos assinados mas há eleições ou uma mudança de governo, por vezes estes ficam sem efeito. Também há projetos que estão a meio e são renegociados pelo novo governo, podendo as empresas chinesas ganhar o concurso ou não.

E o setor privado chinês em solo africano não merece qualquer reparo? Notoriamente merece, mas como dá para perceber, toda a relação sino-africana parece ter o controlo do governo e das instituições de ajuda externa chinesa.

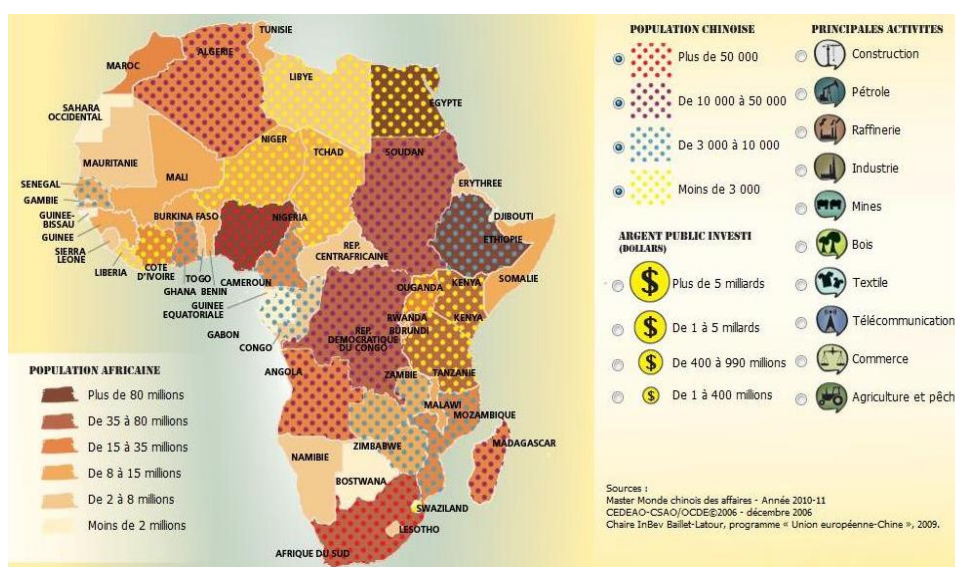
Mesmo o governo detendo ou estando ligado ao monopólio dos investimentos de grande parte dos projetos que os chineses foram adquirindo, muitos foram os chineses que seguiram para África ou porque iriam participar nos trabalhos de algum projeto, ou aproveitaram o facilitismo que o governo concedeu a partir dos anos 80 para a população emigrar e seguiram para África de forma a apostaram em algum negócio por conta própria.

Esta mancha de população que troca a sua terra natal por uma aventura africana por vezes nem é referida nos artigos científicos, mas muitos são os empresários chineses que a partir da agricultura, do artesanato ou da indústria mais rudimentar se foram fixando em solo africano.

Consequentemente a presença chinesa em África é denotada em mercados locais, ou em casinos e restaurantes chineses que cada vez mais abrem portas em solo africano.

Mapa 2

Presença Chinesa em África



(Mapa retirado do website: <http://revoltairmandinha.blogspot.pt/2010/12/interesses-chineses-em-africa.html> acedido em 23 de Maio, 2015)

4.5. CASOS DE ESTUDO

Os casos de estudo inserem-se no objetivo de responder à questão que vai cintilando na cabeça de muitos autores nos dias de hoje. Será que a nova forma de ajuda externa interligada ao setor económico e de mercado poderá ser considerada neocolonialismo?

Incidindo mais nas relações entre Angola e Moçambique com a República Popular da China, tentar-se à perceber se todas as acusações feitas por autores ocidentais serão de todo propositadas e se os chineses serão mesmo os novos colonialistas.

E porquê a escolha destes dois países? Primeiro porque são dois países lusófonos e apresentam características que agradam as autoridades governamentais chinesas, não só porque são ricos em recursos naturais, como terão influência para expandir a sua política externa de só “uma China”.

Localizados em extremos opostos do continente, Angola e Moçambique apresentam particularidades distintas no que toca a recursos humanos, do lado ocidental, junto ao Atlântico, Angola é um país extremamente rico em petróleo, diamantes e outros minérios. Do outro lado e um pouco mais perto do estado chinês, banhado pelo oceano Índico está Moçambique, um país que detém no seu setor primário a sua riqueza e o principal ponto de atração para os chineses nos últimos anos.

Ambos os países pertencem ao grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que estão inseridos com Timor Leste e Brasil num grupo mais alargado que são os países lusófonos. E o que é que além da língua oficial têm em comum estes países para que a República Popular da China tenha interesse em construir relações diplomáticas e comerciais com estes países? E como conseguiu se aproximar e fortalecer as suas relações com estes dois países lusófonos?

Os países lusófonos, além de deterem inúmeros recursos naturais e matérias-primas, representam um mercado com mais de 200 milhões de pessoas divididas em quatro continentes diferentes. Quanto à relação chinesa com Angola e Moçambique, esta foi se fortificando ao longo das últimas décadas.

Primeiramente, ambos os estados passaram por um processo de descolonização complicado. Após mais de uma década e uma década exata de guerra com a sua metrópole, Angola e Moçambique tiveram uma fase de transição para a sua independência que não foi fácil. Ainda durante as suas guerras de libertação a República Popular da China marcaria presença apoiando os Movimentos de Libertação e a seu tempo foi aceitando a independência dos novos estados.

Até aos anos 90 e 2000, a República Popular da China foi fortalecendo as suas relações com vários países “terceiro mundistas”, mas foi na transformação da sua política externa para uma cooperação económica, que os oficiais chineses voltam a olhar com bons olhos para as duas ex-colónias portuguesas.

Com relações diplomáticas com Portugal desde os finais dos anos 70 aquando a ascensão de Deng Xiaoping e com a sua ex metrópole com um olhar vincado na Europa, as autoridades chinesas deparam-se com a oportunidade de retirar algum proveito da sua relação com Angola nos anos 90.

Se primeiramente a estabilização de relações económicas com Angola estariam relacionadas principalmente com o mercado petrolífero, nos anos 2000 eram os recursos agrícolas moçambicanos que estariam por de trás do fascínio chinês.

A criação do Fórum entre Macau e os países lusófonos para expandir as relações entre chineses e os países lusófonos foi o modo como as autoridades governativas chinesas facilitariam as relações utilizando Macau como a ponte entre as relações. Não nos poderemos esquecer que Macau pertenceu aos portugueses durante séculos e no último ano do passado milénio regressou à “pátria-mãe” (República Popular da China).

A crise de 2008 e o que sucedeu nos países ocidentais nos anos seguintes é outro fator que despontam as trocas comerciais entre a República Popular da China com Angola e Moçambique. Os números das trocas comerciais com estes dois países lusófonos têm aumentado exponencialmente, mas seguidamente vamos ver como as relações se processaram e como os media, a especulação ocidental, e alguns erros de instituições e estados ocidentais poderão fortalecer as relações bilaterais chinesas com os estados africanos acima referidos.

Outro motivo que torna a China ainda mais importante para a economia de Angola e Moçambique é que Portugal, só agora se está a reerguer da crise económica que obrigou o seu governo a recorrer a ajuda externa em 2011 e a cumprir um rígido programa de austeridade.

4.6. ANGOLA

A guerra colonial em Angola data de 1961 a 1974 e é uma das disputas em solo africano, da segunda geração da descolonização.

A questão de descolonização e independência angolana é deveras complicada, porque parte de várias frentes, e terá um determinado número de interesses por trás de um simples movimento independentista de um estado.

Numa era de Guerra Fria, as grandes potências internacionais andavam à procura de novos estados independentistas para entrarem na sua zona de influência. E o que Angola detinha que pudesse interessar aos dois grandes blocos políticos EUA e URSS? Os recursos naturais.

Portugal também teria interesse, a que tanto Angola como Moçambique ou até a Guiné Bissau continuassem a ser as suas colónias. Pressionado pelas instituições internacionais o governo salazarista continuava a defender que tanto Angola, como Moçambique eram uma extensão ultramarina portuguesa. Só que numa era em que os Movimentos de Libertação no continente africano e asiático eram abundantes, Angola teria que passar pela sua descolonização.

O que a torna particular neste acontecimento histórico são as várias fações que estão ligadas ao movimento de independência e que lutam contra a sua metrópole.

Do lado mais radical e marxista teríamos o MPLA⁶², apoiado pela União Soviética e Cuba principalmente, deste movimento vai surgir no final de 1974 o primeiro governo, e quem o liderava era Agostinho Neto. O MPLA controlava a zona do petróleo.

Do outro lado e apoiado maioritariamente pelos Estados Unidos da América e o apartheid da África do Sul, estava a UNITA⁶³, detentora da zona dos diamantes, liderada por Jonas Savimbi.

Holden Roberto cunhado do Presidente do Zaire Mobutu, comandou o movimento da FNLA⁶⁴ um movimento de guerrilha dos povos da região norte de Angola que estaria ligado “secretamente” à agência CIA.

E a China como se movimenta no capítulo da Guerra colonial entre 1961 e 1974? Como todos sabemos esta fase chinesa, foi controversa, tendo uma data de fatores obrigado as autoridades chinesas a não terem apoiado sempre o mesmo movimento.

Primeiramente há um apoio declarado ao movimento que se rege não só pelo comunismo francês, como é pro- marxista do MPLA. Só que devido aos seus confrontos idealistas com os vizinhos da União Soviética, os chineses retiram o seu apoio ao movimento do MPLA e saltam para o outro lado.

E o que acontece? Primariamente em 1963 Holden Roberto encontra-se com um oficial chinês em Nairobi e em 1964, uns meses depois de Zhou Enlai fazer o seu tour africano, Jonas Savimbi é recebido por Zhou Enlai e Mao Zedong em 1964 (Campos & Vines, 2008), ou seja, a República Popular da China, está por detrás de mais que uma frente libertária, seja no treino ou armamento, mas devido à sua situação interina de 1966 a 1969 (a parte mais anárquica da Revolução Cultural), esta teve que se “afastar um pouco”.

Na década de 70 e após ter aquela tímida reaproximação com os EUA, a China escolhe o lado dos Estados Unidos e apartheid da África do Sul, no conflito que se avizinha.

Se a guerra colonial termina em 1974, com a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e uma revolução na metrópole. A paz ainda não estaria instaurada, muito pelo contrário.

Abandonada de uma forma abrupta pela sua ex-metrópole, Angola atravessa uma transição governativa bastante complicada, e quem sobe ao poder são os apoiados pela URSS, o MPLA.

⁶² Movimento Popular de Libertação Angola

⁶³ União Nacional para a Independência Total de Angola

⁶⁴ Frente Nacional para a Libertação de Angola

Portugal teria prometido ajudar no restabelecimento pacífico e queria moderar um governo com as três frentes juntas, mas tal não ocorreu, e devido à pressão interna os portugueses acabam por regressar a casa. É preciso não esquecer que a prioridade em Portugal foi, ao longo de 1975, assegurar a própria existência de um regime democrático no país.

A partir daqui, as lutas das frentes independentistas estavam ligadas a nacionalismos e etnias criando assim a instabilidade em Angola. Depois surge aquele problema de sempre na ordem internacional, uns reconhecem um partido como legítimo governo, outros reconhecem outro movimento como legítimo porta-voz do novo estado.

Agostinho Neto torna-se então o primeiro presidente de Angola, mas está apenas cinco anos no poder, porque em 1979 acaba por falecer.

Quem avança para o governo é José Eduardo dos Santos, uma figura incontornável da política em Angola e no Mundo. Todos sabem, que desde então até aos dias de hoje este senhor tem-se mantido no poder. Mas retornando aos conflitos, imediatamente após a sua independência, no ano 1975 e com apenas alguns momentos pacíficos pelo meio, Angola entrou numa profunda guerra civil que só conheceu o seu término no novo milénio em 2002.

De um lado as forças governativas que dominam todo o mercado petrolífero, do outro, os guerreiros “libertários” que dominam a zona do diamante. MPLA e UNITA voltam a movimentar-se no campo de batalha, mas agora não há inimigo estrangeiro. Ambos lutam pelo poder e o interesse internacional nesta disputa interina era visível. As duas superpotências daquela era Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas também teriam algo a dizer no que toca à tentativa de juntar mais um estado independente à sua esfera de influência.

Cuba a grande aliada da União Soviética e eterna rival dos Estados Unidos da América também queria marcar a sua presença fosse com suporte militar ou de armamento. Estes dois estados eram os grandes apoiantes do governo angolano MPLA.

Do outro lado estavam os Estados Unidos da América, o apartheid da África do Sul e a República Popular da China que tinha rompido relações com a URSS e viria a alterar a sua política externa com Deng Xiaoping e a sua abertura ao mercado e aproximação ao ocidente, será por isso perceptível que o governo chinês só reconheça Angola como estado independente apenas durante a década de 80. O Zaire também teria interesse a apoiar a UNITA para evitar a ampliação do comunismo na África Austral e os Estados Unidos aproveitaram esse interesse para vender armamento para a guerra civil angolana.

Em 1990 a UNITA reconheceu José Eduardo dos Santos como Presidente e este prometeu que iriam ser realizadas eleições e legalizou o pluripartidarismo. Em Setembro de 1992 estas eleições realizaram-se e os angolanos ocorreram às urnas em massa mas a sua decisão não foi respeitada e este acontecimento voltaria a despoletar o regresso de um conflito interno.

A partir de 1993, a República Popular da China torna-se dependente de petróleo, e Angola sendo um estado rico em petróleo começava a ser cobiçada pela China. A explicação para este facto remonta-nos para as transformações da política externa chinesa dos anos 80 e início dos anos 90, em que os chineses não reformulam apenas as suas instituições que regem a sua política externa (mais nos anos 90), como olham de maneira diferente para os novos estados africanos.

Espalhando o ideal de cooperação sul-sul contra países imperialistas e em defesa de uma nova cena económica internacional completamente multipolar e a precisar de fontes de mercado para as suas necessidades, os chineses alteram a sua visão de ajuda externa, para uma vertente de cooperação e económica.

O governo central chinês e os seus empresários começam a ver que por detrás da ajuda externa e de economias em desenvolvimento poderá estar uma oportunidade de negócio e nos dias de hoje temos a confirmação que essa “visão” não era tão estropiada assim.

Quem dominava o petróleo em Angola era a força governativa, que tomava conta das receitas petrolíferas, num sistema que por vezes não era muito claro levando à falta de transparência e a corrupção em Angola. Estes dois fatores continuam a manchar a sociedade civil angolana.

O novo milénio destaca-se pelo fim da Guerra Civil em 2002, suscitando assim mutações que foram marcantes para a economia angolana, para a sua política interna e externa e para as relações sino-angolanas.

Logo no ano que se deu por terminada a Guerra Civil, Angola negociava com o FMI uma das suas quatro negociações entre 1995 e 2004 que não avançou muito mais porque requeriam bastante contrapartidas e o seu novo parceiro, a República Popular da China, vai se chegar à frente com um empréstimo para investimento que Angola acaba por aceitar.

A partir daqui nasce uma relação de negócios e de cooperação que está presente em muitos projetos que se avistam em solo angolano. As apostas em recursos naturais e infraestruturas são os pontos de ajuda/cooperação económica que fizeram as relações sino-angolanas crescer nos últimos anos.

Recetor de Investimento Direto do Estrangeiro chinês, Angola assinou 3 acordos com o China Eximbank entre 2004 e 2007. Angola foi “alvo” de mais de 4 biliões \$ em linhas de crédito para o investimento em infraestruturas em determinados setores como águas/saneamento, energia, saúde, educação, pescas, telecomunicações, obras públicas e agrícolas (Pautasso, 2010), alguns dos empréstimos serão pagos pelo governo angolano em petróleo.

A Sonangol⁶⁵ presidida por Manuel Vicente desde 1999, após ter feito grandes negócios com as principais empresas exportadoras do Mundo⁶⁶ para a exploração de várias plataformas em Angola, este no novo milénio vê na China outra oportunidade de negócio e um novo parceiro primordial para a escoação dos produtos deste setor.

Em 2004, e aproveitando um dos empréstimos concessionais do China Eximbank para a reconstrução do país (data de remuneração superior a 10 anos) com a possibilidade de usar recursos naturais como o petróleo para pagamento, vai ser criada uma Joint-venture que levou a Sonangol e a Sinopec (China Petrochemical Corporation) a juntarem-se e a concessionarem o bloco 18, afastando completamente a Total do negócio. Esta junção criou a Sonangol Sinopec International (SII), sediada em Hong Kong.

Tom Burgis, no seu livro «*A Pilhagem de África*», escolhe Manuel Vicente como um dos personagens principais para o desenvolvimento económico através do setor petrolífero, mas também para o tráfico de influências.

A Sinopec rapidamente foi conseguindo concessionar alguns blocos de extração, mas não alimentando especulações e voltando ao que realmente é importante perceber, é que após a criação das Joint-ventures e dos empréstimos para projetos no setor de troca e extração de petróleo.

Angola torna-se o segundo maior exportador de petróleo para a China, acabando por se tornar o primeiro em 2008, um ano depois de se juntar à OPEP.

«Algo que não é de espantar quando dos 76 blocos de exploração de petróleo *offshore* dos quais 35 estão ativos com a presença das maiores empresas de extração do setor⁶⁷.»

A Sinopec e a Sonangol juntamente com a Joint-venture que criaram juntas têm aproveitado os fundos de investimento concecional do Eximbank para participar em leilões e tentarem dominar os melhores blocos de extração.

Mas apesar de toda a proximidade de Manuel Vicente atual vice-presidente angolano (um dos oficiais representantes da Sonangol naquela altura) à República Popular da China, este não fez com que todos os interesses chineses no setor do petróleo fossem realizados.

O primeiro-ministro Wen Jiabao aquando das comemorações do 50º aniversário das relações sino-africanas em 2006 visitou Angola, para anunciar um crédito adicional e assinar um número expressivo de contratos de cooperação.

«Em junho de 2006, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao passou pouco mais de 20 horas em Luanda, numa visita integrada num périplo por vários países africanos. Não surpreendeu os

⁶⁵ Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola criada em 1976.

⁶⁶ EXXONMobil, Chevron ou a TOTAL.

⁶⁷ Trecho do artigo: “Diplomacia Económica da China: O caso de Angola”; Sandoval M., Cargo J., Cargo C. & Souza A.

observadores atentos o anúncio da assinatura de um “Memorando de Entendimento com vista à Concessão de um Crédito Adicional” de mais 2 mil milhões de dólares, a que se somaram 7 contratos individuais de crédito dirigidos aos sectores das telecomunicações e das pescas» (Alves, 2007).

Em 2007 a Sinopec viu a sua proposta para a concessão de um bloco para extração a ser rejeitado pelo governo angolano que rechaçou completamente a proposta chinesa, apresentando o facto que não queria que todo o produto que fosse extraído daquela parcela rumasse para a República Popular da China, e acaba por começar a negociar com a Total essa parcela de extração.

Manuel Vicente exclamou “não podemos fazer uma refinaria só para fazer produtos para a China” (Pautasso, 2010) «A evolução do preço do petróleo é relevante não só para o produto gerado neste sector como para o estímulo induzido pelas despesas públicas, já que os baixos preços do crude e, por conseguinte das receitas fiscais inibem a adoção de uma política fiscal mais expansionista, nomeadamente em termos de investimento público (Banco Mundial, 2008/2009)» embora Angola e a sua economia sejam dependentes do petróleo, a China acabou por proliferar no seu território em vários setores.

Estimulados pela reconstrução de um país que tinha sido devastado em mais de 40 anos de guerras, grande número de projetos que os chineses conquistaram ou até financiaram são infraestruturas de base em vários setores.

Em 2005 há um novo ator em solo angolano que se torna impulsionador do desenvolvimento de infraestruturas. China Fund Investment (CIF), uma empresa privada de 2003 que é sediada em Hong Kong e que foi criada para a grandes projetos infraestruturais que foram feitos em estados como em Angola ou na Guiné.

A CIF nem terá muito que se queixar, pois em Angola estará por de trás do novo Aeroporto de Luanda, um projeto que terá uma parcela do financiamento chinês. Mesmo em 2015 a questão continua a ser, se esta empresa privada não terá o governo central por de trás de todas as suas manobras?

Rejeitando a especulação e voltando ao solo angolano e à presença chinesa, esta terá uma grande marca na sociedade, porque muitos dos projetos que serão frisados posteriormente e segundo os acordos assinados, as empresas chinesas chegariam a Angola com uma composição de mão-de-obra chinesa que teria de atingir os 70%.

Alguns destes acordos têm procedimentos para que os fundos de ajuda não sejam desviados, mas deixou muitos locais sem emprego e com a obrigatoriedade que haja mão de obra chinesa, tendo esta questão levantado algumas polémicas ao longo dos últimos anos.

«De acordo com os procedimentos acordados entre o Ministério das Finanças e o EximBank, o empréstimo funciona como uma conta-corrente. A utilização do financiamento só pode ser feita por ordem do Ministério das Finanças, com base em faturas apresentadas pelos empreiteiros e visadas

pelos donos das obras e respectivos fiscais. Contudo, para evitar desvios, os desembolsos são feitos diretamente do EximBank para os empreiteiros sem passar por nenhuma outra conta. Esses desembolsos dão lugar aos registros de dívida efetuados pelo próprio ministério e pelo Banco Nacional de Angola. Assim que o projeto é concluído inicia-se o pagamento da dívida. As receitas de petróleo que servirão para pagar a dívida são depositadas em uma conta bloqueada e assim a dívida vai sendo diminuída.» (de Oliveira, Carvalho, Marra & de Paiva, 2013).

E em resposta ao FOCAC e às suas promessas, os chineses partiram para Angola com a disposição de difundir o seu modelo de política externa de cooperação e desenvolvimento económico. Rapidamente os IDE's chineses tiveram um crescendo, e muitas foram as empresas chinesas que se fixaram no país dos “Palanca Negra”⁶⁸.

Em todo o continente os números demonstram que a partir dos anos 80 e até 2007 os IDE's chineses no continente africano dispararam de valores diminutos de 100 milhões\$ comparados com os 22,5 biliões\$ de 2007 (Pautasso, 2010).

Os principais setores rapidamente entraram no radar das empresas chinesas que por incentivo das autoridades governativas chinesas, e também pelo seu conveniente interesse não quiseram deixar escapar a hipótese de participar numa obra/ projeto em solo angolano. Tal como referido acima, com o final da Guerra em apenas 2002, Angola mesmo que fosse sobrevivendo do mercado do seu petróleo, diamantes e gás, tem mais produtos que pode apostar como bauxite, urânio (junto à fronteira com a Namíbia) ou granito.

Os “memorandos” e projetos que têm a assinatura e a mão dos chineses dividem-se em 7 setores. Desde as infraestruturas para as redes de transporte até ao ramo da educação e saúde, estes projetos foram restabelecidos de forma a que houvesse um desenvolvimento em Angola.

A reabilitação da rede ferroviária foi uma das prioridades. Ligar Luanda através da ferrovia, recuperar a ferrovia do Lobito ligando a zona de Benguela ao Zâmbia era outro projeto de requalificação que mais tarde vai ser importante para expelir produtos que sairão da Zona Económica Especial/ Cooperação de Benguela e a linha de Namibe a Menongue sendo que estes três exemplos que dei, estimam-se que estejam perto da quantia de 4 biliões \$, retirando nesta quantia a soma para o novo aeroporto que terá sido feito para estar pronto antes da Copa das Nações Africanas que se realizou em 2010 (Pautasso, 2010).

O setor rodoviário e o dos transportes também será remodelado entre novas auto-estradas ou a mudança de asfalto, Angola quer reparar todo o seu sistema rodo e ferroviário, de forma a que estas renovações sejam preponderantes na sua evolução. O sistema de transportes colectivos urbanos

⁶⁸ Referência ao nome que é conhecida a Seleção de Angola de futebol, já que os chineses também estiveram presentes nas obras dos estádios para a Copa Africana das Nações em 2010, organizada em Angola.

seriam completamente renovados com a tentativa de adquirir milhares de automóveis e evoluir a indústria automóvel (Pautasso, 2010).

A energia é outro fator de evolução e um dos mais importantes juntamente com as telecomunicações nos dias de hoje (Pautasso, 2010).

A ZTE vai-se apoderar da Movicel Angola em 2008, enquanto a China National Machinery & Export Corporation com as limitações que a colocam na obrigação de subcontratar um certo limite de empresas angolanas restabelecia a rede eléctrica de Luanda (Pautasso, 2010).

O setor urbanista, contrariamente ao que se pensa de que a República Popular da China chega a qualquer país de desenvolvimento e dir-lhes-à “Então parceiros? Aqui não têm nada, e agora vão ter um estádio de futebol, um aldeamento de luxo para a alta sociedade ou uma biblioteca nacional. Engane-se, ou não, quem pensou isso, contudo a partir dos anos 90 poucos foram esses projetos a que Deborah Brautigam em 2009 deu o nome de “Projetos de Ajuda Especial” (Special Aids Projects).

Na cidade do Dundo a empresa Pan-China Construction Group construiu uma urbanização e os sistemas de abastecimento das águas de Dundo e Saurimo foram projetos entre o Ministério de Energias e Águas de Angola e a China National Electronics Import & Export Corporation no valor de 35 milhões\$ (Pautasso, 2010).

Na saúde a China facultou dois tipos de ajuda, primeiro empresas que vieram reabilitar e construir dois hospitais (Hospital Lubango e Hospital Geral de Luanda), seguidamente a China enviou especialistas de medicina apoiarem e treinarem os médicos angolanos.

O setor da educação é talvez o setor que Angola querará desenvolver o mais depressa possível tendo um apoio chinês na construção das infraestruturas e apoio com material didático para que os estudantes além de assimilarem possam transferir conhecimentos.

Por isso a estupefacção aparece, não pelos planos de ajuda, mas pela apresentação dos dados seguintes. Angola acorda com a China a construção de 53 instituições técnico-profissionais dos quais de 2007 a 2009, 34 já estavam construídos.

Com um ensino técnico que vai desde a agricultura até à gestão e administração, estes centros são uma grande vantagem para os estudantes que se dedicam a estas áreas no liceu. Poderá não ser mencionado mas as parcerias universitárias são outra forma de fortalecer a relação sino-angolana. A China, tal como fez noutros países africanos também ofereceu bolsas ou deu possibilidade a alguns angolanos de rumarem à China e licenciarem-se por lá.

O Instituto Confúcio esse é outro artefacto de cooperação na educação e uma forma de expandir a cultura chinesa no estrangeiro.

Curioso será dizer que o projeto da implementação do Instituto Confúcio em Angola, que se situará na Universidade Agostinho Neto foi acordado este ano (2015) e a empresa que o irá construir será a CITIC⁶⁹.

Por último, mas não menos importante, salientar a criação da Zona Económica Especial em Luanda Bengo, que visa assim a instalação de vários tipos industriais num polo que controla três tipos de reservas, sendo estas industriais, agrícolas e Industriais, ficando esta zona um pouco à imagem das Zonas Económicas Especiais Chinesas onde se espera que este polo económico consiga atrair o investimento de empresas estrangeiras. A Zona de Luanda Bengo foi construída primeiramente para atrair investimento e desenvolver o seu mercado interino.

Angola na primeira década do novo milénio tinha anos em que o seu crescimento económico chegou aos dois dígitos. Este podia ser o caminho a seguir para minimizar problemas como o de extrema pobreza e a baixa esperança média de vida, mas não terá sido efectivo.

Quando a crise de 2008 se instaura Angola continua a ser um dos destinos mais afluentes do povo chinês para se fixar. Alguns rumaram a Angola como mão-de-obra qualificada, instalaram-se e fixaram os seus negócios por conta própria.

Infelizmente, por vezes, os fundos de investimento atrasam-se ou as alterações nas medidas das políticas nacionais do país recetor poderão por em questão alguns projetos. Outra situação é a competitividade que existe entre os chineses e as potências ocidentais que mesmo tendo sido colhidas por uma vasta crise económica, Portugal poucas vezes foi ultrapassado pela China nas importações de Angola durante os quatro anos de austeridade⁷⁰.

E Moçambique? Como será que as relações chinesas se foram instaurando e como foi a incursão dos não intervencionistas chineses no mercado nacional moçambicano?

4.7. MOÇAMBIQUE

Moçambique tal e qual como Angola passou por momentos delicados nas últimas décadas do século passado. O novo milénio prometia mudanças, mas chegamos ao corrente ano civil e mais de metade da sua população vive no limiar da pobreza. Estes números continuam a atormentar um país que tem uma das mais prósperas e ricas fontes de recursos naturais da África Austral.

Possuindo um vasto leque de recursos naturais, Moçambique será o alvo de muitas potências estrangeiras que procuram novos mercados e parceiros para as suas relações bilaterais e multilaterais.

⁶⁹ China International Trust and Investment Corporation

⁷⁰ Retirado do site do Jornal Económico Online, visto a 1 de Outubro de 2015 através do link: http://economico.sapo.pt/noticias/china-ultrapassa-portugal-nas-importacoes-angolanas_221372.html

4.7.1 Moçambique desde a Guerra Colonial até ao novo milénio

Moçambique é um dos três países onde se deu a intitulada Guerra Colonial. É também uma ex-colónia portuguesa onde os seus Movimentos de Libertação só foram feitos na segunda vaga de descolonização e a sua independência apenas foi concedida a meio da década de 70, após a Revolução dos Cravos na ex-metrópole (Portugal).

Incentivados pelas movimentações de libertação africanas do final da década de 50 e início de 60, e três anos após a Guerra Colonial ter começado em Angola, data de 1964 o ano em que surgiria na ex-colónia portuguesa de Moçambique os primeiros tumultos de uma frente revolucionária e independentista.

Este movimento intitulado de Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) era apoiado pela URSS, China e Cuba que foram facultando ao movimento armamento e treino. Organizado em guerrilha, e com as forças portuguesas em várias frentes, a Frelimo foi aos poucos conquistando as várias zonas do país.

Desde a província do Cabo Delgado onde tudo começou, até Chimoio, foi uma década de rebeliões e batalhas completamente impossíveis de Portugal suster a pressão. Sem efectivos e com poucos meios de recurso, os portugueses mais uma vez saíam de uma ex-colónia sua, sem vencer. Em Portugal 1974 também era o ano da reviravolta e da vitória da Democracia.

Pressionadas pelas potências e instituições externas, as forças governativas (de transição) portuguesas, no ano seguinte à sua revolução, viriam a declarar a independência das suas ex-colónias africanas. A Frelimo sobe então ao poder em 1975 sob a presidência de Samora Machel.

Tal e qual como Angola após a sua independência, Moçambique, também iria passar por um largo período de instabilidade política sendo o palco de mais uma guerra civil camuflada pelos interesses dos imperialistas e das instituições estrangeiras.

Logo a seguir à ascensão ao poder por parte da Frelimo, foi criado um movimento/ organização política anti-comunismo que se intitulou Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e a partir de 1980/81 esta organização política apoiada pela Rodésia, vai criar um movimento de guerrilhas contra o partido do governo. A Renamo não apoiada diretamente pelo grande imperialista mundial os EUA, mas ligado a algumas organizações americanas este movimento teria o seu apoio explícito por parte da Rodésia e do partido branco da África do Sul.

A Frelimo pró-socialista seria apoiada pela URSS, embora após a guerra civil o panorama será completamente diferente.

Durante todo este conflito Moçambique conseguiu superar economicamente esta fase porque ao mesmo tempo estaria a receber ajuda externa de vários países europeus ⁷¹ e instituições/organizações ocidentais.

Surpreendentemente Moçambique, governado pela Frelimo em 1984, junta-se ao FMI e em 1986 recebe o primeiro programa estrutural.

«Mozambique's friends pushed it to try to settle with the US, and in the 1980s, donors twice withheld food aid and allowed Mozambicans to starve—in 1983 to force it to join the Bretton Woods institutions, and in 1986 to pressure it to agree to a first structural adjustment programme».⁷² (Hanlon, Barrientos & Hulme, 2010).

A guerra essa termina em 1992 com um acordo de cessar-fogo assinado em Roma entre o líder do governo e líder da facção Renamo.

Moçambique tornar-se-ia, nessa altura, um estado pró capitalista, porque aceitava de bom grado todas as condicionalidades impostas pelas instituições de Bretton Woods.

O FMI, depois de ter ajudado o governo moçambicano a saudar dívidas para com as suas forças militares foi impingindo programas austeros e de dura reestruturação económica. Proferindo o ordenado mínimo, por exemplo, de 1991 para 1995 este acaba por ser reduzido mais de 50%.

“Under IMF pressure the minimum wage had fallen from US\$ 40 per month in 1991 to US\$ 15 per month in 1995.”⁷³ (Hanlon, Barrientos & Hulme, 2010).

Destaque também as primeiras eleições multipartidárias após o conflito em que a ONU terá estado presente a “monitorarizar” o processo eleitoral de 1994 com vitória para a Frelimo.

Contudo não só as instituições de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o FMI, estão presentes nas relações bilaterais e multilaterais do governo moçambicano.

A União Europeia é outra das potências presentes e a sua ex-metrópole, Portugal, é um exemplo de um dos estados membros da instituição europeia que marca presença assídua em Moçambique.

O novo milénio trouxe novos parceiros, e novas ideias para o desenvolvimento moçambicano. Continuando a ser um dos alvos de ajuda preferido dos seus doadores tradicionais

⁷¹ Do bloco este era ajudado pela URSS e por outros países como por exemplo a República Democrática Alemã e do oeste pelos países nórdicos, Holanda ou Itália.

⁷² Os amigos de Moçambique “empurraram” para assentar com os Estados Unidos da América e em 1980, os doadores por duas vezes ajudaram com comida e permitiram que Moçambique se juntasse às instituições de Bretton Woods, e em 1986 Moçambique foi forçado a concordar com o primeiro programa de ajustamento estrutural.”

⁷³“ Sob a pressão do FMI o salário mínimo desceu dos 40\$ por mês em 1991 para os 15\$ americanos por mês em 1995.”

(Potências e instituições/organizações internacionais), como em grande parte dos países africanos há um novo parceiro que chegou para “ver e vencer”.

Com uma cooperação totalmente económica e desde o século passado a aparecer por vezes com propostas de cooperação técnica maioritariamente no setor agrícola, a República Popular da China exhibe-se em solo moçambicano completamente interessada em fazer negócios que sejam rentabilizados tanto por Moçambique como pela China.

Os cinco primeiros anos do novo milénio não se ostentaram positivos no que toca à junção de crescimento económico e abate do limiar da pobreza. Moçambique mesmo tendo sido recetor assíduo de ajuda externa durante o seu conflito interno, depara-se que o montante que recebeu de empréstimo não deu para pagar os prejuízos que a devastação da guerra civil criou no país.

“High aid dependence means that the budget process essentially involves only two actors, the executive and foreign donors. Accountability to donors is much stronger than it is to Mozambican society” (Hodges & Tibana, 2004).

4.7.2 As relações sino-moçambicanas

A relação da China com Moçambique tem quase cinco décadas. Numa altura próspera das ligações sino-africanas o movimento da Frelimo foi apoiado pelos chineses, e mesmo com o afastamento sino-soviético, a República Popular da China nunca se afastou em definitivo deste estado na tentativa de manter as suas relações e alguma influência.

Após a independência de Moçambique, a China continuou atenta a este país e nem quando o Oeste se inteirou da ajuda externa durante a década de 80 e 90 do século XX, os asiáticos se intimidaram. De uma forma mais aligeirada foram mantendo a sua relação bilateral com linhas de crédito para equipamentos, matérias-primas e bens de consumo, sendo que os oficiais chineses não se esqueceram de Moçambique.

«Between 1975 and the 1990’s, the Sino-Mozambican economic cooperation was enhanced through the provision of credit lines for the purchase of equipment, raw materials and consumer goods. In 1989, Qian Qichen, Chinese minister of foreign affairs visited Mozambique and offered a finance credit of US\$ 12 million»⁷⁴ (Ilhéu, 2010).

⁷⁴ “Entre 1975 e os anos 1990, a sino- moçambicano cooperação económica foi reforçado através da disponibilização de linhas de crédito para a compra de equipamentos, matérias-primas e bens de consumo. Em 1989, Qian Qichen, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês visitou Moçambique e ofereceu um crédito de financiamento de US \$ 12 milhões.”

Situando agora no novo milénio, a presença chinesa, assim como em outros países africanos, vai-se tornar importante para o desenvolvimento económico. De forma a ser sucinto, a grande diferença entre a República Popular da China e a relação bilateral com Moçambique se compararmos com o outro caso de estudo (Angola) é que haverá uma maior aposta no setor agrícola.

Mas será que os países se demonstram muito diferentes? A verdade é que não, simplesmente a economia angolana é muito dependente do seu petróleo, mesmo quando apresenta mais recursos. Já Moçambique é diferente, não falando do aspeto social, porque tanto Angola como Moçambique apresentam uma população que se demonstra com uma esperança média de vida bastante curta e uma grande percentagem de população a viver no limiar da pobreza (quando alguém vive/sobrevive com menos de 1 dólar por dia).

Só que a pobreza da sociedade por vezes não caracteriza a capacidade de recursos, ou a incompetência do ser humano para aproveitar o que o rodeia.

Moçambique não terá petróleo? Apenas tem recursos ligados ao setor agrícola? Não, muito pelo contrário, Moçambique é um dos países da região da África Austral que mais condições favoráveis tem para se desenvolver. Os recursos naturais são imensos e abrangem vários setores que poderiam e deveriam colocar Moçambique num patamar diferente no mercado internacional.

A República Popular da China desde o ano da independência moçambicana que tem revelado o seu interesse neste país. A 25 de Julho de 1975 a República Popular da China reconhece Moçambique como um estado livre e independente e é o primeiro estado a estabelecer relações diplomáticas.

No ano seguinte já havia médicos chineses em solo moçambicano e os seus acordos/parcerias diziam que para além de posteriormente aparecerem mais equipas de médicos para dar o apoio técnico, o setor agrícola também iria beneficiar da chegada de “*experts*” que iriam formar e ajudar no desenvolvimento técnico.

Estas primeiras missões de auxílio técnico “amorneceram” rapidamente porque a República Popular da China no outro país lusófono enveredou o seu apoio ao partido que se tornou pró capitalista, anti URSS, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e pior foram ficando quando Moçambique no início dos anos 80 volta a demonstrar insatisfação pelas escolhas chinesas e envereda por uma orientação soviética⁷⁵.

⁷⁵ « É preciso notar que, embora a Frelimo tenha adotado o marxismo-leninismo, sempre procurou uma posição de equilíbrio para não se vincular em definitivo nem a Moscovo nem a Pequim; (3) A condenação pela Frelimo da invasão chinesa ao Vietname e (4) do apoio chinês ao regime cambodjano de Pol Pot em 1979; (5) o facto de a Frelimo não ter condenado a invasão soviética ao Afeganistão, Moçambique fazendo então parte dos três países africanos (os outros foram Angola e Etiópia) que votaram contra a resolução das Nações Unidas condenando a invasão (Jackson, 1995:416). Esta última atitude chegou a provocar um pequeno incidente diplomático entre os dois países, tendo Yang Shouzeng» (S. Shichava).

A partir dos anos 90 as relações foram normalizando com a reforma institucional na política externa chinesa e com o incentivo explícito da visão chinesa do “*Going global*”.

Diferenciando um pouco de Angola, a cooperação chinesa vai para além do negócio e é na segurança e defesa que os acordos bilaterais dos anos 90 também surtiram efeito. Desde equipamento, tecnologias ou suportes financeiros para as forças militares e polícias moçambicanas.

Resultante do FOCAC (2000) estava o cancelamento da dívida moçambicana que provinha de 1999, decorria o ano 2001. Com este gesto a China demonstrava assim o interesse político que incluía a vontade de estar presente nos novos projetos moçambicanos.

Moçambique, na entrada do novo milénio, carenciado de infraestruturas, dotado de recursos naturais e a necessitar de novos parceiros torna-se um “alvo” para o negócio/cooperação chinês. Logo no início do novo milénio três obras públicas que foram financiadas por chineses nos pacotes de cooperação da década anterior são inauguradas em Maputo. Entre elas está o novo parlamento moçambicano.

No setor das obras públicas mais uma vez a China viu a “oportunidade”, desde a construção de estradas, a reabilitação de saneamento, passando pelo financiamento de projetos ímpares como o novo *Estádio Nacional do Zimpeto* situado nos arredores de Maputo.

No aeroporto as obras de reabilitação também estavam a cargo dos chineses, e o grande projeto que começou em 2010, a Barragem de Mpanda Nkuwa um projeto avaliado na ordem dos 2 bilhões \$, também terá tido uma participação chinesa.

Mas não foi só no setor da construção de infraestruturas que a China participou durante a primeira década do novo milénio, setores como a agricultura, as pescas ou a indústria fizeram parte dos projetos e de Investimento Direto Estrangeiro chinês.

O setor energético é um dos setores que mais se esperava uma maior presença chinesa, mas nesse capítulo a República Popular da China chegou tarde e não tem concessões de exploração de gás natural ou de petróleo em Moçambique tendo então que apostar noutros setores que poderão ser uma novidade para os mais distraídos.

Os setores agrícolas e da madeira são os setores em que as autoridades centrais chinesas têm vindo a apostar mais em Moçambique, devido aos problemas ambientais que têm surgido nos dias de hoje em solo chinês.

Se o smog é uma das características de várias cidades industriais chinesas, a desertificação tem vindo nos últimos anos a ser uma problema que se acentua na China.

Sendo o país mais populoso do mundo a China tem que arranjar estratégias não só para produzir, mas para colmatar a falta de produtos agrícolas que começam a escassear no seu país.

Moçambique torna-se então um parceiro extremamente importante, dotado de uma imensidão de recursos primários, os chineses entraram em Moçambique dispostos não só a cooperar

com novas técnicas, ou implementação de maquinaria agrícola, mas também dispostos a negociar os produtos que são escassos em solo chinês.

Uma grande parte do investimento direto chinês em Moçambique passa pelo setor primário e os produtos que daí podem ocorrer.

Ainda dentro do setor e na “ressaca” do FOCAC (2006), novos projetos foram inseridos e não é de admirar que empresas estatais chinesas terão rumado a Moçambique para poder produzir soja. Outro artigo que poderá ser referido e que está inserido em vários projetos de cooperação desde o século passado é a plantação e produção de arroz. Com mais de metade da população no limiar da pobreza, este torna-se um bem essencial, então a ajuda chinesa na técnica e no desenvolvimento da plantação de tal bem tornou-se essencial.

A madeira, essa, é um exemplo de carência chinês. Com falta de matéria-prima para a construção, papel e outras manufaturas que podem surgir da madeira, este setor cada vez mais é uma aposta chinesa. Por sinal e espantosamente é o setor em que mais se fala de contrabando, porque não haveria grande controlo do governo moçambicano, e cada vez mais eram os empresários que se aproveitariam da qualidade e de tanta quantidade de madeira para a extrair.

“Em 2006, um relatório encomendado pelo Fórum das Organizações não-governamentais da Zambézia (FONGZA) intitulado “A Chinese take away” e consagrado à província da Zambézia, uma das regiões mais ricas em recursos florestais, punha em causa importantes dirigentes da Frelimo, dentre os quais o antigo presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o antigo governador da Zambézia, Bonifácio Gruveta, de, em conluio com os chineses, desflorestar a Zambézia” (Mackenzie, 2006, p.87).

A China apresenta-se como o maior importador de madeira, sendo que quase 90 % da madeira exportada por Moçambique.

«A madeira é um dos produtos mais exportados, sendo que a maior parte dos recursos florestais extraídos no país (88%) tem como destino a China, o que coloca Moçambique entre os seus maiores fornecedores de madeiras tropicais em África.» (Correia, 2010).

Mas não podemos estar sempre a valorizar a gestão e extração de recursos ou a construção de infraestruturas, como se sabe, muitos centros de cooperação em Moçambique passam pelo setor primário, pela educação e não desfazendo ou retirando importância, desde que a China reconheceu Moçambique como um estado de direito independente, a saúde foi sempre um setor que funcionou como uma ponte para as relações sino-moçambicanas. Falar de relações é também frisar que sem os recursos humanos e a presença da “moldura humana” chinesa ao longo dos anos, esta cooperação não seria a mesma. Foram centenas os profissionais de saúde que compuseram equipas e deixaram a sua terra natal na República Popular da China e partiram para Moçambique para ajudar e formar os seus colegas de profissão moçambicanos.

Como se sabe por detrás destes vários projetos, estiveram as autoridades chinesas e o China Eximbank com empréstimos concessionais para que as empresas chinesas expandissem o seu mercado.

Hu Jintao visitou Moçambique em Fevereiro de 2007 e reforçou os “laços de amizade” entre os dois estados com quatro pontos para consolidar as relações bilaterais:

a) Diplomática: as duas partes acordaram em ampliar os contactos de alto nível e a troca de visitas entre os governos, os parlamentos e entre partidos, o Partido Comunista da China (PCC) e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo);

b) Política: acordo das partes em apoiarem-se mutuamente em questões de soberania e de integridade territorial. A parte chinesa reconhecia o apoio do governo de Moçambique à causa da reunificação pacífica da China e Moçambique reiterou o seu compromisso com a Política de Uma Só China e a sua oposição à entrada de Taiwan em organizações internacionais e regionais constituídas por estados soberanos. Moçambique agradeceu a ajuda chinesa na luta de Moçambique pelos seus objectivos e esforços de independência nacional e de desenvolvimento económico e social. Ambas as partes acordaram, igualmente, em dar continuidade aos compromissos assumidos na Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China – Africa de 2006 e no fortalecimento da cooperação amigável em assuntos internacionais e regionais de interesse mútuo;

c) Cooperação: na Cimeira de Pequim de 2006, a China havia já anunciado como prioridades para África a cooperação na agricultura, recursos, infra-estruturas, turismo, tecnologia, saúde e formação de recursos humanos. Em termos bilaterais, as partes reiteraram o acordo em aprofundar a cooperação com benefícios recíprocos e em expandir a interacção nos campos culturais e sociais. O reconhecimento da “elevada complementaridade das economias chinesa e moçambicana” e do grande potencial para crescimento da cooperação económica e comercial previam o encorajamento das empresas chinesas a estabelecerem parcerias para levarem a cabo cooperação com benefícios mútuos na agricultura e no desenvolvimento da infra-estrutura, sectores que, desta forma, a China estabeleceu como prioritários na cooperação com Moçambique. No sector da agricultura, a cooperação passava pela assistência técnica, com o apoio na instalação de centros de investigação para a melhoria de técnicas de produção agrícola e formação de agrónomos;

d) Ajuda: Com vista a fortalecer esta cooperação, o governo chinês comprometia-se a ajudar o governo de Moçambique com o cancelamento da dívida e o aumento de ajudas sem pré-condições políticas e a concessão de empréstimos para a construção de infraestruturas.⁷⁶

De salientar também e aqui uma medida interessante no setor do turismo, que o governo chinês incentiva os chineses a visitar Moçambique, facilitando na autorização e burocracia.

O número de empresários chineses que emigram e se fixaram tanto em Moçambique como em outros estados africanos tem vindo a aumentar exponencialmente. É cada vez mais habitual ver grandes empresários chineses que abrem negócios de restauração chinesa, ou até casinos nos países onde se fixaram. Os que não terão tantas possibilidades acabam por vender os produtos artesanais ou agrícolas nos principais mercados das cidades e aldeias.

O comércio bilateral entre estes dois países tem vindo a aumentar exponencialmente, embora por vezes Moçambique passe por tumultos internos, sendo a pobreza a grande razão para as manifestações de desagrado da população.

Moçambique com esta proximidade em 2008 passou a ser um dos 8 países que mais recebeu ajuda da República Popular da China, mas tal e qual como foi frisado anteriormente, Moçambique é um país que vive da ajuda externa.

⁷⁶ Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China – Joint Communiqué Between the People's Republic of China and the Republic of Mozambique. (Em linha). Maputo, 8 Fev. 2007. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t298175.htm>.; Consultado na dissertação de Cláudia Correia

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A globalização, como causa/consequência natural da própria evolução do nosso mundo e como fator preponderante das Relações Internacionais, condiciona toda a nova ordem mundial em que a economia e o desenvolvimento, no seu sentido mais amplo, assumem capital importância.

Considerando genericamente a evolução histórica dos países paralelamente com os seus índices de desenvolvimento, comparando os países ditos desenvolvidos ou das novas potências emergentes com os países africanos, rapidamente concluímos que os países com economias sólidas e/ou políticas externas e de Relações Internacionais estrategicamente desenvolvidas se destacam na cena internacional. Ao invés, a fragilidade política, económica e social que caracteriza grande parte dos países africanos (exemplo: África Subsariana) limita o seu próprio desenvolvimento e autonomia. Por outro lado, no plano económico, os seus inúmeros recursos naturais tornam estes países acessíveis a interferências, ajuda e cooperações externas. A forma e amplitude destas abre a discussão sobre o Neocolonialismo.

No que concerne à República Popular da China, a sua diversificada ajuda externa a países africanos teve início nos anos 50 e, com maior ou menor fulgor, desenvolveu-se significativamente até a atualidade. Esta foi notória ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas, de fornecimento técnico especializado de recursos humanos em sectores fundamentais para o desenvolvimento económico, nomeadamente nos sectores primário e secundário. A título de curiosidade, ao nível da assistência social, a China chegou mesmo a enviar médicos para Moçambique de forma a colmatar graves lacunas visíveis no sector da saúde.

A década de 90 marca um ponto de viragem na política externa Chinesa. É aqui que a palavra Cooperação ganha dimensão e os fatores oportunidade e negócio entram de forma efetiva na equação.

Com a chegada do novo milénio, a República Popular da China celebrou acordos de cooperação e estreitamento de laços com nações africanas, aceitando, por exemplo, pagamentos de empréstimos em recursos dos quais curiosamente se tornou dependente. Não obstante, assumiu-se como grande potência económica, alavancada pelo crescimento económico constante dos últimos anos em contraciclo com o resto do mundo, posicionando-se na mira do olhar atento do Mundo.

Paralelamente, continuou a usar o Soft Power como forma de estreitamento de relações. Visível, por exemplo, na criação do FOCAC, em 2000. Provavelmente o melhor evento criado para o desenvolvimento de relações e de cooperações técnicas e económicas, sendo a redução ou cancelamento de dívida feita primeiramente aos países africanos com maiores índices de pobreza.

É neste capítulo que as trocas comerciais e os interesses económicos superam o desrespeito pelos recursos humanos e os autores ocidentais acusam os chineses de não terem quaisquer escrúpulos quando fazem negócios com chefes de governo autocráticos e não intervêm.

Aos chineses não lhes interessa “cultivar” qualquer tipo de conflito, pois estes estão sempre presentes, mas contrariamente às potências europeias e aos Estados Unidos que querem expandir os seus valores políticos, a República Popular da China preocupa-se apenas em arranjar formas de colmatar a falta de alguns recursos e escoar o excesso de produto que dispõe no seu território. A forma que a China encontrou para esse escoamento de produto foi a procura de novos mercados para transações comerciais, acordos e parcerias de cooperação suportados por incentivos ao Investimento Direto no Estrangeiro (IDE’s), apoiado pelas instituições governamentais, como o China Eximbank.

O *Hard Power* e o *Soft Power* são dois termos que reduzem a proximidade de atuação e filosofias utilizadas pelas duas maiores economias do mundo nos dias de hoje em relação aos assuntos externos, EUA e RPC.

Embora o Vietname e o Darfur sejam “o calcanhar de Aquiles” na política de ingerência dos Estados Unidos da América, estes são exemplos claros de Hard Power. Ao longo das últimas duas/três décadas que o seu poderio militar continua a ser um dos melhores ao nível internacional e apresentou-se vitorioso em missões intervencionistas no Kuwait, no Iraque ou na Líbia.

Já a República Popular da China, além da presença na Guerra da Coreia, não tem muitos mais exemplos de grandes participações em guerras ou conflitos. O não intervencionismo militar e político é um dos pontos essenciais da sua política externa. Por outro lado, os chineses são acusados por muitos políticos e autores do Ocidente de serem neocolonialistas. A sua forma de exercer Soft Power em qualquer zona do globo do seu interesse e “oferecerem” infraestruturas desportivas como estádios de futebol e espaços culturais, como bibliotecas ou outros projetos como os palácios ou assembleias nacionais⁷⁷, suscitam dúvidas. Mas todas estas ações são meramente económicas, não fazem distinção governativa entre países e acabam por colocar não só as empresas estatais no mercado nacional do país recetor, como há um aumento do setor privado chinês no estado em que estas ações são realizadas.

Atento ao descrito, pode-se levantar a questão: “Será que estamos perante um neocolonialismo por parte dos chineses?”

Haverá sempre diferentes opiniões e a realidade é que a questão é deveras complexa. No entanto, baseando-me neste século, diria que os acontecimentos da primeira década e primeira metade deste segundo decénio indiciam que os chineses não pretendem praticar nenhum tipo de colonialismo. Mais, demonstram continuar a respeitar certos pontos da coexistência pacífica de Zhou Enlai que advêm de meados do século passado, baseados numa relação de não intervencionismo e respeito pela Soberania dos Estados com quem cooperam. Quando assina acordos de parceria e cooperação, não tem qualquer ação de ingerência, promovendo relações de win-win para os dois

⁷⁷ (Deborah Brautigam 2009) tal como já foi citado anteriormente neste trabalho, chamou a esses projetos de “Special Aid Projects”.

estados. Usam ainda todas as ferramentas para que haja um incentivo à deslocação das suas indústrias, pois esta poderá ser a única forma de combater a problemáticas da poluição e do excesso de produção de manufaturados.

Atento ao exposto, subentende-se que toda aquela euforia de se escrever e acusar o modo operando chinês de ser um novo tipo de colonização será uma forma de tentar retirar “força” e tentar frear as investidas chinesas no mercado internacional. Esta acusação ainda perde mais fundamento, quando as próprias elites africanas defendem que estas acusações não são verídicas, algo que é normal porque chineses são seus parceiros.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alden, C. (2008). China and Africa: A New Development Partnership. *Strategic Analysis*, 32(2), 297-304.

Alden, C., & Alves, C. (2008). History & identity in the construction of China's Africa policy. *Review of African political economy*, 35(115), 43-58.

Amaral, G. G. D. (2011). Análise da diplomacia chinesa: A "ascensão pacífica" e seus questionamentos. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional.

Alozieuwa, S. H. (2010). The New US-China Rapprochement: A View from Africa. *Journal of US-China Public Administration*, 7(2), 53-65.

Alves, D. B. (2007). A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, 10, 56-71.

Balasubramanyam, V. N. (2015). China and India's economic relations with African Countries—neocolonialism eastern style?. *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 13(1), 17-31.

Barros, C. P., Gil-Alana, L. A., & Faria, J. R. (2015). The macroeconomy of Angola: breaks and persistence in Angolan macro data. *Applied Economics*, 47(27), 2783-2802.

Börzel, T., & Risse, T. (2009). The Rise of (Inter-) Regionalism: The EU as a Model of Regional Integration. In *APSA 2009 Toronto Meeting Paper*.

Brautigam, D. (2009). *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. Oxford University Press.

Brautigam, D., & Xiaoyang, T. (2011). African Shenzhen: China's special economic zones in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, 49(01), 27-54.

Burgos, S., & Ear, S. (2012). China's Oil Hunger in Angola: history and perspective. *Journal of Contemporary China*, 21(74), 351-367.

- Campos, I., & Vines, A. (2008, December). Angola and China: a pragmatic partnership. In CSIS Conference, "Prospects for Improving US-China-Africa Cooperation", London (Vol. 5).
- Cann, J. P. (2011). The artful use of national power: Portuguese Angola (1961–1974). *Small Wars and Insurgencies*, 22(01), 196-225.
- Cheng, J. Y., & Shi, H. (2009). China's African policy in the post-Cold War era. *Journal of Contemporary Asia*, 39(1), 87-115.
- Chichava, S. (2008). Mozambique and China: from politics to business. *Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Lisbon*, 3.
- Cillers, J. (2001). Business & war in Angola. *Review of African Political Economy*, 28(90), 636-641.
- Clapham, C. (1996). *Africa and the international system: the politics of state survival* (Vol. 50). Cambridge University Press.
- Correia, C. G. D. A. A. (2010). *Modelo de Cooperação da China para África Análise de um Estudo de Caso em Moçambique* (Doctoral dissertation, ISCTE/IUL).
- Costin, H. I. (2008). China, an Economic Superpower: "Out of Many, One?". *Journal of Transnational Management*, 13(2), 95-111.
- Cruz, F. D. R. M. (2011). Independência e auto-suficiência: a política externa da República Popular da China entre 1957 e 1965.
- da Cruz, J. D. A., & Stephens, L. K. (2010). The US Africa command (AFRICOM): Building partnership or neo-colonialism of US-Africa relations?. *Journal of Third World Studies*, 27(2), 193.
- Dambisa, M. (2009). *Dead Aid: Why aid is not working and how there is a better way for Africa*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Davies, M. (2008). China's Developmental Model Comes to Africa. *Review of African Political Economy*, 35(115), 134-137.

de Oliveira, M. S., de Carvalho, C. E. F., Marra, A. T., & de Paiva, J. K. (2013). Diplomacia econômica da China na África: o petróleo de Angola. *Revista Economia Ensaios*, 26(2).

Drogendijk, R., & Blomkvist, K. (2013). Drivers and motives for Chinese outward foreign direct investments in Africa. *Journal of African Business*, 14(2), 75-84.

Economist Intelligence Unit. (1995). Collective Bargaining: Slow March To Unionization in China. *Business China*

Edney, K. (2012). Soft power and the Chinese propaganda system. *Journal of Contemporary China*, 21(78), 899-914.

Evstafyev, D. (2012). The world after Libya: neocolonialism in the 21st century. *Security Index: A Russian Journal on International Security*, 18(1), 91-92.

Farrell, M., Hettne, B., & Van Langenhove, L. (2005). *Global politics of regionalism: theory and practice*. Pluto Pr.

Fijałkowski, Ł. (2011). China's "soft power" in Africa?. *Journal of Contemporary African Studies*, 29(2), 223-232.

Fiori, L. J. (1999). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes.

Hanlon, J. (2010). Mozambique: "the war ended 17 years ago, but we are still poor". *Conflict, Security & Development*, 10(1), 77-102.

Hanlon, J., Barrientos, A., & Hulme, D. (2010). *Just give money to the poor: The development revolution from the global South*. Kumarian Press.

Harrison, G. (2001). Post-Conditionality Politics and Administrative Reform: Reflections on the Cases of Uganda and Tanzania. *Development and Change*, 32(4), 657-679.

Helleiner, G. K. (1992). *Trade policy, industrialization, and development: new perspectives*. Oxford University Press.

Hodges, T., & Tibana, R. (2004). Political economy of the budget in Mozambique. *Maputo, Mozambique*.

IMF. (1993). China at the Threshold of a Market Economy. “ Occasional paper no. 107. Washington: IMF

Ilhéu, F. (2010). The role of China in the Portuguese speaking African countries: The case of Mozambique.

Jackson, S. F. (1995). China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961–93. *The China Quarterly*, 142, 388-422.

Ji, C., & Thomas, S. (2002). WTO and China's Financial Services Sector. *Journal of Contemporary China*, 11(33), 673-682.

Kaplinsky, R., & Morris, M. (2009). Chinese FDI in Sub-Saharan Africa: engaging with large dragons. *European Journal of Development Research*, 21(4), 551-569.

Kiala, C. (2010). China–Angola aid relations: strategic cooperation for development?. *South African Journal of International Affairs*, 17(3), 313-331.

Kibble 1, S. (2006). Angola: Can the politics of disorder become the politics of democratisation & development?. *Review of African Political Economy*, 33(109), 525-542.

Kwame, N. (1965). Neo-Colonialism: The last stage of imperialism. *London. Thomas nelson and Sons*.

Lagerkvist, J. (2009). Chinese eyes on Africa: Authoritarian flexibility versus democratic governance. *Journal of Contemporary African Studies*, 27(2), 119-134.

Law, W. W. (2014). Understanding China's curriculum reform for the 21st century. *Journal of Curriculum Studies*, 46(3), 332-360.

Mackenzie, C. (2006). Forest governance in Zambézia, Mozambique: Chinese take-away. In *Forum das ONGs da Zambézia (FONGZA), Quelimane*. 87p.

Mao, Z. (1966). *People of the World, Unite and Defeat the US Aggressors and All Their Lackeys: Statements Supporting the American Negroes and the Peoples of Southern Vietnam, Panama, Japan, the Congo (L.) and the Dominican Republic in Their Just Struggle Against US Imperialism*. Foreign Languages Press.

McCormick, D. (2008). China & India as Africa's new donors: The impact of aid on development. *Review of African Political Economy*, 35(115), 73-92.

Mcfate, S. (2008). Angolans Vote for Peace. *Review of African Political Economy*, 35(118), 674-675.

Medeiros, C. A. (1999). China: entre os séculos XX e XXI. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes*, 379-411.

Moreira, L. C. L., & LECH, M. M. (2004). Manual de direito internacional público. *Canoas: Ed. ULBRA*.

Muekalia, D. J. (2004). Africa and China's strategic partnership. *African Security Studies*, 13(1), 5-11.

Muller, K. (2007). 'Africa, Europe's El dorado: Europe's Quest for Endless Energy Supplies', Paper Presented at the UACES Conference, September, Portsmouth, UK.

Nye, J. S. (2012). China and soft power, South African. *Journal of International Affairs*, 19(2), 151-155.

Okushima, S., & Uchimura, H. (2006). How does the Economic Reform Exert Influence on Inequality in Urban China?. *Journal of the Asia Pacific Economy*, 11(1), 35-58.

Ovadia, J. S. (2013). Accumulation with or without dispossession? A 'both/and' approach to China in Africa with reference to Angola. *Review of African Political Economy*, 40(136), 233-250.

Pautasso, D. (2010). A África no comércio internacional do Grupo BRIC. *Boletim Meridiano* 47, 11(120), 54-59.

Pere, G. L., & Shelton, G. (2006). Afro-Chinese relations: An evolving South-South partnership. *South African Journal of International Affairs*, 13(1), 33-53.

Pereira, A. G., & de Quadros, F. (1994). Manual de Direito Internacional Público, 3ª Edição. *Almedina, Coimbra*.

Power, M., & Mohan, G. (2010). Towards a critical geopolitics of China's engagement with African development. *Geopolitics*, 15(3), 462-495.

Quá, E. J. G. D. F. (2010). A política de cooperação para o desenvolvimento da UE e dos EUA para Angola (2000-2004).

Roux, A. (2006). A China no séc. XX. *Armind Colin*.

Ruigrok, I. (2010). Reshaping boundaries: regional inequality and state reforms in Angola. *African Security Review*, 19(3), 41-53.

Samy, Y. (2010). China's aid policies in Africa: opportunities and challenges. *The round table*, 99(406), 75-90.

Sepos, A. (2013). Imperial power Europe? The EU's relations with the ACP countries. *Journal of Political Power*, 6(2), 261-287.

Siddiqui, K. (2009). The political economy of growth in China and India. *Journal of Asian Public Policy*, 2(1), 17-35.

Simon, D. (1998). Angola: the peace is not yet fully won. *Review of African Political Economy*, 25(77), 495-503.

Söderbaum, F., & Van Langenhove, L. (2005). Introduction: the EU as a global actor and the role of interregionalism. *European Integration*, 27(3), 249-262.

Styan, D. (2007). The evolution, uses and abuses of remittances in the Eritrean economy. *Eritrea's Economic Survival*.

- Suzuki, S. (2013). The exceptional state in Africa: Image management in Sino-African relations. *South African Journal of International Affairs*, 20(1), 99-115.
- Szeftel, M. (2000). Between governance & underdevelopment: accumulation & Africa's 'catastrophic corruption'. *Review of African Political Economy*, 27(84), 287-306.
- Taylor, I. (2010). *The forum on China-Africa cooperation (FOCAC)*. Routledge.
- The National Security Strategy of the United States of America (NSS). (2002). *Electronic Journal of the U.S. Department of State*, 7(4), 28-31.
- Tsen, W. H. (2006). Granger causality tests among openness to international trade, human capital accumulation and economic growth in China: 1952–1999. *International Economic Journal*, 20(3), 285-302.
- Turse, N. (2013). The US Military's Pivot to Africa. *The Nation*.
- Vadell, J. A., Lopes, B., & Cardoso, D. (2013). FOCAC: estratégia económica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, 8(2), 81-99.
- Van Beek, U. J. (2011). China's Global Policy and Africa: A Few Implications for the Post-Crisis World. *Politikon*, 38(3), 389-408.
- Woo, W. T. (2009). Updating China's international economic policy after 30 years of reform and opening: what position on regional and global economic architecture?. *Journal of Chinese Economic and Business Studies*, 7(2), 139-166.
- Yabuki, S. (1992). *Chugoku no Keizai*. Japan: Soso-sha, 16-28
- Yao, S., Jiang, C., Feng, G., & Willenbockel, D. (2007). WTO challenges and efficiency of Chinese banks. *Applied Economics*, 39(5), 629-643.
- Zhang, J. (2000). Sino-US trade issues after the WTO deal: a Chinese perspective. *Journal of Contemporary China*, 9(24), 309-322.

Zweig, D., & Jianhai, B. (2005). China's global hunt for energy. *Foreign Affairs – New York*, 84(5), 25.

7. WEBGRAFIA DE REFERÊNCIA

Agência Reuters

- <http://www.reuters.com/article/2011/06/11/us-clinton-africa-idUSTRE75A0RI20110611>

Comissão Europeia

- http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-367_en.htm

COMPLANT - China National Complete Plant Import & Export Corporation

- <http://www.complant-ltd.com.cn/plus/list.php?tid=37>

Conselho da União Europeia

- <http://www.consilium.europa.eu/eas/security-defence/eu-operations/eucap-nestor?lang=fr>

Delegação da União Europeia em Cabo Verde

http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/what_eu/neighbourhood_policy_eastern_partnership/index_pt.htm

Global Security

- <http://www.globalsecurity.org/military/ops/acri.htm>

Index Mundi

- <http://www.indexmundi.com/map/?v=21&r=af&l=pt>

Internacional Trade Administration

- <http://trade.gov/agoa/index.asp>

Jornal Económico

- http://economico.sapo.pt/noticias/china-ultrapassa-portugal-nas-importacoes-angolanas_221372.html

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China

- <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t298175.htm>

ONU – Organização das Nações Unidas

- <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>

Por dentro da África

- <http://www.pordentrodaafrica.com/negocios/nao-ha-colonizacao-da-china-na-africa-diz-especialista-sobre-a-relacao-entre-a-china-e-o-seu-maior-parceiro-comercial>

Revista de pensamento e debate da esquerda galega

- <http://revoltairmandinha.blogspot.pt/2010/12/interesses-chineses-em-africa.html>

US Africa Command (AFRICOM)

- <http://www.africom.mil/about-the-command>

US AID

- <http://www.usaid.gov/who-we-are>

8. ANEXOS

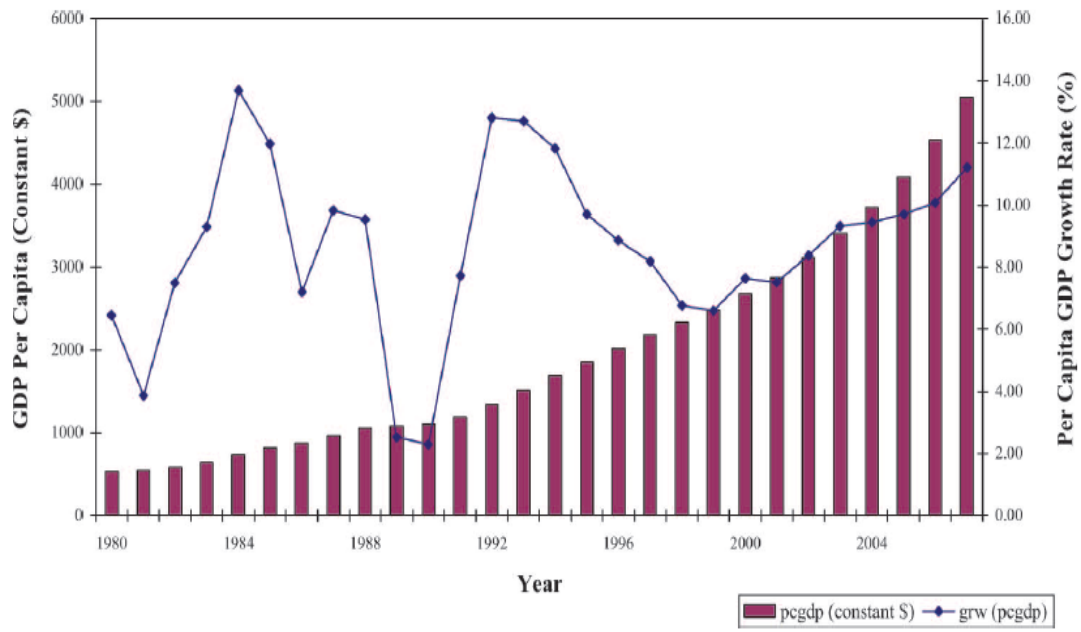
Year	World Capital Flows To Africa	% Of World Total FDI Flows	India Flows to Africa	% Of World FDI Flows	China Flows to Africa	% Of World FDI Flows
2000	9.6	0.77				
2001	19.9	2.61				
2002	14.6	2.28	0.888	6.08		
2003	18.0	3.08	0.343	1.90	0.68	3.77
2004	17.3	1.87	0.215	1.24	0.317	1.83
2005	30.9	3.41	0.590	1.90	0.392	1.26
2006	36.6	2.50	1.391	3.80	0.520	1.47
2007	51.1	2.60	2.528	4.90	1.574	3.08
2008	58.8	3.20	2.422	4.11	5.491	9.38
2009	52.9	4.40	2.555	4.82	1.439	2.72
2010	44.0	3.10	5.100	11.59	2.112	4.8
2011	48.0	2.90	2.600	5.41	3.173	6.61
2012	50.0	3.70			2.520	5.04

(Tabela Investimento Direto Estrangeiro China e Índia em África. Fonte: (Balasubramanyam, 2015))

Year	Region			
	Middle East	Africa	Asia-Pacific	Europe, North and South America
1993	56.5	18.4	14.9	10.3
1994	39.7	4.1	48.4	7.3
1995	45.4	12.8	39.5	4.3
1996	52.9	8.5	29.8	4.4
1997	47.3	16.7	25.6	10.4
1998	61.0	8.0	19.3	11.7
1999	46.2	15.5	18.3	9.8
2000	53.6	24.2	13.4	7.8
2001	56.2	22.5	12.8	7.0
2002	46.3	22.3	13.1	4.8
2003	50.9	24.3	15.2	9.6
2004	45.3	28.7	11.5	14.3

Source: Statistics for 1993-02 are calculated from data in Editorial Board of the Yearbook of China Foreign Economic Relations and Trade (1994-03); and statistics for 2003 and 2004 are from Zweig and (2005: 28).

(Tabela de shares regionais da importação de petróleo da China)



(Tabela com o crescimento do PIB chinês desde 1980 até 2007)